

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS**  
**CULTURAIS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

Patrimônio Histórico e Acessibilidade: um estudo de caso no entorno da Igreja de Nossa  
Senhora da Glória do Outeiro na cidade do Rio de Janeiro

THAIS YAMAMOTO

Rio de Janeiro,

2021

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS**  
**CULTURAIS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

Patrimônio Histórico e Acessibilidade: um estudo de caso no entorno da Igreja de Nossa  
Senhora da Glória do Outeiro na cidade do Rio de Janeiro

THAIS YAMAMOTO

Relatório técnico e produto apresentados à  
banca do Mestrado Profissional em Bens Cul-  
turais e Projetos Sociais, da Fundação Getulio  
Vargas, como requisito para a obtenção do tí-  
tulo de Mestre em Bens Culturais e Projetos So-  
ciais.

Orientadora: Profa. Dra. Vivian Luiz Fonseca

Rio de Janeiro,

2021

Yamamoto, Thais

Patrimônio histórico e acessibilidade: um estudo de caso no entorno da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro na cidade do Rio de Janeiro / Thais Yamamoto. – 2021.

150 f.

Dissertação (mestrado) - Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Profa. Dra. Vivian Luiz Fonseca.

Inclui bibliografia.

1. Acessibilidade cultural. 2. Patrimônio histórico - Arquitetura e deficientes físicos. 3. Igreja Nossa Senhora da Glória do Outeiro (Rio de Janeiro, RJ). 4. Instituições religiosas e eclesiásticas. I. Fonseca, Vivian Luiz. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 720.8

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

THAIS YAMAMOTO

"PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ACESSIBILIDADE : UM ESTUDO DE CASO NO ENTORNO DA IGREJA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DO OUTEIRO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO".

DISSERTAÇÃO APRESENTADO(A) AO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS PARA  
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE (A) EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS .

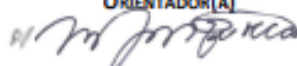
DATA DA DEFESA: 13/10/2021

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA: PROF<sup>º</sup>/ª VIVIAN LUIZ FONSECA



PROF<sup>º</sup>/ª VIVIAN LUIZ FONSECA  
ORIENTADOR(A)



PROF<sup>º</sup>/ª JIMMY MEDEIROS  
MEMBRO INTERNO



PROF<sup>º</sup>/ª CÍNTIA MARIZA DO AMARAL MOREIRA  
MEMBRO EXTERNO

RIO DE JANEIRO, 13 DE OUTUBRO DE 2021.



PROF<sup>º</sup>/ª CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO  
DIRETOR(A)



PROF<sup>º</sup> ANTONIO DE ARAUJO FREITAS JUNIOR  
PRÓ-REITOR DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Antonio Freitas, PhD  
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação  
Fundação Getúlio Vargas

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos professores da FGV pelo aprendizado, em especial à minha orientadora, professora Vivian Luiz Fonseca, pelos ensinamentos e pela paciência.

Gratidão aos meus familiares e amigos, que compreenderam minha ausência e ao meu filho, de 1 aninho, nascido ao longo desse árduo processo, sendo difícil algumas vezes entender meu distanciamento.

Agradeço a professora Cíntia Mariza do Amaral Moreira e ao professor Jimmy Medeiros, por aceitarem o convite de fazer parte da minha banca examinadora.

Não posso deixar de agradecer ao historiador Luiz Felipe da Silva Sanches, funcionário da Irmandade Imperial de Nossa Senhora do Outeiro, pela sua disponibilidade e atenção.

Agradeço a Deus pela minha saúde e por me dar força em alguns momentos nos quais me deu motivação para me sustentar.

Com muito amor agradeço a todos que me apoiaram e aos leitores deste trabalho: “muito obrigada!”.

## RESUMO

YAMAMOTO, Thais. **Patrimônio Histórico e Acessibilidade: um estudo de caso no entorno da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro na cidade do Rio de Janeiro**. 2021. 150f. Relatório técnico e produto (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021.

Este trabalho estuda a relação entre os temas patrimônio histórico tombado e acessibilidade. Para isso, utiliza o estudo de caso da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, localizada na cidade do Rio de Janeiro, por entender que é um bem historicamente representativo do aspecto cultural e arquitetônico, além de ser um ambiente de reunião de grupos sociais diversos. O objetivo desta pesquisa é propor estratégias para a melhoria do uso em relação à acessibilidade em bens tombados, em especial instituições religiosas, respeitando os valores históricos e culturais que lhe foram atribuídos. Os resultados são apresentados através de um Policy Paper, produto desta pesquisa. É importante destacar que este estudo foi diretamente impactado pela pandemia de Coronavírus, que iniciou no Brasil em março de 2020 encontrando-se em curso no ano de 2021, limitando alguns aspectos relativos à pesquisa como: entrevistas diretas e contatos pessoais. Assim sendo, a pesquisa foi adaptada, respeitando as regras sanitárias, de modo a não impactar o seu resultado. O trabalho é composto por um relatório técnico-teórico, no qual são apresentados os caminhos de pesquisa: objetivos, metodologia, revisão bibliográfica e reflexões teóricas que giram em torno do tema. Em conjunto é apresentado o Policy Paper, composto pela apresentação do estudo de caso, análises e resultados obtidos na pesquisa, bem como conclusão e sugestões de melhoria. A metodologia utilizada foi o estudo de caso e como ferramentas metodológicas foram realizadas: pesquisa de observação simples, entrevista e envio de questionário online. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e analisada a documentação histórica relativa à Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro. Também foi estabelecida uma análise comparativa com outros patrimônios semelhantes por meio de literatura especializada. Os resultados apontam para a necessidade de intervenções acerca da acessibilidade nos edifícios religiosos e de melhores estratégias políticas relacionadas aos temas acessibilidade e patrimônio. A pesquisa contribui para o estudo sobre o acesso às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em bens culturais de valor histórico. Além disso, reforça o debate sobre a acessibilidade como possível fator de exclusão social e reflete sobre as intervenções no patrimônio tombado. Espera-se que esta pesquisa contribua para melhoria das gestões públicas, no que tange à implantação de ações de acessibilidade em espaços preservados, auxiliando os órgãos responsáveis pelo tema no país e os pesquisadores interessados no tema.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Acessibilidade em bens tombados. Acessibilidade em instituições religiosas. Patrimônio tombado. Patrimônio histórico. Igreja Nossa Senhora da Glória do Outeiro.

## ABSTRACT

This work studies the relationship between the themes listed historic heritage and accessibility. For this, it uses the case study of the Church of Nossa Senhora da Glória do Outeiro, located in the city of Rio de Janeiro, as it understands that it is a historically representative asset in the cultural and architectural aspect, in addition to being a meeting place for diverse social groups. The objective of this research is to propose strategies to improve the use in relation to the accessibility of listed properties, especially religious institutions, respecting the historical and cultural values that were attributed to them. The results are presented through a Policy Paper, being the product of this research. It is important to highlight that this study was directly impacted by the Coronavirus pandemic, which started in Brazil in March 2020 and is ongoing in 2021, limiting some aspects related to the research, such as direct interviews and personal contacts. Therefore, the research was adapted, respecting the sanitary rules so as not to impact the result of the research. The work consists of a technical-theoretical report where the research paths are presented, such as: objectives, methodology, bibliographical review, and theoretical reflections that revolve around the theme. Together, the Policy Paper is presented, containing the presentation of the case study, the analysis and results obtained in the research, conclusion, and suggestions for improvement. The methodology used was the Case Study and the methodological tools were simple observation research, interview and sending a questionnaire online. Bibliographical research was carried out and the historical documentation related to the Church of Nossa Senhora da Glória do Outeiro was analyzed, in addition to establishing a comparison with other similar heritages through specialized literature. The results point to the need for interventions on accessibility in religious buildings and for better political strategies related to the theme of accessibility and heritage. The research contributes to the study of access for people with disabilities and reduced mobility to cultural goods of historical value. In addition, it reinforces the debate on accessibility as a possible factor of social exclusion and reflects on interventions in the listed heritage. It is expected that this research will contribute to the improvement of public administrations regarding the implementation of accessibility actions in preserved spaces, helping the bodies responsible for the theme in the country and researchers related to the theme.

**Keywords :** Accessibility. Accessibility in preserved heritage. Accessibility in religious institutions. Heritage preserved. Historical heritage. Church's Nossa Senhora da Gloria do Outeiro.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do bairro da Glória , RJ.....	17
Figura 2 - Resumo do Desenho Metodológico.....	27
Figura 3 - Croqui Lúcio Costa, 1943, desenho 1 .....	32
Figura 4 - Croqui Lúcio Costa, 1943, desenhos 2 a 4.....	33
Figura 5 - Estudo de acesso de Lúcio Costa .....	35
Figura 6 - Legislações Linha do Tempo .....	45
Figura 7 - Corrimão normativo em rampa acessível.....	67
Figura 8 - Delimitação da área do Estudo de Caso.....	81
Figura 9 – Mapeamento de edificações e áreas tuteladas na Ladeira da Glória.....	83
Figura 10 - Rampas acessíveis, conforme norma 9050:2020.....	106
Figura 11 - Corte esquemático de rampa acessível. ....	106



## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Igreja de Nossa Senhora da Glória.....	18
Imagem 2 - All Souls Langham Place Church, Inglaterra .....	59
Imagem 3 - Igreja St Paul's Cathedral, Inglaterra.....	60
Imagem 4 - Catedral York Minster, Yorkshire, Inglaterra.....	61
Imagem 5 - Vista Frontal St Peter and Paul, USA .....	63
Imagem 6 - Vista Lateral St Peter and Paul, USA.....	63
Imagem 7 - Iglesia de San Millán, Segóvia.....	65
Imagem 8 – Basílica Velha de Aparecida, fachada lateral.....	66
Imagem 9 - Rampa da Basílica do Senhor do Bonfim, BA .....	68
Imagem 10 - Localização da I. N. Sra. da Glória do Outeiro.....	78
Imagem 11 - I. N. Sra. da Glória do Outeiro e entorno imediato .....	79
Imagem 12 - I. N. Sra. da Glória do Outeiro.....	84
Imagem 13 - Acesso ao metrô da Glória.....	85
Imagem 14 – Ponto de ônibus e mobiliário existente .....	85
Imagem 15 – Ladeira da Glória.....	86
Imagem 16 – Entrada da Villa Aymoré .....	87
Imagem 17 – Villa Amoyré.....	87
Imagem 18 – Pavimentação da Ladeira da Glória.....	88
Imagem 19 – Ladeira da Glória.....	89
Imagem 20 - Base de edifício, em pedra natural, na.....	89
Imagem 21 – Muro de edificação na.....	90
Imagem 22 – Entrada da Casa da Glória.....	91
Imagem 23 – Fachada Principal da I. de.....	92
Imagem 24 – Escada de acesso ao pátio (1).....	92
Imagem 25 – Escada de acesso ao pátio (2).....	93
Imagem 26 - Portão da I. N. Sra. da Glória do Outeiro .....	93
Imagem 27 - Estacionamento da I. de N. Sra. da Glória do Outeiro .....	94
Imagem 28 - Escadarias de acesso da .....	95
Imagem 29 - Lateral externa da I. de N. Sra. da Glória .....	96
Imagem 30 - Rua lateral da I. de N. Sra. da Glória .....	96
Imagem 31 – Plano Inclinado do Outeiro da Glória – .....	97
Imagem 32 - Elevadores do Plano Inclinado do.....	97
Imagem 33 - Acesso do Plano Inclinado à Praça Luís de Camões.....	98
Imagem 34 - Plataforma elevatória no interior do.....	99
Imagem 35 - Localização do Museu da Imperial .....	100
Imagem 36 - Entrada do Museu da Imperial Irmandade.....	101
Imagem 37 - Rampa de acesso de carros ao pátio .....	102
Imagem 38 - Inclinação e tipo de piso da rampa de .....	102
Imagem 39 - Exemplo de corrimão e rampa acessíveis, .....	107
Imagem 40 – Exemplo de piso tátil .....	107
Imagem 41 – Exemplo de sinalização visual e sonora .....	108
Imagem 42 - Exemplo de vagas exclusivas.....	108
Imagem 43 – Fachada da igreja N. Sra. Mãe da.....	112

Imagem 44 – Escadas de acesso à igreja N. Sra. ....	112
Imagem 45 – Rampa da igreja N. Sra. Mãe da.....	113
Imagem 46 - Fachada do Templo da Humanidade da .....	114
Imagem 47 - Acesso do Templo da Humanidade.....	115
Imagem 48 - Escadas do Templo da Humanidade .....	116
Imagem 49 - Fachada Paróquia Sagrado.....	117
Imagem 50 - Acesso da Paróquia Sagrado.....	118

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Quadro resumo dos exemplos das igrejas e elementos de acessibilidade.....	69
Quadro 2 – Lista de igrejas preservadas identificadas no bairro da Glória, RJ.....	80
Quadro 3 - Acessibilidade I. de N.Sra.da Glória do Outeiro.....	109
Quadro 4 - Acessibilidade na Igreja N. Sra. Mãe da Divina Providência, RJ.....	111
Quadro 5 - Acessibilidade no Templo da Humanidade da Igreja Positivista do Brasil, RJ...	114
Quadro 6 - Acessibilidade na Paróquia Sagrado Coração de Jesus .....	117

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Resultado de pesquisa - Frequência de visitação.....	123
Gráfico 2 - Resultado de pesquisa - Meio de transporte para acesso ao local .....	124
Gráfico 3 - Utilização do Plano Inclinado.....	124
Gráfico 4 - Resultado de pesquisa - Condições de atendimento à acessibilidade. ....	126

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa  
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
APAC – Área de Proteção do Ambiente Cultural  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CEP – Código de Endereçamento Postal  
CF/88 – Constituição Federal de 1988  
CGC – Coordenadoria Geral de Conservação  
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio, Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo  
CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia  
DDA – Lei de Discriminação da Deficiência  
DET – Divisão de Estudos e Tombamentos  
DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
DPI – Departamento de Patrimônio Imaterial  
EUA – Estados Unidos da América  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FICAT – Fundos de Investimento Cultural e Artístico  
FNC – Fundo Nacional da Cultura  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
I. de N. Sra. da Glória do Outeiro - Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro  
IN – Instrução Normativa  
INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade  
MAM – Museu de Arte Moderna  
NBR – Norma Brasileira  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAC – Programa de Aceleração de Cidades Históricas  
PcD - Pessoa com Deficiência  
PNPI – Política Nacional de Patrimônio Imaterial  
PPCM – Política do Patrimônio Cultural e Material  
PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura  
SEBRAE/RJ – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio de Janeiro  
SHPO – State Historic Preservation Officer  
SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão  
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
STJ – Superior Tribunal de Justiça  
UMPP – Unidade de Monitorização de Políticas Públicas Universidade de Évora  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
1.1	A I. DE N. SRA. DA GLÓRIA DO OUTEIRO E SUA REGIÃO	16
<b>2.</b>	<b>DISCUSSÃO METODOLÓGICA</b>	<b>21</b>
2.1	DESENHO METODOLÓGICO E FONTES UTILIZADAS	21
<b>3.</b>	<b>DISCUSSÃO TEÓRICA</b>	<b>28</b>
3.1	POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO MATERIAL E ACESSIBILIDADE NO BRASIL	28
3.2	DISCUSSÕES SOBRE INTERVENÇÕES EM ÁREAS TOMBADAS	50
3.3	PATRIMÔNIO MATERIAL E ACESSIBILIDADE NO BRASIL E NO MUNDO	57
<b>4.</b>	<b>DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO</b>	<b>70</b>
<b>5.</b>	<b>APLICAÇÃO DO PRODUTO</b>	<b>71</b>
<b>6.</b>	<b>APRESENTAÇÃO DO PRODUTO</b>	<b>73</b>
	POLICY PAPER	75
	Resumo executivo	76
	Estudo de caso	77
	Identificação da área de estudo	78
	Identificação das igrejas tombadas no bairro	80
	Identificação do objeto e entorno	81
	Rotina e público	103
	Análise da acessibilidade	104
	Acessibilidade nas igrejas vizinhas	110
	Patrimônio e Acessibilidade na I. de N. Sra. da Glória do Outeiro	118
	Resultado da entrevista e do questionário	121
	Conclusão	128
	Sugestões de melhorias	130
<b>7.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>134</b>
	Referências bibliográficas	135
	Apêndice	144

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa estudar a relação da preservação de bens culturais históricos e acessibilidade para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no Brasil. O objeto central de estudo é a Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro (I. de N. Sra. da Glória do Outeiro), localizada na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo é propor estratégias para a melhoria do uso em relação à acessibilidade em bens tombados, em especial instituições religiosas, respeitando os valores históricos e culturais que lhe foram atribuídos. Em conjunto, será apresentado um Policy Paper, que busca estabelecer um diálogo com as instituições públicas brasileiras voltadas para a preservação do patrimônio histórico e cultural. Inclui-se, ainda, os seguintes objetivos secundários: realização de levantamento de iniciativas similares de acessibilidade que foram aplicadas em bens com valores históricos, em especial, instituições religiosas similares ao objeto de pesquisa; e mapeamento analítico de políticas existentes em relação ao tombamento no principal órgão de preservação do país, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O interesse nesta pesquisa se deu pela minha formação em Arquitetura, fato que tornou possível perceber que algumas edificações culturais e históricas não possuem acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, além do interesse pessoal sobre o objeto de estudo.

As construções históricas foram, em sua maioria, projetadas em um período em que não existia preocupação com a inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência (PcD) e/ou da pessoa com mobilidade reduzida, nem tampouco se debatiam as leis ou normas técnicas voltadas para essa questão. Com isso, essas edificações atualmente não oferecem meios ideais de acessibilidade para esses grupos.<sup>1</sup>

A dificuldade sobre acessibilidade nos bens tombados na cidade do Rio de Janeiro, em especial nas igrejas, impossibilita e/ou dificulta o acesso ao interior das edificações do público com mobilidade reduzida, ao exemplo dos idosos e, também, das pessoas portadoras de deficiência. Esse fato aumenta a exclusão social desses grupos aos bens de relevância histórica e cultural.

Esta pesquisa se justifica devido ao crescimento do número de pessoas com mobilidade reduzida constatados em levantamentos de dados recentes no Brasil. Em relação aos deficientes

---

<sup>1</sup> A palavra grupo é utilizada neste trabalho para identificar as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.

físicos, os dados apontam também um crescimento e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a elevação ocorre devido ao aumento da formalização dos registros ao longo dos anos em relação a esse grupo, o qual ganhou uma maior representatividade social. Os dados retratados pelo IBGE no último censo demográfico do ano de 2010 apontaram que 13% da população brasileira era constituída por idosos com 60 anos ou mais.<sup>2</sup> Dados mais recentes, entre os anos de 2012 a 2017, informam que a quantidade de idosos cresceu em todas as unidades da federação, os estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul com a maior proporção deles, ambos com 18,6% de suas populações dentro do grupo de 60 anos ou mais.<sup>3</sup>

De acordo com o último Censo Demográfico Brasileiro do IBGE (2010), entre o grupo das PcD 45,6 milhões de pessoas declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, seja visual, auditiva, motora e/ou mental<sup>4</sup>. Apesar de representarem 23,9% da população brasileira em 2010, essas pessoas não vivem em uma sociedade adaptada. Dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2014 informam que a maioria das prefeituras não promoviam políticas de acessibilidade, tais como lazer para pessoas com deficiência (78%), turismo acessível (96,4%) e geração de trabalho e renda ou inclusão no mercado de trabalho (72,6%).<sup>5</sup>

Apesar de existir previsão legal para acessibilidade no país, as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida se deparam com locais inacessíveis, bem como com a dificuldade de acesso e de inclusão social, principalmente em imóveis públicos preservados. O problema se agrava quando esses locais possuem relevância histórica, turística e cultural, pois a exclusão das pessoas com deficiência se torna ainda maior na medida em que se impede o conhecimento cultural.

Diante do panorama apresentado acima, surgem as seguintes perguntas motivadoras desta pesquisa: Como pode ser melhorado o diálogo entre as políticas de preservação histórica e tombamento com as políticas voltadas para a acessibilidade? Quais estratégias podem ser atribuídas para uma melhor acessibilidade na Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro? Essas estratégias podem ser ampliadas para edificações similares? Diante dessas reflexões apresentadas e da relevância histórica da I. de N. Sra. da Glória da Outeiro – que influenciará

---

<sup>2</sup> LOSCHI, Marília. “Pessoas com deficiência: adaptando espaços e atitudes”. In: **Agência IBGE Notícias**, 17 maio 2019.

<sup>3</sup> PARADELLA, Rodrigo. “Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017”. In: **Agência IBGE Notícias**, 01 out. 2018.

<sup>4</sup> O referido dado do IBGE não especifica os diferentes níveis de deficiência que pode haver nos participantes, mas esse fato não se mostra significativo para comprometer os resultados dessa pesquisa.

<sup>5</sup> “Mais de 45 milhões de deficientes sofrem com pouca atenção social”. In: **Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa**, 22 set. 2017.



diretamente no resultado deste trabalho – se faz necessária e pertinente a compreensão das questões que giram em torno deste objeto de estudo.

### **1.1 A I. DE N. SRA. DA GLÓRIA DO OUTEIRO E SUA REGIÃO**

Ao caminhar pela cidade do Rio de Janeiro é fácil observar exemplares de construções históricas que resistem ao tempo, ao espaço urbano e à cultura. Esses exemplares coexistem no cotidiano, mas na maioria das vezes passam imperceptíveis: olhamos, mas não os vemos. Esses elementos existentes em cada bairro, em conjunto com as belezas naturais e com as variadas práticas culturais, compõem o patrimônio da cidade do Rio de Janeiro, tornando-o mais rico e interessante.

Estudar as questões que cercam o patrimônio material de uma cidade é uma tarefa um tanto árdua, pois devem levar em conta as facetas multidisciplinares que envolvem o urbano, bem como os aspectos históricos, culturais e principalmente sociais.

A cidade do Rio de Janeiro possui 163 bairros (ALEM, 2020). Seria muito pretensioso da nossa parte realizar uma pesquisa de diversos patrimônios existentes em bairros tão distintos entre si. Por isso, o cotidiano e o olhar constante a um deles chamou a atenção e despertou interesse, tanto pela sua riqueza arquitetônica, quanto pela sua resistência ao longo de tantos anos.

A I. de N. Sra. da Glória do Outeiro é uma obra de arquitetura que se destaca na paisagem carioca. Primeiramente, sobre o prisma da observação despretensiosa, e posteriormente como ponto de partida e destino deste estudo, motivado sobretudo por uma instigante vontade de compreender os aspectos históricos e culturais deste bem. A Igreja está situada no alto da Ladeira da Glória<sup>6</sup> e compõe a paisagem do bairro da Glória e adjacentes, junto à uma significativa obra urbana da cidade do Rio de Janeiro: o Aterro do Flamengo.

A Figura 1, abaixo, mostra o mapa de localização da região da Glória e a localização da I. de N. Sra. da Glória do Outeiro:<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> A Ladeira da Glória é o nome popularmente conhecido da rua, apesar de o CEP constar Ladeira de Nossa Senhora. Optou-se em utilizar o nome popular devido ao fato de ele aparecer no mapa da região da ferramenta Google Maps, e também por ser mais facilmente reconhecido por esse nome.

<sup>7</sup> O mapa da região visa, neste primeiro momento, situar o leitor, principalmente quem não conhece a região, para uma melhor compreensão geográfica. A identificação mais detalhada da I. N. Sra. da Glória do Outeiro será apresentada no Policy Paper.

Figura 1 – Mapa do bairro da Glória, RJ.



Fonte: Google Maps, modificado em 13/07/2021.

A Glória é um bairro da zona sul do município do Rio de Janeiro. Ele possui como bairros vizinhos: Lapa, Catete, Santa Tereza e Flamengo. Muitos dos pontos turísticos importantes da cidade estão localizados nesse bairro, dentre os quais: o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (Monumento dos Pracinhas), a Praça Paris, a Marina da Glória, a Praia do Flamengo e a I. de N. Sra. da Glória do Outeiro, objeto de estudo desta pesquisa. O perfil socioeconômico da região se caracteriza por moradores de classe média, e tem destaque a circulação de muitos idosos. Nos últimos anos notou-se aumento de moradores de rua nas imediações do bairro. Segundo dados do IBGE (2010), 21% da distribuição da população por faixa etária nos bairros da zona sul e centro possuem mais de 60 anos, contra 15% da zona norte e 13 % da zona oeste (SEBRAE/RJ, 2015). O bairro é marcado ainda por possuir características de uso predominantemente residencial, com existência de serviços comerciais diversos como bancos, restaurantes, escolas, lojas comerciais e supermercados. Os moradores ainda usufruem de uma tradicional feira livre, que ocorre todos os domingos e, no mês de agosto, da festividade religiosa organizada pela I. de N.

Sra. da Glória do Outeiro, que celebra o aniversário de sua fundação e a troca de vestes da padroeira Nossa Senhora da Glória. Além disso, a região do Aterro do Flamengo é conhecida como importante ponto de encontro de blocos no período de carnaval.

A I. de N. Sra. da Glória do Outeiro se insere no bairro e dentro deste contexto social. Sua localização e acessos atuais serão detalhados e identificados no Estudo de Caso apresentado no Policy Paper, produto resultante desta pesquisa.<sup>8</sup>

Neste relatório técnico serão levantadas as informações históricas mais relevantes da edificação, a fim de compreender as questões que não conseguimos identificar na pesquisa de observação. A Imagem 1, a seguir, mostra um registro atual da I. de N. Sra. da Glória do Outeiro.

Imagem 1 - Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, RJ.



Fonte: Registro da própria autora, ano 2020.

Historicamente, a origem da I. de N. Sra. da Glória do Outeiro remonta à fundação da cidade do Rio de Janeiro. As razões sobre a escolha da sua implantação são relatadas por Afrânio Peixoto, quem indica que a região, no século XVI, foi marcada por batalhas violentas entre franceses e portugueses, que tiveram fim com a morte de Estácio de Sá numa batalha nas proximidades do bairro. A Igreja teria surgido pela religiosidade que se iniciou na região e que se tornou crescente após esse período:

---

<sup>8</sup> A fim de evitar leitura repetitiva, optou-se em detalhar a identificação da área no Policy Paper, por entender que faz parte da metodologia de pesquisa do Estudo de Caso.

[...] Aí foi o começo do Rio de Janeiro e hoje é só o que resta do Rio inicial, efetivo, definitivo, entorno do Outeiro da Glória... Os Gregos chamavam esses lugares centrais da vida Delfos, “umbigo”: nós com a autonomia da vida, “cabeça” ou “coração” ... O coração do Rio é a Glória (PEIXOTO, 1943, p. 12).

A primeira construção que marcou o local como ponto religioso foi uma capela erguida pelo português Antônio Caminha, mais precisamente no ano de 1671. A partir de então, se iniciou uma prática de fé no século XVIII, que intensificou o fluxo de pessoas religiosas para aquela direção e que contribuiu para a transformação espacial da área (GIRÃO, 2001). Assim, a I. de N. Sra. da Glória do Outeiro foi construída e sua inauguração se deu no ano de 1739.<sup>9</sup>

Para melhor compreensão do entorno Igreja, é necessário uma breve explanação das principais transformações urbanas ocorridas no bairro da Glória. No ano de 1834 ocorreu a divisão urbana mais significativa da região onde se localiza a Igreja, com a criação da “Freguesia da Glória”. A partir do ano de 1850, significativas transformações urbanísticas ocorreram na cidade do Rio de Janeiro e foram responsáveis por mudanças na sua paisagem. Com isso, a cidade começou a perder seu aspecto “colonial” e rudimentar, que deu lugar a uma paisagem mais urbana próxima daquela conhecemos hoje. Dentre as alterações mais marcantes estão: instalação de redes de esgoto; melhorias no sistema de distribuição de água, com instalação da rede domiciliar; inauguração da primeira linha de trem, a Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1858, que ligava a estação do Campo de Santana até Queimados, ou seja, região central da cidade em direção à zona oeste. (CARDEMAN & GOLDFELD CARDEMAN, 2016, p. 51).

A região da Glória também passou por essas transformações e foi beneficiada principalmente pelo desenvolvimento dos transportes e pela circulação dos primeiros bondes dentro da cidade, fato que estimulou o aparecimento do comércio na região e a tornou um importante local de passagem de materiais de construção, ligando região central da cidade aos bairros da zona sul, que estavam em desenvolvimento na época, principalmente a região onde se localiza o bairro de Botafogo. Segundo a antropóloga Julia O'Donnell (2011, p. 26), a primeira linha de bonde à tração animal da região foi inaugurada em 1868, pela companhia Botanical Garden Company, ligando a Rua Gonçalves Dias ao Largo do Machado. A autora descreve a consequência deste fato na seguinte passagem: “estava dada a largada para um irrefreável processo de expansão da malha urbana através dos trilhos”. Devido a esse

---

<sup>9</sup> IPHAN. Acervo da Igreja Nossa Senhora da Glória do Outeiro. Patrimônio Material, Tombamentos. Pastas n.: RJ 063-3; RJ 064-2; RJ 064-3 [54 p.] . Data da consulta: 02 jul. 2019.

desenvolvimento urbano, houve incentivo por construções com maiores gabaritos, de até quatro metros e meio aproximadamente, que estimularam o crescimento de moradias mais imponentes na região e a implantação de construções significativas, sendo a mais conhecida delas o Palácio do Catete, que pertenceu ao Barão de Nova Friburgo. No ano de 1897, esse local passou a sediar a Presidência da República.

A sede da Presidência da República fez com que a Glória e o Catete se tornassem importantes centros de atividades políticas. Esse fato contribuiu para transformações arquitetônicas nesses bairros com o aparecimento de pensões, hotéis, bares e restaurantes pelos quais circulavam políticos, funcionários públicos e intelectuais (IRPH, 2012, p. 4).

Duas obras urbanas marcaram a configuração da região e delinearam a configuração urbana do bairro da Glória, uma delas foi a abertura da Avenida Beira Mar,<sup>10</sup> inaugurada no ano de 1906, e a outra foi a obra do Aterro do Flamengo, de 1965<sup>11</sup> (PIMENTEL, 2017).

No dia 1º de julho de 1937 entrou em vigor o Decreto n. 6.000, que ampliou as alturas permitidas para construções nos bairros atlânticos (O'DONNELL, 2011, p. 259), e em 1947 foram aprovadas as plantas de urbanização e zoneamento do bairro do Catete (CARDEMAN & GOLDFELD CARDEMAN, 2016, p. 108). Essas duas legislações foram as principais responsáveis por delinearem a configuração espacial das edificações da região da Glória.

No ano de 1937 foi promulgado o Decreto-Lei n. 25, que organizou a proteção ao “patrimônio histórico e artístico nacional” a partir da criação do instituto do tombamento (CHUVA, 2003, p. 330), principal instrumento legal de preservação do patrimônio material no país, que será discutido no Capítulo 2 deste trabalho.

A partir do ano de 1960, com a transferência da capital federal para Brasília, o bairro da Glória se retira do cenário político nacional e se consolida como um bairro residencial com importância histórica relevante. A última maior transformação urbana no bairro ocorreu na década de 1970, devido às obras do metrô na região, que consolidaram a malha urbana da região como se encontra atualmente (IRPH, 2012, p. 5).

Devido a sua preservação, o entorno da I. de N. Sra. da Glória do Outeiro teve alterações pontuais, porém significativas, que serão melhor abordadas ao longo deste trabalho.

---

<sup>10</sup> Para melhor identificação deste local ver Figura 1 (p.17).

<sup>11</sup> O Aterro tem uma área de aproximadamente 1.300.000 m². Está localizado entre o Aeroporto Santos Dumont e a Praia de Botafogo. É atualmente considerado Patrimônio Mundial da Humanidade na categoria “Paisagem Cultural Urbana”, título concedido pela UNESCO em 2012.

## **2. DISCUSSÃO METODOLÓGICA**

### **2.1 DESENHO METODOLÓGICO E FONTES UTILIZADAS**

Compõe esta pesquisa o relatório técnico,<sup>12</sup> no qual é apresentado em conjunto com o produto dessa pesquisa (Policy Paper). Este trabalho foi elaborado entre os anos de 2019 e 2021. Desde o mês de março de 2020 o Brasil vem sofrendo com a pandemia de Coronavírus, um problema de saúde pública com impactos econômicos e sociais negativos em todo o mundo. Como consequência da pandemia vieram recomendações sanitárias restritivas como distanciamento social, maior higienização das mãos, uso de máscaras, entre outras. Esse fato limitou alguns aspectos relativos à pesquisa como: entrevistas diretas e contatos pessoais. Ressalvo que, apesar do avanço das vacinas no ano de 2021, a pandemia ainda se mantém em curso até a data de fechamento deste trabalho e as medidas sanitárias ainda são recomendadas pela Organização Mundial de Saúde nos países que não conseguiram controlar a contaminação dessa doença, dentre os quais o Brasil. Devido a este acontecimento, alguns aspectos de pesquisa sofreram adaptações, de modo a priorizar as recomendações sanitárias vigentes.

Para compreensão deste pesquisador sobre a especificidade e a generalidade da Igreja N. Sra. da Glória do Outeiro, seus usos, e a relação com o tema proposto, foi realizada : pesquisa documental, bibliográfica de campo e entrevistas.

O caminho metodológico se delineou da seguinte maneira: uma primeira parte do trabalho constituída por um levantamento teórico. Foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa documental ocorreu no dia 02 de julho de 2019, no Arquivo Central do IPHAN. A intenção dessa pesquisa documental foi investigar os registros históricos existentes em relação à Igreja, pelo fato de ser uma edificação tombada por este órgão. A investigação focou na procura de documentos relacionadas ao processo de tombamento, sua origem, possíveis informações sobre obras ou reformas ocorridas no local e questões relacionadas ao seu entorno imediato. As seguintes fontes de registros foram analisadas: reportagens, documentos de registros de propriedade, um livro da história da Igreja, materiais do arquiteto Lúcio Costa, plantas de arquitetura, fotografias. Ao total foram visualizadas 54 páginas, distribuídas em quatro pastas relacionadas ao Processo n. 49-T-38, referente à Igreja Nossa Senhora da Glória do Outeiro.

---

<sup>12</sup> O Relatório Técnico é o novo modelo da FGV para apresentação de suas dissertações de mestrado profissional, por exigência do Ministério da Educação e Cultura.

A pesquisa bibliográfica foi realizada de modo a complementar as informações obtidas na pesquisa documental. Foram analisados como fontes artigos sobre a Igreja N. Sra. do Outeiro, bem como dissertações e livros de arquitetura sobre o desenvolvimento urbano da região, por entender que o entorno da Igreja era uma questão de pesquisa a ser investigada. Toda referência bibliográfica utilizada será apresentada ao final deste trabalho. Essa foi sistematizada priorizando os trabalhos relacionados ao tema patrimônio e acessibilidade primeiramente no Brasil e, posteriormente, no âmbito internacional. Foram localizados poucos autores brasileiros que abordam esse assunto, com isso foram escolhidos os trabalhos que se mostraram mais completos em relação à temática. O assunto sobre acessibilidade em patrimônio histórico possui relevância internacional, então foi necessário investigar também autores de outros países a fim de entender como eles se posicionam diante da temática. Toda essa procura foi realizada na base de dados acadêmicos existentes, como principal delas, o Google Scholar.

Devido à escassez de trabalhos encontrados, as referências brasileiras serviram como guia para encontrar os autores estrangeiros que abordam esse assunto. Foram encontrados apenas três artigos internacionais relacionados ao tema. Nenhum trabalho encontrado analisou casos com igrejas, mas eles citaram os exemplos de algumas delas, os quais foram utilizados neste trabalho. No processo de escolha das imagens, esta pesquisadora sentiu necessidade de obter imagens mais atualizadas. Para isso, foi utilizada a ferramenta Google Street View e foi realizada uma análise visual e técnica de cada caso, sob a perspectiva desta pesquisadora. Esses exemplos visam reforçar a compreensão do leitor de como acontecem as intervenções de acessibilidade em bens preservados na prática.

Para os casos brasileiros foram escolhidos aqueles que a pesquisa pôde certificar-se do tombamento das edificações. A intenção foi demonstrar a possibilidade das intervenções em igrejas tombadas no Brasil.

Em conjunto com este relatório técnico está sendo apresentado o Policy Paper, produto de pesquisa. A metodologia que se mostrou mais adequada para o desenvolvimento do documento foi o estudo de caso, por entender que o recorte em um objeto único delimitaria a abrangência do estudo e aprofundaria as questões de pesquisa, que se mostraram extensas e complexas.

Este relatório demonstrou anteriormente que a temática sobre patrimônio histórico tombado e acessibilidade é uma questão recente e contemporânea no Brasil e no mundo. Além disso, houve necessidade de investigar o fenômeno no seu contexto real, através da análise de uma edificação tombada, que será apresentada no Policy Paper. Segundo autor Robert Yin (2001,

p. 32): “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

As motivações que levaram à escolha do objeto, Igreja de N. Sra. da Glória do Outeiro, serão apresentadas no conteúdo do documento.

Apesar de o estudo de caso ser realizado em caso único, entende-se que os resultados teóricos podem ser generalizados para casos semelhantes: “[...] estudos de casos, da mesma forma que experimentos são generalizáveis a proposições teóricas [...]” (Ibidem, p. 29).

Devido à abrangência das questões desta pesquisa, o estudo de caso se mostrou a metodologia mais adequada para se obter um recorte mais delimitado, a fim de obter melhor aprofundamento e qualidade dos resultados. Entendemos ainda que os resultados obtidos não serão exclusivos para a aplicação em um único objeto, pois questões macro que serão levantadas possuem caráter replicador. Isso se deve ao fato que as legislações sobre acessibilidade possuem abrangência nacional. Além disso, as legislações municipais não podem descumprir ou inserir divergências dos normativos federais. Com isso, entendemos que há possibilidades de replicações com as devidas adaptações em cada caso e localidade.

Para o desenvolvimento do estudo de caso foram utilizadas as seguintes ferramentas de pesquisa: a observação simples através de uma pesquisa de campo, entrevista com historiador Luiz Felipe da Silva Sanchez, funcionário da Igreja de N. Sra. da Glória do Outeiro, e questionário enviado de maneira virtual ao público da Igreja.

A pesquisa de campo foi realizada através da observação simples,<sup>13</sup> classificada segundo o autor Antônio Carlos Gil. Este tipo de observação estuda de maneira espontânea os fatos, sem envolvimento do pesquisador com o grupo ou comunidade que ali se encontra. Uma das vantagens dessa técnica é facilitar “a obtenção de dados, sem produzir suspeitas nos membros das comunidades, grupos ou instituições que estão sendo estudadas” (GIL, 2008, p. 100).

A pesquisa em profundidade na Igreja aconteceu entre fevereiro de 2018 e março de 2020. A autora desta pesquisa frequentou as missas que ocorriam aos sábados entre os anos de 2017 e 2018. A partir de 2019, a pesquisa de observação seguiu os itens preconizados por Antônio Carlos Gil (2008, p. 101): “os itens significativos a serem observados precisam considerar: os sujeitos, os cenários e os comportamentos sociais”. Foram observados o tipo de público que frequentava a igreja, sua faixa etária, a forma de acesso ao local e a forma de interação dos

---

<sup>13</sup> O autor Antônio Carlos Gil (2008) classifica a técnica de observação em três tipos: observação simples, observação participante e observação sistemática.



frequentadores. O registro do cenário foi realizado no mês de agosto de 2020, quando foram capturadas imagens da Igreja e de seu entorno através da câmara de celular da própria autora (Iphone XR Apple). A observação considerou os seguintes elementos no cenário:

- Localização dos principais acessos para a Igreja;
- Principais edificações do entorno;
- Mobiliário urbano;
- Meios de transporte para chegada do local;
- Infraestrutura urbana.

A pesquisa de observação gerou o mapa representado na Figura 8, na página 81 (Delimitação da área do Estudo de Caso). Esse mapa apresentou os acessos existentes no local, os limites do estudo e onde foi realizada a pesquisa.

Foi realizada entrevista com Luiz Felipe da Silva Sanches, pesquisador e funcionário da Imperial Irmandade da Glória do Outeiro,<sup>14</sup> que ocupa o cargo de historiador do Museu da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória de Outeiro.<sup>15</sup> O contato inicial desta pesquisadora com o entrevistado se deu através da secretaria da Igreja, que me encaminhou para este funcionário, pois ele é o responsável por receber e orientar estudantes e pesquisadores. A entrevista ocorreu no mês de abril de 2021 e precisou ser adaptada devido às medidas restritivas impostas pela pandemia de Coronavírus. Devido às recomendações sanitárias de distanciamento social, optou-se pelos envios das perguntas via e-mail. As informações foram analisadas no conteúdo do Policy Paper.

Foi observada uma adaptação da Igreja Nossa Senhora da Glória do Outeiro no tocante à celebração de missas durante o ano de 2020. Devido às restrições de aglomeração, a Igreja aumentou sua atuação nos meios virtuais. As missas passaram a ser transmitidas on-line e ao vivo, com aumento de postagens e informações através da sua página na rede social (Facebook). Entre os anos de 2020 e 2021, os vídeos das missas postadas alcançaram uma média de 20 visualizações e aproximadamente 10 comentários em cada postagem. Isso evidenciou que

---

<sup>14</sup> A Imperial Irmandade da Glória administra a Igreja e o Museu da Imperial Irmandade. O título de Imperial foi outorgado por D. Pedro no ano de 1849. O advento da República respeitou essa outorga e, por isso, até hoje a titulação de “Imperial” subsiste para a Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro.

<sup>15</sup> O Museu da Imperial Irmandade de N. Sra. da Glória do Outeiro está localizado em edificação ao lado da Igreja.

alguns fiéis passaram a usar o meio virtual como alternativa de continuarem próximos à Igreja e às missas.

Devido à facilidade de envios de mensagens proporcionado por este meio de comunicação, foi enviado questionário pelo Facebook para os seguidores da página da Igreja, e também para os seguidores do grupo do bairro da Glória. O questionário estruturado foi elaborado no “Google Forms”, com 11 perguntas no total, entre elas perguntas abertas e fechadas.

As perguntas foram elaboradas segundo os princípios descritos por Márcia Lima (2016, p. 25): “Há dois princípios básicos que norteiam a formulação das perguntas: mensurar características diretas (demográficas e socioeconômicas) e mensurar características indiretas ou subjetivas (opinião, valores e atitudes)”.

O questionário foi realizado com interesse na investigação de algumas questões indiretas, principalmente no que diz respeito à coleta das opiniões e das impressões sobre a acessibilidade no local. Para responder ao questionário era necessário que a pessoa tivesse ido ao menos uma vez presencialmente na Igreja (isso foi explicado no envio do questionário). O seguinte roteiro de perguntas foi utilizado:

1. Nome completo (pergunta aberta);
2. Idade (pergunta aberta);
3. Bairro em que reside (pergunta aberta);
4. Com qual frequência você vai à Igreja do Outeiro (pergunta fechada, com três opções de marcação: frequento constantemente às missas (antes da pandemia); já fui pelo menos uma vez para conhecer (turista); vou de vez em quando (foi mais de 2 vezes ao ano));
5. Como você chega na Igreja do Outeiro (pergunta fechada e aberta, com as seguintes opções de marcação: Uber/taxi , carro, a pé e outros. Na opção outros teria que preencher qual meio de transporte);
6. Você utiliza ou já utilizou o Plano Inclinado? (pergunta fechada);
7. Você conhece alguém (pessoa com deficiência ou idoso) que teve dificuldade em acessar a Igreja? (pergunta fechada);
8. Caso tenha respondido sim na pergunta anterior, poderia contar como foi essa experiência? (pergunta aberta);

9. Você acha que o entorno da Igreja do Outeiro possui condições que atendem às pessoas com deficiência (cadeirantes, pessoas com deficiência visual e auditiva) e mobilidade reduzida (idosos)? (pergunta aberta);
10. Sobre acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, o que você acha que poderia ser melhorado no local? (pergunta aberta);
11. Termo de consentimento (último item, no qual a pessoa deveria concordar com a divulgação da pesquisa deste trabalho).

Antes do envio do questionário estruturado foram assumidas as seguintes premissas, listadas a seguir. Essas premissas tentam controlar possíveis vies e foram estipuladas a partir de observação desta frequentadora do local.

- Enviar para a mesma quantidade de pessoas do sexo feminino e masculino;
- A faixa etária das pessoas seria aproximadamente a mesma do público presencial da Igreja.

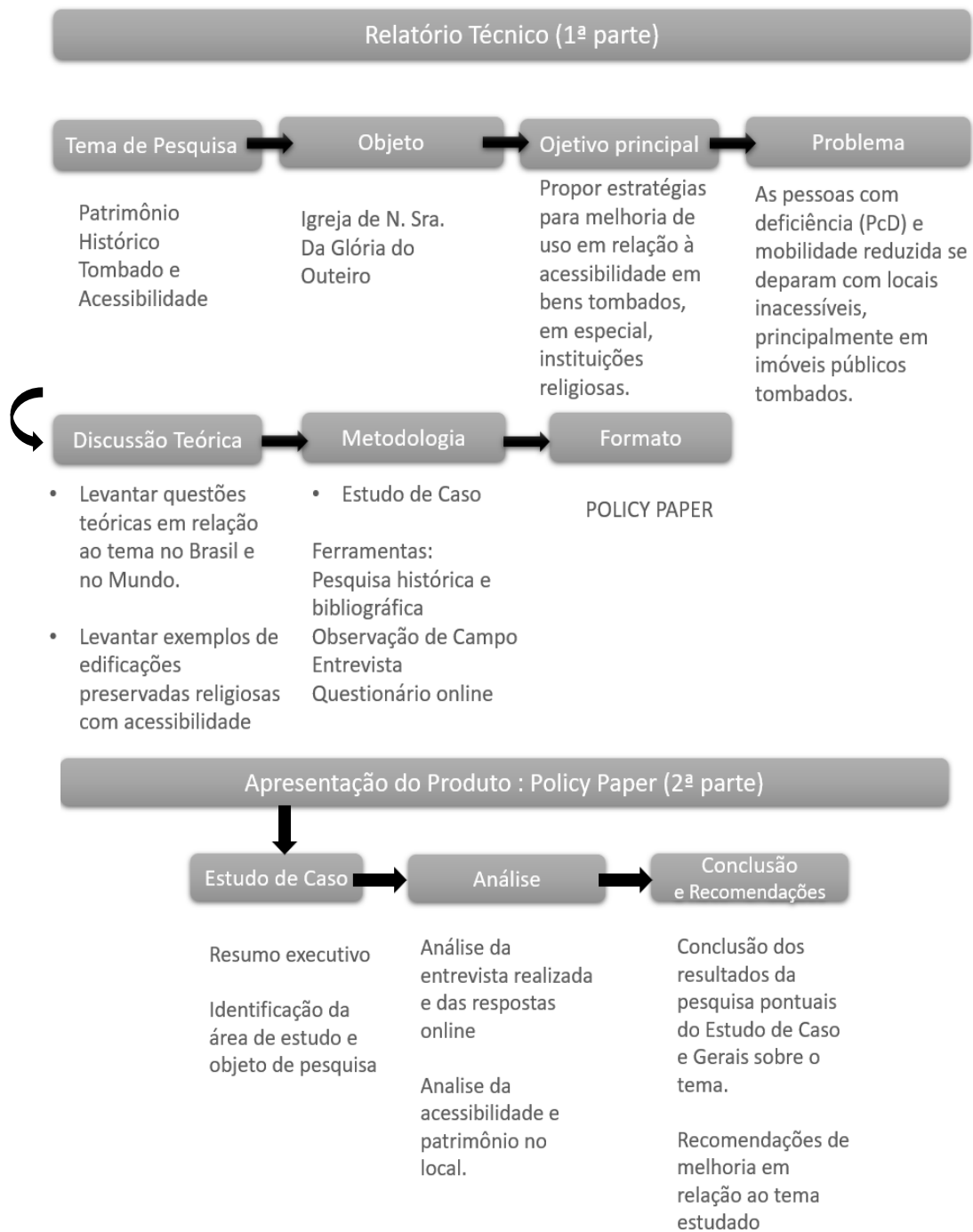
Essas premissas foram assumidas por conhecer previamente o perfil do público frequentador da Igreja com o objetivo de obter uma amostragem intencional. Segundo Murillo Marschner Alves de Brito (2016, p. 46): “Na amostragem intencional ou por julgamento, selecionam-se os casos a partir de conhecimentos prévios a respeito dos elementos da população”.

Foi enviado o questionário para 50 homens e 50 mulheres, com faixa etária entre 30 e 70 anos. Foi enviado para mesma quantidade de pessoas do sexo feminino e masculino, pois foi observado que o público que assistia as missas presenciais também se equilibrava entre homens e mulheres. A faixa etária estipulada também respeitou o público observado no local. A amostra apresentada neste trabalho é não probabilística e possui limitação, porém, ela se mostrou satisfatória para um estudo exploratório pois captou a percepção dos frequentadores no local. A data de coleta dos dados ocorreu entre 24/04/2021 e 24/05/2021. Os resultados foram analisados no interior do Policy Paper. As respostas da ferramenta Google Forms encontram-se no Apêndice deste trabalho.

Sabemos das limitações em relação a amostras

A Figura 2, a seguir, mostra o desenho metodológico deste trabalho de maneira esquemática.

Figura 2 - Resumo do Desenho Metodológico



Fonte: Elaboração própria, 2021.

### **3. DISCUSSÃO TEÓRICA**

#### **3.1 POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO MATERIAL E ACESSIBILIDADE NO BRASIL**

No Brasil, o Decreto-Lei n. 25 de 30 de novembro de 1937 é o grande balizador dos trabalhos em relação à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O patrimônio histórico e artístico nacional é definido como: “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

O tombamento é o instrumento legal de salvaguarda do patrimônio histórico, o acautelamento<sup>16</sup> é realizado em um dos quatro Livros de Tombo.<sup>17</sup> O Decreto-Lei n. 25 de 1937 foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e tem respaldo legal nos artigos 215 e 216,<sup>18</sup> que validam esse instrumento.

Para Sonia Rabello (2017, p. 2), o tombamento é um instrumento jurídico que tem por objetivo impor a preservação de bens materiais. Esta imposição resulta do caráter obrigatório e estatal da decisão de preservar determinado bem, em função do interesse público.

O tombamento é ainda um ato discricionário sobre a propriedade privada, técnico e respaldado pelo Decreto-Lei n. 25, até hoje vigente no país (RABELLO, 2009, p. 10). Ele pode ser voluntário – quando há solicitação ou anuência do proprietário em relação ao bem a ser tombado – ou compulsório – quando há recusa do proprietário. Ele pode ser ainda provisório – quando o processo está em curso – ou definitivo – quando o processo conclui-se pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

A I. N. Sra. da Glória do Outeiro foi um dos primeiros bens a serem tombados no país, a 04 de maio de 1938,<sup>19</sup> ano seguinte à criação formal do Serviço do Patrimônio Histórico e

---

<sup>16</sup> Segundo o IPHAN, consideram-se bens acautelados aqueles tombados pelo Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937.

<sup>17</sup> Referente ao Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; ao Livro do Tombo Histórico; ao Livro do Tombo das Belas Artes e ao Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

<sup>18</sup> Art. 215 (CF/88): “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”

§1º do art. 216 (CF/88): “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

<sup>19</sup> Segundo Arquivo Central do IPHAN, o processo de tombamento da I. N. Sra. da Glória do Outeiro se inscreve no Processo n. 49-T-38.

Artístico Nacional (SPHAN)<sup>20</sup>. O número do seu processo no livro de Tombo Histórico é N°49-T-38. A edificação fez parte das primeiras levas de igrejas que foram tombadas por este órgão, portanto inserida num primeiro período de tombamentos desta Instituição (MOTTA; THOMPSON, 2010, p. 26). O acautelamento compreende o conjunto arquitetônico e paisagístico do morro em que se situa, conforme transcrição na capa da ficha de registro: “Capela de Nossa Senhora, compreendendo o conjunto arquitetônico e paisagístico do morro em que está situada no Município do Rio de Janeiro, cidade do Rio de Janeiro”.<sup>21</sup>

O tombamento do conjunto significa que mudanças no local relacionadas a qualquer elemento da arquitetura e da paisagem exige aprovação prévia do IPHAN. Especificamente para os casos de modificações em relação à acessibilidade de áreas sob sua tutela, o órgão possui a Instrução Normativa n. 1 (IN n. 1), de 25 de novembro de 2003. O item 1.4 desta instrução institui: “Nos casos previstos para aplicação desta Instrução Normativa, a adoção de soluções em acessibilidade dependerá de apresentação prévia de projeto pelo interessado, para análise e aprovação do Iphan”.

O tombamento da I. N. Sra. da Glória do Outeiro foi uma referência notória de preservação nos anos 30. Um dos motivos do protagonismo desta Igreja à época se deu principalmente por ter sido um dos primeiros processos executados pelo órgão e devido às tensões resultantes em relação à preservação do seu entorno, que serão debatidas ao longo deste capítulo.

A política de patrimônio na cidade do Rio de Janeiro acontece em três esferas políticas: a federal, através do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); a estadual, através do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e na esfera municipal, através do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH). Este texto foca na esfera federal, devido ao fato de que a I. N. Sra. da Glória do Outeiro seja tombada pelo IPHAN, órgão responsável por nortear as políticas de patrimônio do Brasil.

O marco histórico que configura formalmente o início dessa política no país foi a criação do órgão federal SPHAN, no ano de 1937. Segundo a autora Maria Amélia Jundurian Corá (2014, p. 1095), as práticas de patrimônio surgem a partir da iniciativa do Estado em assumir um papel proeminente na formulação de uma concepção oficial de cultura, voltada para a construção de uma ideia de nação. Sobre esse processo, Márcia Chuva (2003) destaca que os

---

<sup>20</sup> O SPHAN foi o primeiro nome do atual IPHAN, órgão federal de preservação do Brasil.

<sup>21</sup> IPHAN. Acervo da Igreja Nossa Senhora da Glória do Outeiro. Patrimônio Material, Tombamentos. Pastas n.: RJ 063-3; RJ 064-2; RJ 064-3 [54 p.] . Data da consulta: 02 jul. 2019.

primeiros protagonistas à frente do atual IPHAN influenciaram no delineamento das políticas de proteção do patrimônio brasileiro. Para esta autora, a forte experiência dos principais intelectuais que compuseram esta instituição, dentre os quais Lúcio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, “gênios fundadores de uma nação moderna” nos permite compreender como o Brasil foi “inserido no mundo civilizado” (Ibidem, p. 314). Dentro desta compreensão, destaco que o arquiteto Lúcio Costa<sup>22</sup> teve um papel importante nas primeiras ações do IPHAN, inclusive na preservação da região da I. de N. Sra. da Glória do Outeiro. Seus artigos publicados na Revista do Patrimônio<sup>23</sup> foram responsáveis por divulgar a arte por ele denominada barroca brasileira e delinearam os primeiros rumos das políticas de preservação.

Segundo Marcia Chuva (2003, p. 329), a classificação e nomeação da arte brasileira em barroco sincronizaram as origens do Brasil com a história do mundo “civilizado”. Maria Cecília Londres Fonseca (2005) explica que havia riscos de desaparecimento dos exemplares da arte colonial com processo de urbanização: “[...] remanescentes da arte colonial brasileira, justificada pelos agentes institucionais como decorrência do processo de urbanização que já se acelerava” e colocava em risco de desaparecimento definitivo tais exemplares” (FONSECA apud CALABRE, 2017, p. 42).

A preocupação em relação à preservação da arquitetura colonial e barroca marcou os inícios dos trabalhos do IPHAN, de maneira que os primeiros tombamentos foram voltados para a preservação desses bens. Essa foi uma das motivações que levaram a I. N. Sra. da Glória do Outeiro a fazer parte da primeira leva de bens que foram preservados por este órgão, pois sua arquitetura é considerada um exemplar do estilo colonial barroco:

A concepção da Igreja da Glória conjuga a busca pelo movimento, característica do barroco, ao gosto pela geometria simples, típica do maneirismo português, dando lugar a uma construção original, excepcional para o Brasil como para Portugal (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2000, p. 86).

No ano de 1943, a I. N. Sra. da Glória do Outeiro esteve no centro das primeiras discussões em relação à área de vizinhança a ser preservada num bem tombado. O arquiteto Lúcio Costa, membro do IPHAN à época, evidenciou a necessidade de preservação de uma área

---

<sup>22</sup> Lúcio Costa foi Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos do SPHAN, de 1937 até 1972. Nesse período ele já era um profissional influente na esfera pública, quem delineava a forma de condução das políticas de proteção no país.

<sup>23</sup> A Revista do Patrimônio foi inaugurada em 1937, junto ao SPHAN, e foi a primeira revista a abordar assuntos relativos ao patrimônio no Brasil.

maior que a Igreja a fim de garantir a sua visibilidade, mostrando preocupação na preservação do patrimônio ao longo do tempo. A previsão legal que embasou esse fato está contida no artigo 18 do Decreto-Lei n. 25 de 1937:

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto (grifos da autora).

Na passagem acima dois conceitos se destacam: vizinhança e visibilidade. Percebe-se a preocupação do legislador em proteger o objeto preservado de construções que poderiam impedir a visibilidade da coisa tombada e ainda de ocultá-la com cartazes e anúncios, meios de comunicação comuns à época. Nesse sentido, o conceito pretendido de visibilidade buscava garantir que a vizinhança do bem tombado não impedisse a boa apreciação visual.

Os estudos do arquiteto Lúcio Costa na I. de N. Sra. da Glória do Outeiro tentaram trabalhar com esses conceitos, que visavam a preservação de uma área além da edificação tombada. Sua preocupação com a preservação da encosta da Igreja foi motivada pelo desenvolvimento urbano que foi planejado para essa região em um momento de obras de ampliação.<sup>24</sup> A passagem do parecer do arquiteto de 16 de julho de 1946 demonstra sua inquietude:

A questão de que trata o presente processo vem ao encontro de um dos problemas paisagísticos mais importantes da cidade, problema que precisa ser encarado agora de frente, porquanto, perdida a oportunidade atual, correrá o risco de ficar definitivamente sem solução: quero referir-me à incorporação de uma parte das encostas leste e norte do Outeiro da Glória, no conjunto dos jardins que lhe ficam ao pé, para servir como fundo de cenário, com a sua encantadora igreja setecentista, à bela perspectiva de parques que, partindo do Passeio Público e da Praça Paris, se espraia pela Esplanada da Glória até os jardins do largo do mesmo nome onde topa com o outeiro. Aliás, a importância do problema avulta quando se considera que a municipalidade ainda pretende vantajosamente ampliar essa área de parques com o aterro proveniente das obras de desmonte do Morro de Santo Antônio (COSTA apud SUZUKI, 2007, p. 10).

A Figura 3, a seguir, mostra o seu croqui<sup>25</sup> (1) para a região, datado de 1943. O desenho indica sua preocupação em localizar os principais elementos urbanos existentes na vizinhança

---

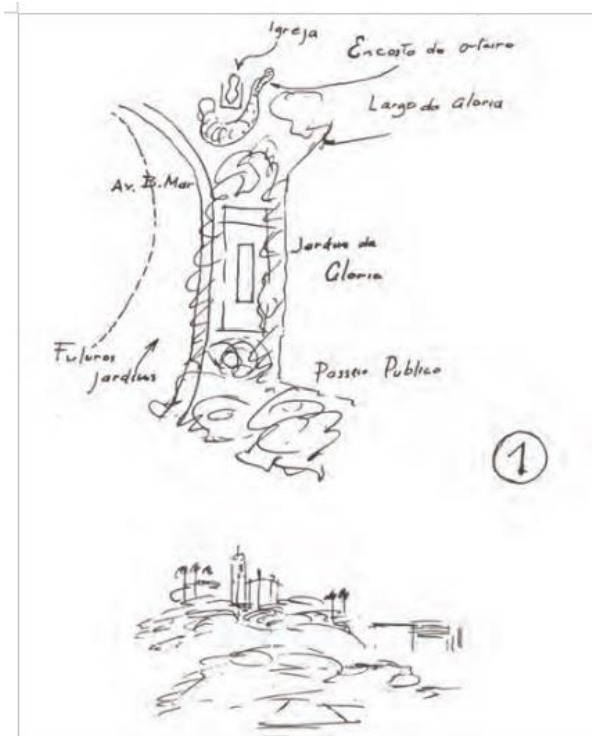
<sup>24</sup> Refere-se ao planejamento para o desmonte do morro de Santo Antônio, que já existia desde o início do XX. Na década de 1950, a maior parte do Morro de Santo Antônio foi destruída para fornecer material para a construção do Aterro do Flamengo.

<sup>25</sup> Na linguagem arquitetônica, croqui é sinônimo de esboço à mão livre do estudo do projeto arquitetônico.



da Igreja: o largo da Glória, os jardins da Glória, a Av. Beira Mar e o Passeio Público<sup>26</sup>. O desenho mostra a preocupação do arquiteto em garantir a visibilidade do bem tombado com esses elementos urbanos.

Figura 3 - Croqui Lúcio Costa, 1943, desenho 1



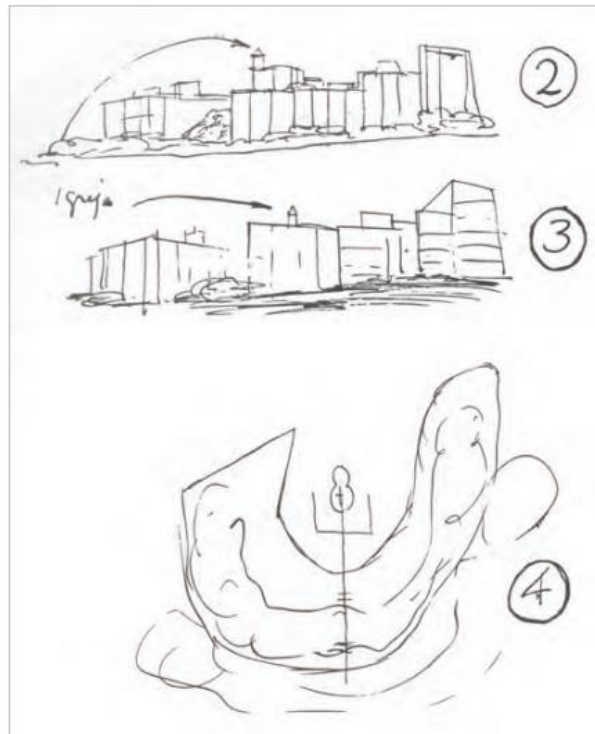
Fonte: Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Obras.

A Figura 4, na página seguinte, mostra os seus croquis 2, 3 e 4. Os desenhos mostram um estudo simulando possíveis edificações na encosta existente, com alturas diversificadas, e as relações visuais com o bem tombado. Uma área de preservação da encosta também foi estudada no entorno da Igreja (croqui 4).

---

<sup>26</sup> Neste momento em que foi realizado o croqui, ainda não existia o Aterro do Flamengo e o mar avançava até Av. Beira Mar. As obras do Aterro foram executadas na década de 1960 e a inauguração se deu no dia 17 de outubro de 1965.

Figura 4 - Croqui Lúcio Costa, 1943, desenhos 2 a 4.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Obras.

Os desenhos evidenciam a preocupação do arquiteto em resguardar a visibilidade do bem tombado e em preservar sua área de vizinhança.

Atualmente, parte da encosta da Igreja não possui edificações e todas as edificações vizinhas a ela são preservadas pelo órgão municipal (IRPH), através da Criação da Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC – Decreto n. 25.693 de 23 de agosto de 2005). Cabe indicar que existem no bairro edificações preservadas pelo órgão estadual (INEPAC).<sup>27</sup>

Nos anos 1960, a I. N. Sra. da Glória do Outeiro voltou a ter lugar de destaque nas discussões em relação a esta encosta, quando Lúcio Costa projetou as “rampas de acesso”<sup>28</sup> do Outeiro. A obra ficou conhecida por reutilizar as pedras do antigo cais do Flamengo com seus tamanhos naturais, cais esse que foi demolido por ocasião do projeto do aterro. O projeto para as rampas do Outeiro ocorreu em um momento histórico da arquitetura da cidade: ao mesmo

<sup>27</sup> Para conferir o mapeamento das áreas tuteladas, ver Figura 9, p.83.

<sup>28</sup> A palavra rampa foi utilizada à época e deu nome a esta intervenção, porém cabe destacar que no local há trechos com degraus.

tempo em que aconteciam as obras do Aterro do Flamengo,<sup>29</sup> de maneira que houve a necessidade de integrar o acesso do bem tombado com esta nova área que estava surgindo na região. A preocupação em relação ao acesso da Igreja nesse momento histórico estava voltada em abrir sua visibilidade para o restante da cidade e integrar o objeto arquitetônico com as áreas verdes e praças planejadas no projeto do Aterro do Flamengo, que já havia iniciado suas obras (SUZUKI, 2007, p. 16).<sup>30</sup>

Os autores Gustavo Rocha Peixoto e Flavio Castellotti (2007, p. 13) explicam que o IPHAN, através de Lúcio Costa, impediu a execução do projeto apresentado por Roberto Burle Marx para a encosta no ano de 1964.<sup>31</sup> O resultado foi o próprio Lúcio elaborar o projeto para esta região. Na passagem a seguir, esses autores transcrevem trecho do parecer elaborado por Lúcio Costa, demonstrando a interferência do referido órgão:

A solução apresentada por Roberto Burle Marx para o agenciamento do acesso ao outeiro não deve ser aceita. O partido fragmentado proposto não condiz com a pureza arquitetônica da capela. A solução que se impõe –e a DPHAN<sup>32</sup> tem agora o dever de fechar a questão, por se tratar de um dos tombamentos mais importantes na cidade [...] (COSTA apud ROCHA-PEIXOTO; CASTELLOTTI, 2007, p. 13).

Esse exemplo marca uma forte interferência do IPHAN sobre a área tutelada, à época. Além disso, o poder de decisão cedida ao arquiteto Lúcio Costa, que delineou a configuração da paisagem do entorno da Igreja e a forma de como seus acessos foram transformados e que se conservam até os dias atuais<sup>33</sup>. A figura 5, a seguir, mostra o croqui do seu estudo elaborado pelo arquiteto para o acesso da encosta.

---

<sup>29</sup> O Aterro do Flamengo foi projetado em 1959, as obras iniciadas em 1961 e sua inauguração ocorreu no dia 12 de outubro de 1965.

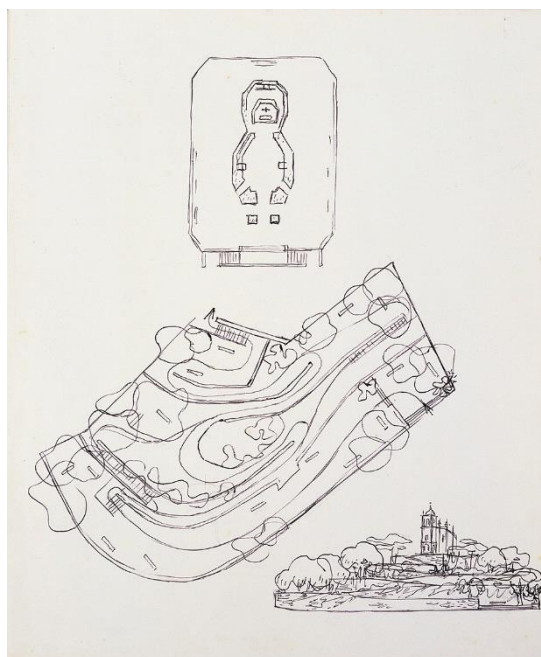
<sup>30</sup> Nesse contexto histórico, a arquitetura moderna no país se expressava no sentido de integrar os espaços e valorizar obras nacionais, o que influenciou os projetos desta época.

<sup>31</sup> Além do projeto de Burle Max, houve outro projeto para a região apresentado por José de Souza Reis. Ambos não se mostraram satisfatórios às vistas do IPHAN e o próprio Lúcio Costa realizou o projeto.

<sup>32</sup> Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, DPHAN (1946 a 1970). Este era o nome do IPHAN à época do documento (1964). O órgão passou por várias mudanças de nomes até adquirir seu nome atual.

<sup>33</sup> Mais detalhes sobre os acessos da Igreja e fotos recentes serão melhor apresentado ao longo deste trabalho, em tópico específico.

Figura 5 - Estudo de acesso de Lúcio Costa



Fonte: Instituto Antônio Carlos Jobim<sup>34</sup>

Lúcio Costa projetou para o local as “rampas” de subida em toda encosta, prevendo caminhos sinuosos (Figura 5), de modo a preservar a área de futuras construções e ainda de modo a garantir a “almejada” visibilidade da Igreja, planejada por ele desde 1943: “O projeto de Costa traz a chave para o entendimento de toda sua ideia para o Outeiro da Glória (já esboçada desde 1943 em seu longo parecer)” (ROCHA-PEIXOTO; CASTELLOTTI, 2007, p. 13).

A construção das “rampas” do Outeiro faz parte dos primeiros exemplos concretos de intervenção do órgão de preservação para valorizar o bem tombado, no que diz respeito aos seus aspectos de visibilidade, vizinhança e acessos. Essa intervenção mostra ainda inserções nesse bem cultural ao longo dos anos, e reforça a perspectiva de possibilidades de mudança em relação ao tema da acessibilidade na área.

Com o passar dos anos, os significados de visibilidade e vizinhança se ampliaram e ganharam novos sentidos: o da ambiência e, posteriormente, de entorno. O conceito de ambiência abrange o sentido de conjunto em relação à vizinhança e o bem tombado. Segundo a autora Sonia Rabello (2009, p. 123), a ambiência se constitui na “harmonia e integração do bem tombado à sua vizinhança”. O vocábulo “entorno” foi utilizado oficialmente como um

---

<sup>34</sup> Disponível em: <http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/113>. Acesso em: 21 abr. 2021.

termo técnico do IPHAN<sup>35</sup> pela primeira vez no ano de 1981 (MOTTA; THOMPSON, 2010, p. 11).

Segundo autora Ana Maria Moreira Marchesan (2013, p. 43) o conceito de entorno é utilizado para designar a área envoltória que circunda um bem tombado incluindo sua paisagem adjacente, que pode ser composta de vazios, cheios, bens imóveis/móveis, naturais/artificiais. Para esta autora, “uma das definições mais claras” de entorno consta na Decisão Normativa n. 83, de 26 de setembro de 2008,<sup>36</sup> do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA):

[...] espaço, área delimitada, de extensão variável, adjacente a uma edificação, um bem tombado ou em processo de tombamento, mas reconhecido pelo significado às gerações presentes e futuras pelo poder público em seus diversos níveis por meio de mecanismos legais de preservação.

O desenvolvimento dos conceitos em relação à vizinhança, visibilidade, ambiência e entorno do bem tombado visaram elevar, ao longo dos anos, a questão da preservação do imóvel para além do objeto tombado. Esse entendimento é ratificado pelo IPHAN na Nota Técnica 01 de 2011:

A área de entorno teria como função principal, portanto, preservar a qualidade ambiental e paisagística adequadas para a fruição e compreensão do bem protegido e dos valores a ele associados, funcionando como uma “área de amortecimento” entre o ele e o restante da cidade (IPHAN, 2011, p. 2).

Nota-se a preocupação do órgão em estabelecer uma “área de amortecimento”, que seria uma transição entre o bem histórico preservado e o restante da cidade, a fim de lhe garantir uma melhor compreensão.

Em relação ao que seriam os limites dessa “área de amortecimento”, o IPHAN utiliza as poligonais de entorno<sup>37</sup> para definir a área de abrangência a ser preservada. O órgão esclarece que a poligonal de entorno é uma área delimitada com o objetivo de resguardar a ambiência do bem tombado e garantir a qualidade urbana necessária para sua fruição<sup>38</sup> (Ibidem, p. 3).

---

<sup>35</sup> Portaria n. 05, de 24/06/1981, referente ao caso de Petrópolis, no processo que se desenvolveu entre 1979 e 1982 e que resultou no tombamento de parte da cidade pelo IPHAN.

<sup>36</sup> Artigo 2º, inciso I, alínea “c”.

<sup>37</sup> Poligonal de Entorno é uma técnica utilizada para definir a área de entorno do bem tombado. Poligonal de Entorno: área delimitada com o objetivo de resguardar a ambiência do bem tombado e garantir a qualidade urbana necessária para sua fruição. Esta definição é encontrada na Nota técnica 01 de 02/08/2011 – DEPAM (Departamento de Patrimônio Material) / IPHAN.

<sup>38</sup> A preservação do entorno não se confunde com o tombamento. As edificações preservadas geralmente possuem menos restrições de alterações quando comparadas ao bem tombado. Geralmente as restrições se limitam a coibir alterações estruturais que aumentem a área do imóvel ou alterem sua fachada ou gabarito para evitar os efeitos da especulação imobiliária que tende a verticalizar as construções.

Vieira Filho, Finger e Medeiros (2010) esclarecem que as delimitações das poligonais devem analisar questões relativas a: trajetória histórica do bem; evolução urbana; implantação do acervo arquitetônico; identificação de aspectos como o local de fundação; relação com o território; eixos de expansão; áreas de centralidade; setores funcionais; pontos de observação, entre outros, que ajudem a compreender e contextualizar o objeto.

Atualmente, as discussões se balizam em refletir se essa atividade técnica não precisaria de uma legislação que estabelecesse critérios mais específicos para a definição dessas áreas de preservação. Alguns autores acreditam que isso traria uma maior segurança jurídica, de modo a retirar a subjetividade da atividade técnica.

Isabelle Ohara Lima Thiago e Sônia Venâncio Ribeiro de Melo (2016, p. 28) defendem que o Decreto-Lei n. 25 de 1937 deixou algumas lacunas no seu conteúdo:

[...] não há previsão acerca de qual o regime jurídico dos bens que compõe o entorno, ou quais valores eles tutelam, não tendo especificado nem mesmo qual o procedimento administrativo deve ser adotado para a delimitação do entorno e quais as restrições que devem ser impostas aos proprietários (LIMA THIAGO; MELO apud MARCHESAN, 2010, p. 114).

Segundo as autoras, há necessidade de padronização dos procedimentos e embasamento legal para delimitação da área de entorno, mas sem descartar estudos técnicos aplicados a especificidades acerca de cada caso, que apontariam para a necessidade de mudanças dessas delimitações.

Ana Maria Marchesan (2013, p. 52) defende que o estabelecimento de uma poligonal mínima auxiliaria na atuação reguladora dos órgãos vinculados à preservação, mas considera que deve haver “flexibilizações a partir de premissas e estudos técnicos”. A mesma autora cita o caso da França, país no qual a legislação prevê duas formas de preservação do entorno: “sob a proteção pontual de um perímetro de 500 metros ou sob a proteção global das chamadas zonas de proteção do patrimônio arquitetônico, urbano e paisagístico”.

Um dos motivos para o assunto sobre o entorno de bens tombados estar em pauta nas discussões relacionadas às políticas de patrimônio são os diversos processos jurídicos que ocorrem dentro dessa esfera. Um exemplo foi o caso no entorno preservado na cidade de Olinda (PE) no ano de 2015, onde uma edificação irregular foi construída com três pavimentos, desrespeitando o limite de gabarito, que previa dois pavimentos para a área. A edificação prejudicou a visibilidade das igrejas tombadas na região. A empresa que administrava o imóvel, ré no processo, tentou se eximir de suas responsabilidades e entrou com recurso no Superior

Tribunal de Justiça (STJ)<sup>39</sup>. Abaixo temos alguns trechos do processo para um breve entendimento da causa:

[...] No caso concreto, o imóvel controvertido encontra-se erigido em área de entorno do Polígono de Preservação do Acervo Urbanístico, Paisagístico e Arquitetônico da Cidade de Olinda, segundo a Rerratificação da Notificação Federal n. 1.155/79 da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, bem como da Lei Municipal n. 4.849/92, a qual dispõe sobre os sítios históricos da Cidade de Olinda. [...] **a edificação prejudica parcial e até totalmente a visão de alguns monumentos tombados**, como: A Igreja de Nossa Senhora do Guadalupe, Igreja do Amparo, Igreja de São João Batista, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja Nossa Senhora da Boa Hora e o Casario Tombado (STJ, 2015, grifo da autora).

O STJ tratou a causa como dano ao meio ambiente. O recurso foi negado e a empresa foi condenada ao pagamento de multa, conforme reforçou o STJ:

Neste sentido, a empresa responsável pela realização da edificação irregular e potencialmente lesiva ao meio ambiente responde pelos danos causados, ainda que supostamente não detenha o domínio do imóvel. [...]  
[...] aquele que explora a atividade econômica coloca-se na posição de garantidor da preservação ambiental, e os danos que digam respeito à atividade estarão sempre vinculados a ela, por isso descabe a invocação, pelo responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil e, portanto, irrelevante a discussão acerca da ausência de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiro ou pela ocorrência de força maior. 3. Embargos de declaração rejeitados, com imposição de multa de 1% sobre o valor da causa [...]. (Ibidem, idem).

Não é intenção deste trabalho detalhar todo esse processo, mas este exemplo reforça que as edificações contidas em áreas preservadas estão sujeitas a discussões jurídicas passíveis de responsabilização para quem usufruí-las. O STJ, ao negar o recurso e reforçar a responsabilidade da empresa ré, admite o reconhecimento do poder público em relação à importância sobre o tema da preservação de entorno de áreas tombadas.

É consenso na bibliografia a importância da preservação de uma área de entorno para a valorização do bem tombado, tanto no sentido de favorecer a identidade e o pertencimento em relação aos habitantes que vivem próximos a ele, como na conservação da sua autenticidade e história. Considero que as discussões em relação ao entorno sobre o bem tombado que vem ocorrendo ao longo dos anos fortalecem as políticas de patrimônio material na medida que buscam discutir a maior valorização e preservação do bem, contribuindo para o seu desenvolvimento.

---

<sup>39</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Brasil). “Recurso especial: REsp 0010345-25.1993.4.05.8300 PE 2015/0059144-0”.

Ao longo de 80 anos de atuação do IPHAN houve uma série de mudanças na compreensão do que é patrimônio e, conseqüentemente, no delineamento de suas políticas. Não caberia a esta pesquisa resgatar todo esse processo, porém destaco que o desenvolvimento da política de patrimônio imaterial contribuiu para repensar a área material.

Segundo Haroldo Leitão Camargo (2002, p. 91), a incorporação de novos elementos a partir dos anos 1980 “quebraram” a hegemonia do patrimônio com uma visão voltada para a edificação “pedra e cal”:

Finalmente as mudanças adotadas pelo IPHAN a partir dos anos 80 irão incorporar outros elementos, sobretudo os bens de origem popular, os seus fazeres e, bem mais recentemente, o patrimônio imaterial, com as festas, as danças, as procissões, a gastronomia etc. De alguma forma quebrou-se a hegemonia do patrimônio de “pedra e cal” e da presença exclusiva de arquitetos para a definição dos bens patrimoniais.

A incorporação desses elementos, que também valorizavam as tradições populares, demandou novos profissionais nas áreas de Antropologia, Etnografia, Musicologia entre outras. Essas novas áreas contribuíram no sentido de enriquecer os trabalhos dentro do órgão. O desenvolvimento da área de bens materiais culminou no lançamento de sua recente política no ano de 2018: a Política do Patrimônio Cultural Material (PPCM).

Através da Portaria n. 375 de 19 de setembro de 2018, que institui o PPCM, o IPHAN reconheceu a bem-sucedida experiência na área imaterial. Na introdução do documento percebemos a intenção de integração e atualização da política de patrimônio material para alinhar-se com a do patrimônio imaterial:

A exemplo do que ocorreu com Patrimônio Imaterial – cujos instrumentos de salvaguarda e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, foram instituídos e aprimorados a partir do Decreto n. 3.551/2000, permitindo a exitosa viabilização de projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro – o Patrimônio Material passou a construir, de forma participativa, a sua política [...] (IPHAN, 2018, p. 4).

Katia Bógea<sup>40</sup>, então presidente do IPHAN, foi quem promulgou o PPCM em 2018. Segundo ela, foi a primeira vez que o órgão dedicou um documento visando a consolidação das políticas de preservação e salvaguarda do patrimônio brasileiro a fim de pensar em seu futuro. O documento se propõe como um guia para os trabalhos sobre os bens materiais no órgão:

---

<sup>40</sup> Katia Bógea foi presidente do IPHAN no período de 2016 a 11/12/2019.



[...] Documento que servirá de guia a ser adotado pelo Iphan quando da realização de ações e processos de identificação, reconhecimento, proteção, normatização, autorização, licenciamento, fiscalização, monitoramento, conservação, interpretação, promoção, difusão e educação patrimonial relacionados à dimensão material do Patrimônio Cultural (Idem, ibidem).

O PPCM propõe alguns avanços considerados inéditos pela instituição como: realização de consulta pública para elaborá-lo; previsão de maior participação da comunidade na elaboração de estratégias em relação às ações de preservação e as esferas do poder público.

No ano de 2019 foram divulgados no site do IPHAN a realização de três consultas públicas e duas audiências públicas no total, dentre as quais destaco as ocorridas nos meses de julho a setembro de 2019, por entendê-las como contributivas para o desenvolvimento das discussões sobre visibilidade apresentadas neste trabalho. A consulta pública solicitou opinião sobre definição de um novo instrumento de preservação denominado Chancela de Paisagem Cultural Brasileira. Conforme minuta divulgada em 2019, a finalidade deste instrumento visava preservar e valorizar a paisagem cultural. A definição de paisagem cultural foi colocada para escolha do público entre duas opções.<sup>41</sup> Não foi encontrada divulgação do resultado desta consulta pública, apesar de ter sido realizada por meio virtual por intermédio do site do IPHAN.<sup>42</sup> Apesar de este assunto caminhar de forma lenta, ele é um exemplo concreto da tentativa de ação do órgão em relação a uma maior participação popular na elaboração de sua política de patrimônio material. No entanto, resta compreender em qual medida essa participação popular pode se refletir em representação da sociedade como um todo, aí incluídas as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Foi observado que o número de consultas públicas teve uma queda nos anos de 2020 e 2021, quando comparados com o ano de 2019. No ano de 2020 foram localizadas apenas duas consultas públicas e nenhuma audiência pública e, até o mês de julho de 2021 não havia sido

---

<sup>41</sup> As duas opções dizem respeito ao Art. 1º da minuta: (Opção 1) Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. (Opção 2) Paisagem cultural brasileira é o resultado da interação entre grupos sociais e natureza, expresso por meio de práticas culturais em curso, que estão associadas a um território específico, compondo um sistema de relações que se refere à identidade, memória e ação dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1956>. Acesso em: 16 jul. 2021.

<sup>42</sup> Todas as consultas públicas do órgão pesquisadas foram realizadas através da página do IPHAN. Disponíveis em: [http://portal.iphan.gov.br/busca?search\\_query=consulta+publica&do\\_search=y&buscar=buscar](http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=consulta+publica&do_search=y&buscar=buscar). Acesso em: 17 jul. /2021.

realizada pelo órgão nenhuma consulta ou audiência pública. A pandemia do Coronavírus<sup>43</sup> e a mudança de direção do órgão, ocorrida no ano de 2019, podem ter sido fatores que contribuíram para esse fato.

O PPCM traz ainda previsão de um instrumento que não existia anteriormente: a “Declaração de Lugares de Memória” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2018). Segundo o IPHAN, o instrumento prevê reconhecimento de um bem cultural, mesmo que ele tenha perdido sua integridade e autenticidade em consequência da ação humana ou do tempo.

O artigo 107 do PPCM (2018, p. 59) estabelece que seja publicada portaria específica para estabelecer os critérios e procedimentos para o reconhecimento para a “Declaração de Lugares de Memória”, porém até o momento desta pesquisa a portaria não tinha sido publicada. O PPCM não define sua concepção do que seria “lugar de memória”,<sup>44</sup> o que gera dúvidas em relação a que tipo de lugar o órgão irá considerar para receber este reconhecimento. A falta da portaria torna inexecutáveis os trabalhos do órgão para aplicar este instrumento de salvaguarda material, impossibilitando sua aplicação concreta.<sup>45</sup>

A PPCM prevê ainda 18 princípios, três deles merecem ser citados neste trabalho, pelo fato de darem foco às questões de inclusão:

Princípio da Humanização - a preservação dos bens culturais deve considerar sua contribuição para garantir a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Princípio da Indissociabilidade - não deve haver separação entre **os bens culturais materiais e as comunidades** que os tem como referência.

[...]

Princípio do Direito à Cidade - **todos** têm direito a um ambiente urbano que garanta o **usufruto** da estrutura, dos serviços, equipamentos e espaços públicos e comunitários da cidade de forma equânime e inclusiva (IPHAN, 2018, p. 31; grifo da autora).

O documento explicita em sua conclusão a postura do departamento de patrimônio material em colocar o diálogo com a comunidade e o “sujeito” como protagonista no processo de preservação, pois somente eles podem exercer identidade e memória. A inversão de postura e a tentativa de quebrar o paradigma – em que o objeto material estaria hierarquicamente numa

---

<sup>43</sup> A pandemia de Coronavírus se iniciou no Brasil no mês de março de 2020, se estendendo até o ano de 2021. A pandemia de Coronavírus é um problema de saúde pública mundial, que impôs medidas restritivas sanitárias e trouxe dificuldades econômicas para a maioria dos países do mundo.

<sup>44</sup> Lugar de memória é uma teoria estudada por muitos autores tendo como principal autor Pierre Nora, criador da expressão.

<sup>45</sup> O IPHAN é uma autarquia federal ligada ao atual Ministério do Turismo, seus agentes públicos podem fazer o que a lei autoriza (princípio da legalidade). A falta de um normativo impede a atuação efetiva desses agentes.

escala de importância maior de preservação em relação a outras questões – ficam claros na passagem:

As coisas, apesar de contarem com trajetórias e biografia social, não têm consciência da ação do tempo sobre si e seu devir. Identidade e memória (que é o suporte insubstituível da identidade) são atributos de **sujeitos**, agora transformados (ao menos na letra da lei) em **protagonistas**; **as coisas são agora referências** (Ibidem, p. 14; grifo da autora).

Retomo o raciocínio de que o surgimento dos trabalhos na área imaterial, na qual paradigmas puderam ser quebrados, serviu como impulsionador para as recentes mudanças na área material. Essa nova política assume tal postura quando estabelece como premissa o fato de que “as ações e atividades devem considerar a indissociabilidade entre as dimensões materiais e imateriais do Patrimônio Cultural” (Ibidem, p. 11). Esta nova política refletiu um avanço significativo na área de patrimônio material no país, porém surpreende em não constar em qualquer lugar do referido texto citação direta referente às adequações aos edifícios tombados quanto às questões de acessibilidade ou pessoas com deficiência, visto que seu protagonista almejado é o sujeito. A reflexão que surge nesta questão é: quem é esse sujeito?

As palavras pessoa com deficiência e acessibilidade não foram encontradas no documento, enquanto a palavra acesso foi encontrada em dois momentos: “Princípio do Acesso Equitativo – Todos têm direito de utilizar, de forma equilibrada, os bens culturais materiais e os recursos do meio ambiente” (Ibidem, p. 31) e no artigo 57, inciso I, que descreve: “O objetivo da Interpretação, Promoção e Difusão do patrimônio cultural de natureza material protegidos é: I. Possibilitar acesso e fruição ao patrimônio cultural material” (Ibidem, p. 44).

Percebe-se que, apesar do vocábulo acesso estar associado à palavra todos, não fica claro no documento quem são esses sujeitos e que tipo de adequações devem ser realizadas a fim de fornecer integração entre patrimônio histórico tombado e o grupo de pessoas com deficiências e mobilidade reduzida. O “sujeito preconizado” e o “direito a um ambiente urbano para todos” ficam na esfera do discurso, pois essa população não aparece explicitamente em seu conteúdo. Sendo assim, a política de patrimônio não contribui para a integração dos temas sobre patrimônio e acessibilidade, atrasando ainda mais o desenvolvimento dessas estratégias conjuntas.

A não previsão em relação às adequações sobre acessibilidade nos bens materiais na política de patrimônio adiam ações práticas,<sup>46</sup> que precisam ser realizadas para melhorar a inclusão das pessoas portadoras de deficiência e com mobilidade reduzida na sociedade.

O órgão parece possuir dificuldades em integrar suas políticas. Um exemplo é o seu material, existente desde 2014 e voltado para mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos e intitulado Caderno Técnico n. 9. O caderno faz parte do Programa Nacional de Mobilidade em Áreas Tombadas, o qual foi elaborado alinhado à Política Nacional de Mobilidade Urbana.<sup>47</sup>

O objetivo descrito em seu conteúdo é “contribuir para o acesso universal à cidade e incentivar a integração das políticas públicas com promoção de uma cidade socialmente inclusiva, voltada para a recuperação e conservação do habitat” (IPHAN, 2014, p. 7).

Apesar da existência deste documento relacionado a mobilidade em áreas tombadas desde 2014, ele não foi citado na Política de Patrimônio Cultural de 2018. Não foram encontradas informações sobre possíveis motivos para que esses temas não fossem incorporados na PPCM. A falta de integração desses temas prejudica a concretização de avanços para a acessibilidade dos portadores de deficiência e de mobilidade reduzida.

A acessibilidade para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida é uma questão recente e sua preocupação é atrelada à luta pelos direitos desses grupos, que teve início no Brasil apenas no século XX. Antes de iniciar um breve histórico das conquistas sociais desses grupos, coloco seus conceitos legais para um entendimento mais adequado das questões que os envolvem.

Os conceitos de pessoa com deficiência, pessoa com mobilidade reduzida e acessibilidade são encontrados no conteúdo do Estatuto da Pessoa com Deficiência na Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. No seu artigo 2º tem-se:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

O conceito sobre pessoa com mobilidade reduzida é encontrado no artigo 3º inciso IX:

Pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da

---

<sup>46</sup> As ações práticas dizem respeito às adequações técnicas em relação à acessibilidade nos espaços para torná-los inclusivos.

<sup>47</sup> A Política Nacional de Mobilidade Urbana foi instituída pela Lei n. 12.587 de 3 de janeiro de 2012.

percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso (Idem, ibidem, art. 3º, inciso IX).

Acessibilidade é encontrado no inciso I, no mesmo artigo 3º:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Idem, ibidem, art. 3º, inciso I).

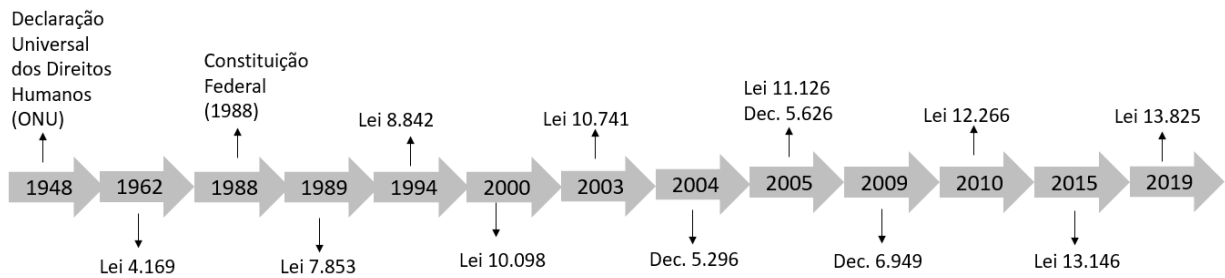
As pessoas com deficiência começaram a ganhar visibilidade a partir das décadas de 1950 e 1960 no país, momento em que associações não governamentais foram responsáveis por trabalharem em atenção às pessoas com deficiências na área de educação “especial” e na área da saúde, adotando terapias instituídas a partir da II Guerra Mundial. As pessoas com deficiência física ou mental foram excluídas do convívio social durante muitos anos, sendo taxadas como doentes, aleijados, dependentes, excepcionais. Somente na década de 1970 que cresceram os movimentos políticos das pessoas com deficiência.

No ano de 1981, a Organização das Nações Unidas (ONU) determinou o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, elevando o tema a nível mundial. No Brasil, este movimento culminou na ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o qual representou o fortalecimento desse grupo populacional, que passou exigir seus direitos civis, políticos, sociais e econômicos (MAIOR, 2010).

A acessibilidade e mobilidade são direitos garantidos no ordenamento jurídico brasileiro. Em relação aos aspectos legais, têm-se na CF/88: “A Lei disporá sobre adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transportes coletivos, atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado as pessoas portadoras de deficiência, conforme disposto no artigo 227, §2º”.

Segundo Tatiane Gonçalves Muzi (2019, p. 38), os avanços significativos em relação à acessibilidade no Brasil se iniciaram a partir da Constituição de 1988, quando começaram a ser fomentados os debates sobre as políticas de inclusão. A autora traz uma linha temporal das principais leis brasileiras existentes a fim de demonstrar como o tema se mostra recente no país. A Figura 6, a seguir, mostra esse levantamento, que representa conquistas das pessoas com deficiência ao longo dos anos. A imagem original precisou ser adaptada ao conteúdo desta pesquisa, com a adição de algumas leis como: Lei 4.169 de 1962; a Lei 10.741 de 2003; o Decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009 e a Lei 13.825 de 13 de maio de 2019, que serão explanadas a seguir.

Figura 6 - Legislações Linha do Tempo



Fonte: MUZI, Tatiane G., adaptada por esta autora, 2021.

A Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU em 1948 surge “como marco pós-guerra e é utilizado como base instrumental para consolidar a paz e os valores humanos de liberdade, igualdade e fraternidade” (MUZI, 2019, p. 38). Esse documento inspirou alguns artigos da principal lei do ordenamento jurídico brasileiro: a Constituição Federal de 1988. Anteriormente ao ano de 1988, surgiu a Lei 4.169, em 1962, que oficializou o Sistema Braille para o uso na escrita e leitura dos cegos, visando garantir o acesso à comunicação das pessoas com deficiência visual. O artigo 1º da Lei nº 7.853 de 1989 veio estabelecer normas gerais visando assegurar “o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social [...]”. Essa lei resgatou valores básicos preconizados na CF/88, dentre os quais a “igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros”. No ano de 1994, a Política Nacional do Idoso foi instituída através da lei 8.842 de 4 de janeiro, com o objetivo de “criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”.

A Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 foi pioneira ao tratar da supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos na construção e reforma de edifícios para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Esta lei prevê do artigo 3º que:

O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para todas as pessoas, inclusive para aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Não apenas as vias públicas foram contempladas para adequação às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, mas também o mobiliário urbano, as edificações públicas e privadas, os veículos de transportes coletivos e os sistemas de comunicação e sinalização. Em relação às edificações, o artigo 11 deixa claro que não apenas as construções

novas, mas também as obras de reforma devem ser executadas de modo a se tornarem acessíveis a esses grupos:

Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Apesar de 21 anos de existência dessa lei, ao usufruir os espaços públicos na cidade,<sup>48</sup> observam-se dificuldades na aplicação prática em relação ao tema.

Continuando o levantamento legal, o estatuto do idoso foi instituído no ano de 2003 pela Lei 10.741. O seu artigo 1º indica que são considerados idosos pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. No capítulo IX (da Habitação), artigo 38, inciso III, observa-se que há previsão legal de direito à moradia “nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos”, de “eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso”. Essa previsão foi importante tanto para o idoso como para todas as pessoas com mobilidade reduzida, que passaram a possuir o direito de usufruir dessas moradias.

O Decreto n. 5.296, de dezembro de 2004, regulamentou a Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, anteriormente citada neste trabalho, e trouxe o conceito do Desenho Universal como uma condição para os projetos de acessibilidade. No artigo 8º inciso IX tem-se que:

Desenho universal: concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

A intenção do desenho universal é “proporcionar um conceito mais amplo de projeto, que não segregue nenhuma parcela da população, mas passe despercebido aos olhos dos usuários em geral” (DORNELES; AFONSO; ELY, 2013, p. 56). O desenho universal é um conceito mais abrangente que o de acessibilidade, pois visa atender a todos os seres humanos, inclusive as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. O conceito vai além da área espacial e abrange também a área de design, com desenvolvimento de produtos e meios de comunicação que atendam a necessidade da maior parcela da população possível.

O uso de portas automatizadas é um exemplo simples e muito claro que Marta Gabrielli (2007, p. 12) traz ao explicar o desenho universal. Este exemplo esclarece o conceito mais

---

<sup>48</sup> Observação da autora desta pesquisa, moradora da cidade do Rio de Janeiro.

abrangente do desenho universal. Essas portas possuem sensores de presença, que permitem a abertura automática, com isso não é necessário o uso das mãos ou de força. Isso significa que sua utilização atende também às crianças, aos adultos carregando objetos, pessoas com carrinhos de bebê ou animais, pessoas que têm dificuldade no uso da força, mas não necessariamente são consideradas pessoas com deficiência e, inclusive as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Nos normativos sobre acessibilidade esse tipo de porta não é um item obrigatório, mas a decisão da sua utilização abrange além dos requisitos legais e impacta positivamente na acessibilidade de todas as pessoas, sendo deficientes ou não. É por isso que os projetos precisam se atentar para além dos itens legais, mas incluir os conceitos do desenho universal na sua concepção. Destaco esses entendimentos por considerá-los importantes para o entendimento de questões relacionadas às intervenções em imóveis tombados, que serão vistas ao longo deste trabalho.

No ano de 2005, o Decreto 5.626 regulamentou a Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei n. 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Esse decreto tratou sobre o reconhecimento dos Sinais – Libras e instituiu a Libras como “disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores [...] de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. Esse decreto representou uma grande conquista em relação à inclusão social das pessoas com deficiência auditiva, específica para essa deficiência. Neste mesmo ano, a Lei 11.126 de 27 de junho, trouxe o direito de a pessoa com deficiência visual adentrar e permanecer com seu cão guia em estabelecimentos abertos ao público de uso público e privado, assim como em todos os meios de transporte.

O ano de 2007 foi marcante no cenário político para as pessoas com deficiência. Isso se deu pela assinatura do Brasil na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinado em 30 de março desse mesmo ano em Nova York, elevando o tema ao âmbito internacional. A promulgação posterior desta assinatura pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, fez com que o tema conquistasse caráter de Emenda Constitucional em relação à questão das pessoas com deficiência. Isto significa que é um dever do Estado promover os itens relacionados a esta Convenção, de maneira que o Decreto nº 6.949/2009 está



num patamar de igual obrigatoriedade em relação à Constituição Federal de 1988, vigente no Brasil. Ou seja, o Decreto tem o mesmo patamar hierárquico da carta magna do país.<sup>49</sup>

A Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) destinada a “[...] assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Mais recentemente, no ano de 2019, a Lei 13.825, promulgada em 13 de maio, tornou obrigatória a instalação de banheiros químicos destinados às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em eventos organizados em espaços públicos e privados.

Em relação às normas técnicas de adequação de acessibilidade aos espaços de arquitetura e urbanismo, o Brasil adota a Norma NBR 9050, editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).<sup>50</sup> Esta NBR está na quarta edição, sendo a última lançada no ano de 2020. A norma detalha todas as medidas e parâmetros de como realizar tecnicamente as adaptações para pessoas com deficiência, porém não entra no mérito de abordar nenhum tópico sobre adequações em edifícios ou espaços urbanos tombados, pois a responsabilidade sobre este assunto é do IPHAN. Segundo Oscar Luís Ferreira (2011, p. 137) a norma se “exime, remetendo ao órgão responsável pelo patrimônio o estabelecimento dos critérios específicos”.

Em relação às definições legais, o termo acessibilidade aparece em outras normas e decretos, bem como na definição legal citada na Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, já transcrita neste trabalho. A ABNT define acessibilidade como “a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” (ABNT, 2020, p. 2).

O Decreto n. 5.296 de dezembro de 2004, já citado neste trabalho, estabeleceu no art. 8º que acessibilidade seja:

Condição para utilização, com segurança e **autonomia**, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (grifo da autora).

---

<sup>49</sup> Atualmente, somente dois decretos relacionados à Tratados de Direitos Humanos são assinados pelo Brasil por rito de Emenda Constitucional, são eles: o Decreto n. 9.522, de 8/10/2018 que promulgou o Tratado de Marraqueche, de 27 de junho de 2013; e o citado neste relatório.

<sup>50</sup> A Associação Brasileira de Normas Técnicas é órgão responsável pela elaboração das Normas Brasileiras (NBR) seguidas por profissionais da área de engenharia e arquitetura. A norma NBR 9050 começou a ser utilizada como principal balizador técnico para adequações de edificações à acessibilidade por exigência do Decreto n. 5.296 de dezembro de 2004.

Nota-se que a acessibilidade é entendida no ordenamento jurídico brasileiro como uma condição de utilização, que precisa ser estabelecida com autonomia nos espaços. A norma brasileira 9050 (ABNT, 2020, p. 6) explica, no seu item 3.1.40, o significado de uma utilização autônoma como “uso de equipamento com autonomia total em todas as etapas do percurso”. Ou seja, se preconiza, sempre que possível, a utilização não assistida para pessoas com deficiência.

O Decreto n° 6.949 de 25 de agosto de 2009 trata dos Direitos das Pessoas com Deficiência e possui seu propósito voltado para assegurar o exercício pleno às pessoas com deficiência:

[...] promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo **de todos** os direitos humanos e liberdades fundamentais **por todas** as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente (grifo da autora).

Duas palavras chamam a atenção: “de todos” e “para todas”. Ambas querem reforçar o não esquecimento, presente no art. 8º, em relação às pessoas com deficiência na sociedade, de modo a promover sua inclusão em todos os “espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação”.

A Lei N. 13.146, de 6 de julho de 2015, no artigo 112 inciso IV, traz a definição de pessoas com mobilidade reduzida como aquela que possui “dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente”. Os exemplos de pessoas que possuem dificuldades de movimentação temporária são os idosos, as pessoas com crianças de colo e as gestantes. Ainda pode ocorrer em pessoas que sofreram acidentes e que estão temporariamente debilitadas em suas movimentações.

A acessibilidade para todos deve ser inclusiva e universal e não desconsiderar qualquer grupo, permitindo que a sociedade por completo usufrua do direito constitucional de ir e vir. Com isso, é necessário que as edificações existentes que não possuam condições para acessibilidade de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida sofram alterações, a fim de proporcionar essa nova necessidade de uso por esses grupos. Seguindo esta lógica, as edificações históricas, mesmo sendo tombadas, também precisam permitir um acesso inclusivo, com a adequação de uso de seus espaços para tal necessidade.

### 3.2 DISCUSSÕES SOBRE INTERVENÇÕES EM ÁREAS TOMBADAS

Há poucos pesquisadores brasileiros que abordam o assunto patrimônio e acessibilidade de modo integrado. No Brasil, encontramos o arquiteto, pesquisador, e professor da Universidade de Brasília, Oscar Luís Ferreira (2011), que se dedica a pesquisar o que denominou de “binômio”,<sup>51</sup> ou seja, a abordagem dos temas sobre patrimônio cultural e acessibilidade. Os trabalhos encontrados sobre intervenções em bens preservados têm em comum referir-se ao patrimônio cultural, que se mostra conceitualmente dentro de um entendimento mais abrangente.

O conceito de patrimônio cultural se desenvolveu ao longo dos anos e sofreu modificações, mas destaco o entendimento do Oscar Luís Ferreira, por considerá-lo mais completo do que a definição legal:<sup>52</sup>

Patrimônio Cultural representa a reunião, por meio da valorização social, de escolhas feitas, quer pela elite cultural quer pela população em geral, de bens culturais de natureza material e imaterial (tangível e intangível) que representam importantes testemunhos do passado cujos valores, sejam eles históricos, artísticos, social ou científico devem ser preservados em toda a sua autenticidade para as gerações futuras (FERREIRA, 2011, p. 23).

O autor defende a linha de pensamento que “adaptar é antes de tudo um benefício não apenas para as pessoas com deficiência, mas para todos os usuários do patrimônio cultural, sejam eles turistas ou funcionários” (Ibidem, p. 148). Ainda segundo ele:

A compreensão de que algum momento de nossas vidas, mais cedo ou mais tarde, apresentaremos alguma limitação física, sensorial ou mental, e que estas estão comumente relacionadas ao envelhecimento, exige uma mudança de paradigma individual, social e, também, governamental, em especial às políticas nas áreas de turismo, preservação do patrimônio, acessibilidade e deficiência de modo a que todas apresentem um mesmo discurso e desenvolvam práticas contra discriminação (Ibidem, p. 149).

As conquistas relacionadas às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, já abordadas nesse relatório, se mostram recentes na legislação brasileira, porém cada dia se tornam mais relevantes no contexto social. Adaptar um espaço abrange um entendimento maior

---

<sup>51</sup> Expressão utilizada por Oscar Luís Ferreira (2011), professor na Universidade de Brasília. Ele é um especialista brasileiro se dedica à pesquisa sobre Patrimônio Cultural e Acessibilidade.

<sup>52</sup> O artigo 216, da Constituição Federal Brasileira, define patrimônio cultural brasileiro como: “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”

que simplesmente cumprir uma obrigação legal. Atualmente, as intervenções em relação à acessibilidade representam uma prática antidiscriminatória.

Para melhor entendimento dessa questão, as psicólogas sociais Ruthie Bonan Gomes e Ana Luíza Garcia explicam que a falta da acessibilidade exclui as pessoas com deficiência das “trocas sociais” e dos “direitos de integração social e de identidade”. Elas ratificam o entendimento de que a falta da acessibilidade para esses grupos gera sofrimento social e invisibilidade dessas pessoas:

[...] observa-se que a sua falta acaba por excluir as pessoas com deficiência das trocas sociais, das práticas componentes e dos direitos de integração social e de identidade. Dessa forma, dá lugar à invisibilidade das pessoas com deficiência e a uma violência normativa que privilegia algumas vidas sobre as outras. Ela precariza vidas através da violação dos Direitos Humanos e gera sofrimentos que diminuem o potencial de ação dos sujeitos que estão expostos a ela. A acessibilidade, portanto, é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Entendemos, portanto, que ela é um direito à vida e deve ser garantida de forma plena (GOMES; GARCIA, 2017, p. 240).

A passagem acima demonstra que a exclusão social das pessoas com deficiências tem como consequência “a invisibilidade” desse grupo, fomentada pela falta de acessibilidade nos espaços caracterizados pelas autoras como espaços de “violência normativa”. Apesar de o trabalho dessas autoras não ser especificamente relacionado ao patrimônio cultural, esta passagem demonstra o quão profunda e complexa pode ser a falta de acessibilidade nos espaços.

O assunto torna-se ainda mais complexo quando as adaptações sobre acessibilidade precisam acontecer em bens preservados, justamente por interferir nas suas estruturas originais. É consenso comum dos autores levantados por esta pesquisa que esses tipos de intervenções precisam ter cuidados redobrados, na medida que necessitam respeitar seus valores históricos associados.

Alexandre Oliveira Gabriely (2007) defende que o tombamento não pode ser confundido com “engessamento” da edificação. Ou seja, o tombamento de um imóvel não pode impedi-lo de realizar as adequações necessárias na edificação. As intervenções em edifícios preservados estão diretamente ligadas à necessidade do usufruto desses edifícios: “Entender a acessibilidade em edifícios tombados passa, necessariamente, não só por assimilar esse espaço de expressão de liberdade, mas também por garantir o usufruto dos valores culturais” (SOUSA, 2014, p. 126). Para Antônio Miguel de Sousa, a acessibilidade nessas edificações deve ser vista mais que uma “superação das barreiras físicas, mas como a promoção de acesso ao

conhecimento, às qualidades dos espaços, à memória que se constitui na produção histórica de edifícios e artefatos, enfim, à história de uma sociedade” (Idem, *ibidem*).

O arquiteto Marcelo Ferraz (2021) defende que o valor de uma construção está relacionado ao seu uso, que ocorre no tempo presente, em razão de uma necessidade – seja material ou espiritual: “Devemos enfatizar o respeito ao passado, à história, à simbologia e aos mitos. Mas não um respeito cego que elege um ícone e o congela no tempo. A função e o uso propostos devem nos guiar”.

Alinha-se ao pensamento dos profissionais na atualidade que as intervenções deveriam ser frequentemente consideradas em uma sociedade contemporânea, constantemente em transformação sobretudo advindas de novos usos que essa mesma sociedade impõe. Cyro Corrêa Lyra (2006, p. 57) observa a importância em relação ao uso da edificação:

Se para a proteção de um edifício de valor cultural não houver outra solução senão sua destinação para uma função diversa da original, impõe-se como primeira questão a avaliação da pertinência do uso pretendido em face da preservação do monumento.

Lyra demonstra como novos usos se relacionam com o patrimônio ao longo dos anos e como podem ser motivo de ressignificação dos espaços, ao explicar o caso de alguns conventos religiosos. Segundo ele, essas construções foram feitas para abrigar congregações numerosas, mas a partir do século XIX houve um esvaziamento progressivo desses espaços. O fato tornou a manutenção dessas edificações muito onerosa para as ordens religiosas e alguns conventos foram abandonados e arruinaram-se, ao exemplo do Convento de Santo Antônio de Paraguaçu, na Bahia, e o de São Boaventura, em Itaboraí, no estado do Rio de Janeiro. O autor relata que alguns espaços foram reciclados para a função hoteleira, como ocorreu com os antigos conventos carmelitas de Salvador e de Cachoeira.

Os exemplos demonstram que não ressignificar um espaço através das necessidades sociais pode condená-los às ruínas. Esse pensamento converge com as ideias desta pesquisa, que acredita que a acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida começou a ser uma questão apenas a partir do século XX, quando os valores sobre “liberdade, igualdade e fraternidade”<sup>53</sup> passaram a ser incorporados na sociedade. Com isso, houve uma necessidade de adequação dos espaços existentes para a incorporação desses novos valores sociais.

---

<sup>53</sup> Diz respeito aos valores introduzidos pelos Direitos Humanos, que representaram um marco inicial para o desenvolvimento políticas associadas à não discriminação.

Corroborando com essa linha de pensamento temos a seguinte passagem do autor Dalmo Vieira Filho (2014, p. 100), “A preservação do patrimônio cultural não pode prescindir da sua fruição, que deve ser praticada com qualidade.”

No Brasil, a acessibilidade em áreas tombadas foi incluída dentro da Política de Nacional de Mobilidade Urbana.<sup>54</sup> Não cabe aqui detalhar toda essa política, pois não é o foco deste estudo, mas é importante compreender que a questão da acessibilidade no país está inserida dentro desta problemática maior, que atinge as cidades brasileiras. Pontuo que essa política responsabiliza os municípios pela execução dessas ações, incluindo as ações voltadas à acessibilidade. Vieira Filho, Finger e Medeiros (2010, p. 21) esclarecem a questão:

Percebe-se, portanto, que é competência dos municípios, através de políticas urbanas, ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. [...] Ou seja, é no governo municipal que as políticas públicas de ordenamento do espaço – e, portanto, também da preservação do patrimônio cultural – convergem, porque por ele elas são instrumentalizadas, cabendo ao IPHAN dar diretrizes para sua elaboração.

Dentro deste contexto, no ano de 2014 o IPHAN lançou um caderno técnico sobre Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos, já citado nesta pesquisa e que ratifica o entendimento dos municípios como protagonistas das ações sobre acessibilidade e mobilidade (IPHAN, 2014, p. 30).<sup>55</sup> Isso significa que os municípios devem atuar em conjunto com o IPHAN para execução das ações em relação às intervenções sobre acessibilidade em áreas tombadas no Brasil. A fim de auxiliar os municípios na elaboração dessas ações, o IPHAN utiliza seu normativo, a IN n. 1 de 25 de novembro de 2003. Destaco deste documento o item 3.5:

As soluções para acessibilidade, sítios históricos, arqueológicos e paisagísticos devem permitir o contato da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida com o maior número de experiências possível, através de, pelo menos, um itinerário adaptado, observando-se ainda: a) A implantação de condições de circulação que permitam a melhor e mais completa utilização do sítio, valendo-se de percursos livres de barreiras e sinalizados que unam, através de **rota acessível**<sup>56</sup>, as edificações à via pública e aos diversos espaços com características diferenciadas (IPHAN, 2003, grifo da autora).

---

<sup>54</sup> Lei 12.587 de 3 de janeiro de 2012.

<sup>55</sup> Diz respeito ao Caderno Técnico n. 9 do IPHAN.

<sup>56</sup> O conceito de rota acessível é definido na IN n. 1: “interligação ou percurso contínuo e sistêmico entre os elementos que compõem a acessibilidade, compreendendo os espaços internos e externos às edificações, os serviços e fluxos da rede urbana”

Nota-se que a política de mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos do órgão é voltada para que cada município elabore seus planos de “qualificação, mobilidade e acessibilidade em conjuntos tombados” (IPHAN, 2014, p. 86). Destaco mais dois pontos das orientações do IPHAN. O primeiro diz respeito à elaboração do referido plano de qualificação, que preconiza o envolvimento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O percurso deve incluir a passagem dessas pessoas nos pontos de

[...] interesse histórico, cultural e turístico; acesso às instituições; pontos de ônibus; cruzamento de vias; uso de mobiliário urbano (bancos, lixeiras, semáforos, cabines telefônicas, caixas eletrônicos); verificação da eficiência da sinalização viária e turística; e conforto ambiental (sombras, ruídos) (IPHAN, 2014, p. 87).

A realização desse percurso visa o maior envolvimento das pessoas com deficiência no referido plano, para uma maior participação desse público. Porém, a realização dessa atividade pode ser um desafio para algumas cidades, principalmente para os conjuntos tombados<sup>57</sup> pelo órgão. Ruas estreitas e sinuosas, pavimentações com revestimentos inadequados como pedras ou paralelepípedos, escadarias nas entradas das edificações são alguns exemplos de elementos urbanos existentes nestes conjuntos que constituem impedimentos para a mobilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

É possível notar que, para o IPHAN, a questão da pavimentação das cidades históricas é importante, mas não impeditiva para a realização das obras de acessibilidade. Ao exemplo destaco duas transcrições que confirmam que o órgão já aprovou esse tipo de alteração.<sup>58</sup> Na intervenção da Praça da Alfandega, em Porto Alegre, o IPHAN destacou que:

A recuperação das áreas públicas incluiu 13 hectares de praças, ruas, largos e avenidas. Envolveu a **readequação dos pavimentos**, boa parte em pedra portuguesa, o redesenho dos canteiros, a instalação e realocação de mobiliário urbano, o remanejamento de equipamentos e redes, a melhoria da iluminação pública no nível do pedestre, a iluminação cênica de alguns dos monumentos e a **adoção de rampas e de pavimentação padronizada** para facilitar a acessibilidade de portadores de necessidades especiais (BONDUKI, 2010, p. 91, grifos da autora).

Outro exemplo de confirmação da anuência da troca da pavimentação por parte do IPHAN refere-se ao caso ocorrido na cidade de Ouro Preto (MG), na Praça São Francisco. A

---

<sup>57</sup> O IPHAN possuía, até 2017, 68 conjuntos urbanos tombados. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/123>. Acesso em: 10 jul. 2021.

<sup>58</sup> Durante o tempo de realização desta pesquisa não foi encontrado nenhum trabalho no IPHAN que detalhasse de maneira precisa o caso de troca de pavimentações ou elementos históricos. A maioria dos trabalhos se concentram em dar uma visão geral e fornecem pormenores dos detalhes técnicos.

intervenção em Ouro Preto não foi somente nessa praça, houve proposta para todo o conjunto urbano e ganhou destaque nas discussões sobre acessibilidade. Mas especificadamente sobre a pavimentação dessa praça, o IPHAN destacou:

[...] Como em todo o centro histórico, a rede elétrica e a de telefonia foram enterradas. A pavimentação **foi inteiramente trocada e uniformizada, com a colocação de pedra lisa** e a retirada de pequenos canteiros, tufo de vegetação e pequenas árvores que existiam na área em frente à Capela e Hospital da Misericórdia. Para destacar os monumentos, implantou-se um projeto de iluminação. (Ibidem, p. 106, grifos da autora).

A cidade de Ouro Preto (MG) é tombada pelo IPHAN desde 1938 e possui “topografia com declives acentuados, calçadas estreitas, becos, pequenos largos” (IPHAN, 2014, p. 17), bem como edificações históricas do período colonial, no estilo arquitetônico barroco. As discussões em relação às intervenções realizadas na cidade se mostram muito extensas, contudo, destaco algumas que contribuem para este trabalho de pesquisa.

No ano de 2010 foi lançado pelo IPHAN regional de Minas de Gerais um conjunto de normas específicas<sup>59</sup> para “instituir medidas gerais de preservação, regulamentar a ocupação urbana, as construções arquitetônicas e transformações de qualquer natureza promovidas no sítio tombado” (IPHAN, 2010, art. 2º). A iniciativa foi realizada em conjunto com a prefeitura de Ouro Preto e com a população.<sup>60</sup> Apesar da existência desta documentação, observa-se que a gestão municipal encontrou dificuldades para realizar as obras de acessibilidade no conjunto tombado.

Em pesquisa recente, Filipe César Nunes demonstrou que as intervenções realizadas até o momento na cidade de Ouro Preto não se mostraram suficientes para atender às pessoas com deficiência. Ao estudar o caso da Praça Tiradentes, um dos principais pontos turísticos da cidade, o autor relata: “Mesmo tendo sido realizadas algumas adequações, como o rebaixamento do meio-fio em alguns pontos do centro da praça, a acessibilidade é considerada insuficiente” (NUNES, 2019, p. 37). O autor defendeu que parte das intervenções não foram executadas e que a circulação de carros e pedestres ainda se encontra confusa, pois as calçadas e vias são muito estreitas.

Outros trabalhos foram encontrados com temas e discursos parecidos, dentre os quais o de Raíssa Keller e Costa, quem apontou a necessidade de acessibilidade na mesma Praça

---

<sup>59</sup> Refere-se a Portaria 312, de 20 de outubro de 2010 que previu “Critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais e regulamentou as intervenções nessa área protegida em nível federal”.

<sup>60</sup> Foram realizadas uma audiência pública e três consultas públicas.



Tiradentes: “No entanto, se há possibilidades de intervenção devido a novas demandas, a acessibilidade é uma justificativa de extrema importância social, política e ambiental além de ser um direito dos cidadãos. Então por que não adaptar a Praça Tiradentes?” (COSTA, 2016, p. 68). Este exemplo do sítio tombado de Ouro Preto (MG) mostrou dificuldades de implementação concreta das ações de mobilidade e acessibilidade, mesmo com planos sobre este assunto datados de 2010.

Um dos motivos que podem ocasionar tal dificuldade é a complexidade que as obras urbanas podem alcançar. Na maioria das vezes, é necessário intervir em toda infraestrutura viária da cidade, o que requer um montante financeiro alto, que precisa estar associado com interesses de investimentos do governo em gestão.

Cabe ressaltar que a Política de Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Cidades Históricas (IPHAN, 2014) foi elaborada num contexto político brasileiro em que houve investimento financeiro na recuperação de conjuntos urbanos no país, que ficou conhecido como Programa de Aceleração de Cidades Históricas (PACH). O programa previa beneficiar 44 cidades brasileiras e, segundo o IPHAN, foi uma ampliação do Programa Monumenta,<sup>61</sup> que acontecia desde 1999.

Segundo reportagem do jornal **O Globo**, de 20 de abril de 2019, o PAC Cidades Históricas encontrou inúmeras dificuldades nos últimos 3 anos, pois sofreu cortes substanciais em sua verba. Em 2017, sofreu 61% de corte, ficando com valor anual de R\$ 17,6 milhões, sendo que só as demandas judiciais precisariam de R\$ 40 milhões. No ano de 2010, o programa tinha necessidade de R\$ 270 milhões, mas só recebeu 100 milhões. Em 2019, R\$ 30 milhões foram contingenciados reduzindo o orçamento de R\$ 141 milhões para R\$ 111 milhões. Em seis anos de existência do programa, apenas 15% do total das obras foram concluídas no Brasil.<sup>62</sup>

Segundo reportagens mais recentes, muitos estados encontram-se com dificuldades no término das obras, pois iniciaram as melhorias no período do programa e não conseguiram finalizá-las devido ao corte de verbas para área. A diminuição do investimento governamental em relação às políticas de patrimônio demonstra como os interesses políticos podem impactar

---

<sup>61</sup> Programa Monumenta, programa estratégico do Ministério da Cultura. O objetivo foi a recuperação e preservação do patrimônio histórico, promovendo obras de restauração e recuperação de bens tombados. Em 2020 o site do programa tornou-se indisponível. As últimas notícias encontradas sobre este programa datam do ano de 2015.

<sup>62</sup> REMÍGIO, Marcelo. “Sem recursos, PAC das Cidades Históricas chega a sexto ano com apenas 15% dos projetos concluídos”. In: **O Globo**, 20 abr. 2019.

na concretizações das ações relacionadas à mobilidade e acessibilidade, sendo o PAC Cidades Históricas um exemplo desse fato.

Como foi visto, apesar de o IPHAN possuir programa sobre mobilidade urbana em cidades históricas que visa acessibilidade como fator inclusivo, apoiado pelo PAC Cidades Históricas, os esforços até o momento não obtiveram êxito no que diz respeito às ações realmente efetivas, que refletissem concretamente uma melhoria na prática. Toda situação se agrava com a redução de verbas para a área do patrimônio material ao longo dos anos. Infelizmente, na conjuntura política atual, não há expectativa de retorno positivo sobre a implementação dessas ações.

### **3.3 PATRIMÔNIO MATERIAL E ACESSIBILIDADE NO BRASIL E NO MUNDO**

Abordar os temas patrimônio material e acessibilidade é adentrar em dois mundos diversos com magnitudes únicas, que num primeiro momento pensamos que caminham em direções distintas um do outro. A literatura sobre cada tema é muito vasta e rica, mas quando fazemos o cruzamento desses temas nos deparamos com o inverso: com uma realidade onde há poucos estudos. Esse fato é parcialmente compreensível quando se retoma uma linha do tempo na qual as questões sobre acessibilidade se mostram muito mais recentes em relação às discussões sobre as políticas de patrimônio material, conforme já abordado neste estudo.

Os temas Patrimônio Histórico e Acessibilidade são estudados em muitos países, porém a relação do patrimônio preservado e acessibilidade se torna mais sensível na medida em que as intervenções em relação à acessibilidade demandam modificações nesses edifícios tombados, o que pode representar um conflito com a preservação desses bens.

Foram encontrados poucos trabalhos que unem essas temáticas, mas notou-se que o Reino Unido, os Estados Unidos e a Espanha constituem importantes referências sobre este assunto. A semelhança existente nesses países advém de legislações específicas sobre acessibilidade. No caso do Reino Unido, existe a Lei de Discriminação da Deficiência (DDA) de 1995). Esta lei exige que prestadores de serviços públicos, sejam eles entes governamentais ou privados, adaptem serviços, bens e ambientes de modo a atender pessoas com deficiência.

Alguns autores internacionais que se dedicam ao tema sobre acessibilidade em bens históricos foram encontrados e nesta pesquisa destaco os que citavam nos seus trabalhos edificações religiosas.<sup>63</sup>

O pesquisador e professor britânico Robin Kent se dedica ao estudo da acessibilidade em bens preservados na Inglaterra e possui trabalhos específicos em relação às igrejas. Ele explica que a DDA de 1995 orienta que as adaptações “razoáveis” em edifícios históricos deveriam ser tratadas com flexibilidade, de maneira a evitar intervenções físicas que as danificassem: “O DDA permite adaptações razoáveis, e a maioria dos normativos e regulamentos reconhecem que os edifícios históricos devem ser tratados com flexibilidade, se evitando intervenções que cause danos físicos” (KENT 2004, p. 29, traduzido por esta autora). Porém, o autor critica não existir explicações do que seriam “ajustes razoáveis” e que esses detalhes ficaram para a jurisprudência.

Ainda segundo Kent, os edifícios históricos situados em áreas de conservação exigem sensibilidade especial na realização de alterações a fim de que seja possível garantir que seu valor e significado histórico não sejam reduzidos por melhorias bem-intencionadas, mas desnecessariamente perturbadoras. O autor defende que as alterações devem respeitar as características individuais de cada igreja e que sejam incorporadas na sua arquitetura de maneira harmoniosa e integrativa. Sendo assim, elas não podem se reduzir a um mero atendimento a uma não conformidade de auditoria, comuns dentro das exigências legais no Reino Unido. Ele cita que algumas igrejas preservadas na Inglaterra são acessíveis, como é o caso da Igreja All Souls Langham Place Church, da Catedral St. Paul's – ambas em Londres – e da Catedral York Minster na cidade de Yorkshire.

As intervenções internacionais a seguir representam exemplos citados por autores que estudam as adequações inclusivas de acessibilidade em edifícios religiosos com valor histórico. Esta pesquisadora teve o cuidado de acessar essas edificações de modo virtual, através da ferramenta Google Maps, a fim de verificar como estavam essas edificações e melhor entender a situação da acessibilidade nestes locais, visto que os autores não aprofundaram suas análises

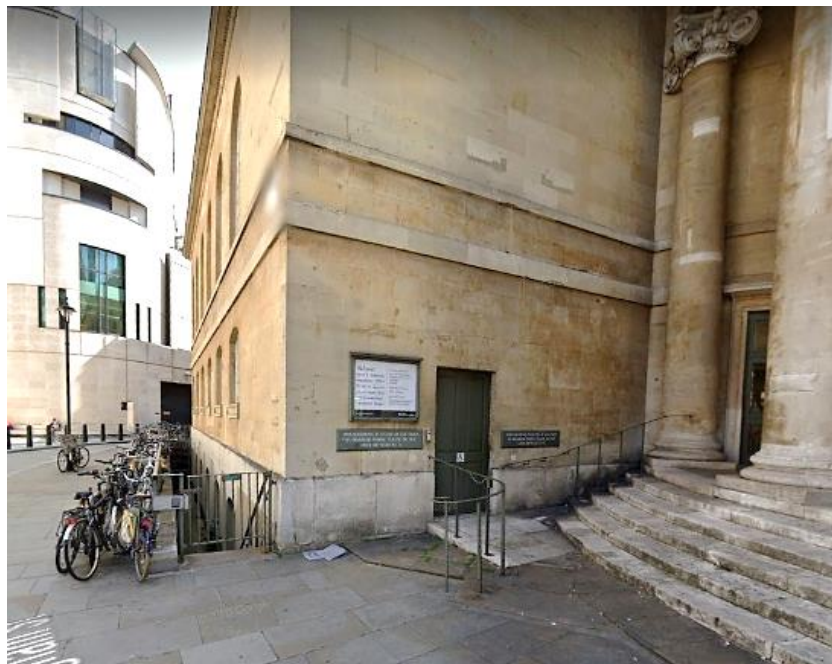
---

<sup>63</sup> Para essa pesquisa foram digitados os termos e frases em inglês na base de dados acadêmica Google Scholar. As fotos e exemplos utilizados nesta pesquisa foram citados por estes autores como bons exemplos práticos de acessibilidade executadas. Esta pesquisadora teve o cuidado de acessar as edificações de modo virtual, através da ferramenta Google Maps, para verificar como estavam essas edificações e melhor entender a situação da acessibilidade, pois esses autores não aprofundaram as análises (apenas citaram como exemplos). As imagens que se apresentarão neste capítulo datam como capturas pelo satélite entre os períodos de 2019 a 2020.

(apenas citaram exemplos). As imagens a seguir possuem datas de capturas por satélite entre os períodos de 2019 e 2020.

As Imagens 2, 3 e 4, a seguir, mostram como as intervenções foram implantadas nas seguintes edificações na Inglaterra: Igreja All Souls Langham Place Church, a Catedral St. Paul's, e Catedral York Minster em Yorkshire.

Imagem 2 - All Souls Langham Place Church, Inglaterra



Fonte: Google Street View, captura em 08/09/2019.

No caso da Igreja All Souls Langham Place Church (Imagem), a rampa e a porta de entrada para pessoas com deficiência física foram instaladas na lateral, de modo a intervir o mínimo possível na edificação. Ela se mostra quase imperceptível, com utilização do corrimão na cor preta e com material da rampa bem parecido com os materiais da edificação, o que a torna quase um complemento dela. A virada do corrimão foi realizada propositalmente para combinar com o ornamento das volutas do capitel (termo arquitetônico do ornamento superior dos pilares).

Imagem 3 - Igreja St Paul's Cathedral, Inglaterra



Fonte: Google Street View, captura em 08/09/2019.

A Catedral de St Paul's (Imagem 3) alocou a rampa de acesso na entrada lateral, de modo que a rampa se “encaixa” na escada existente, sem danificar a construção histórica. Percebe-se na imagem que a rampa é extensa devido à altura a ser vencida da escada existente. Isso acontece porque esta inclinação precisa ser suave, de modo que proporcione ao cadeirante realizar a subida de maneira autônoma. No Brasil, a inclinação exigida fica entre 6,25% e 8,33% para edificações novas, sendo admitida até 12,5 % para reformas. Porém, este último caso somente é permitido quando esgotadas todas as possibilidades de soluções para atender às inclinações recomendadas (ABNT, 2021, p. 57).<sup>64</sup>

Para esta rampa foi utilizado material metálico, o que tornou a intervenção com aspecto de maior leveza, apesar de sua extensa dimensão. A escolha da pintura preta foi proposital a fim de tornar este elemento mais discreto do que o metálico brilhante.<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> A norma Brasileira (NBR 9050) cita em seu conteúdo as normas e leis internacionais como a: ADA - The Americans with Disabilities Act; a ISO/TC 59/SC 16. 2011 e a BSI British Standards - BS 8300:2000. A citação desses normativos indicam que existe uma tendência de padronização internacional, como já acontece com a linguagem em braile, sinais de trânsito etc.

<sup>65</sup> Na arquitetura, a escolha das cores é baseada no círculo cromático, que é uma representação de como as cores são percebidas pelo olho humano. Aliado a esta técnica têm-se a psicologia das cores, que estuda quais as sensações que elas podem transmitir. Existe uma extensa teoria em relação a este assunto que não caberia aqui nesta pesquisa. Mas, em todo projeto a escolha das cores são proposital e interferem tanto no conjunto da obra quanto ao que se quer transmitir ao observador. No Brasil, a norma 9050 possui orientações específicas em relação

Imagem 4 - Catedral York Minster, Yorkshire, Inglaterra



Fonte: Google Street View, captura em 08/09/2019.

A Imagem 4 mostra a Catedral de York Mister, em Yorkshire. A rampa para pessoas com deficiência física foi adaptada, de modo que o material do piso fosse muito parecido com o material das escadas. Isso tornou a intervenção menos impactante ao conjunto original. Optou-se por pintar o corrimão na cor preta, certamente pelo mesmo motivo já citado: não reluzir o metálico e chamar atenção para estes elementos. Nota-se ainda instalação de sinalização para pessoas com deficiência visual no canto direito da imagem, parecendo uma mesa inclinada. Este elemento é um mapa de braile, que mostra os principais acessos e obstáculos. Seu objetivo é guiar as pessoas com deficiência visual, assim elas entendem o local e conseguem se locomover com autonomia (sozinhas). Este elemento também é previsto na legislação brasileira.

Os três exemplos apresentados acima possuem uma característica em comum: o uso da cor preta nos elementos metálicos a fim de deixá-los menos reluzentes. Nos casos das igrejas de All Souls Langham Place Church (Imagem 2, p.59) e da Catedral York Minster (Imagem 4, p. 61) nota-se que a escolha do material da rampa foi realizada de modo a ser semelhante aos elementos originais das edificações. Com isso, essas intervenções ficaram quase imperceptíveis, parecendo incorporadas às edificações. Em duas situações, na igreja de All Souls Langham

---

ao uso das cores para facilitar a percepção das pessoas com deficiência visual. Combinação de cores, escolha de materiais, composição de formas e outros elementos definem critérios de beleza e harmonia.



Place Church (Imagem 2, p.59) e na Igreja St Paul's Cathedral (Imagem 3, p.60), as rampas foram alocadas nas laterais das edificações. Dois motivos sugerem a escolha desses locais: o primeiro é não existência de um espaço físico adequado para a alocação da rampa em frente às edificações. O segundo fator é a tentativa de intervir o mínimo possível no patrimônio histórico, para preservar a fachada principal da edificação na sua originalidade. Essa escolha é projetual e não se trata de um item obrigatório nos normativos.

Nos Estados Unidos, a lei “The American’s Disabilities Act” prevê a proteção dos direitos das pessoas com deficiência desde o ano de 1991. Thomas C. Jester and Sharon C. Park (1993, p. 13)<sup>66</sup> explicam que a ADA, no seu Título III, prevê que os edifícios públicos devem realizar “mudanças alcançáveis” para eliminação de barreiras para as pessoas com deficiência, sendo facilmente realizadas sem muitos gastos. Eles exemplificam as “mudanças alcançáveis” com algumas ações: instalar uma rampa, criar estacionamento acessível e adicionar barras de apoio nos banheiros. Segundo esses autores, a ADA prevê que no caso de alterações de edificações históricas que possam “ameaçar ou destruir” a sua importância histórica deverá ser realizada consulta envolvendo as pessoas com deficiência, organizações correlatas e o órgão de preservação, a State Historic Preservation Officer (SHPO).<sup>67</sup> É permitida ainda a previsão de alguns métodos alternativos, como recursos audiovisuais:

As edificações históricas não estão isentas dos requisitos da Lei dos Americanos com Deficiências (ADA). Na medida do possível, os edifícios históricos devem ser tão acessíveis quanto os não históricos. [...] Um processo de consulta é previsto nas Diretrizes de Acessibilidade da ADA para os proprietários de edificações históricas que acreditam que fazer modificações específicas de acessibilidade "ameaçaria ou destruiria" a importância de sua propriedade. Nessas situações, após consultar as pessoas com deficiência e organizações de deficiência, os proprietários de edifícios devem entrar em contato com o Oficial de Preservação Histórica Estadual (SHPO) [...] Além disso, se for determinado em consulta com o SHPO que a conformidade com os requisitos mínimos também "ameaçaria ou destruiria" a importância da propriedade, métodos alternativos de acesso, como entrega em domicílio e programas audiovisuais, podem ser usados (JESTER; PARKER, 1993,p. 13, traduzido por esta autora).

---

<sup>66</sup> Esses autores trabalham no U.S. Department of the Interior National Park Service Cultural Resources. Este departamento é uma espécie de escritório regional e desenvolve políticas sobre de preservação de prédios históricos nos EUA. O órgão Estadual responsável pela gestão desses escritórios é o State Historic Preservation Officer (SHPO). Mais informações podem ser consultadas em: <https://www.nps.gov/tps/how-to-preserve/briefs/32-accessibility.htm#federal-laws>. Acesso em: 24 jul. 2021.

<sup>67</sup> State Historic Preservation Officer (SHPO) – órgão Estadual de Preservação Histórica criada pelo governo dos Estados Unidos em 1966.

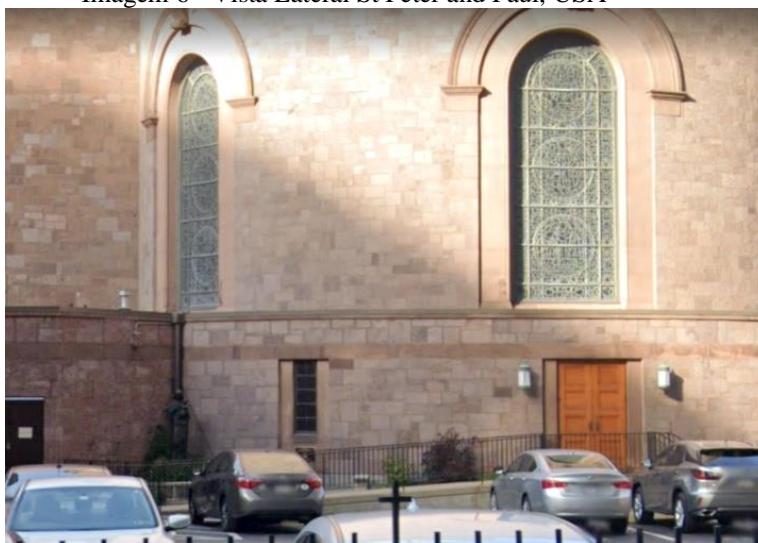
David Ernest Moran (1994), explica que o objetivo da ADA é fornecer o mais alto nível de acessibilidade física com menor grau de impacto das características originais nos edifícios históricos. Em sua pesquisa, ele cita alguns edifícios públicos com características históricas localizados na Filadélfia, dentre os quais a Catedral Saints Peter and Paul, onde foram realizadas intervenções para adequação em relação à acessibilidade. As Imagens 5 e 6, a seguir, mostram como se comportam essas intervenções no local.

Imagem 5 - Vista Frontal St Peter and Paul, USA



Fonte: Google Street View, captura 08/09/2019.

Imagem 6 - Vista Lateral St Peter and Paul, USA



Fonte: Google Street View, captura 08/09/2019.



Os corrimões na entrada principal na Catedral St. Peter and Paul (Imagem 5) foram alocados com cor e material de modo a transmitir a sensação de pertencerem ao mesmo conjunto desde sua origem. A rampa de deficiente físico foi implantada na parte posterior da catedral (Imagem 6) junto à vaga para pessoa com deficiência, localizada no estacionamento do local. A existência de vaga destinada a pessoa com deficiência é uma preocupação também na legislação brasileira. A instalação da rampa de deficiente nos fundos da igreja pode ter acontecido devido ao fato de o estacionamento se localizar nesta área, para facilitar o caminho até a porta de acesso. No Brasil, a norma recomenda que o caminho acessível seja realizado livre de quaisquer obstáculos (ABNT, 2020, p. 153).

David Ernest Moran (1994) explica o significado da palavra acesso, que consiste em “chegar ao local da construção, acessar a edificação aos bens e serviços oferecidos por ela” e a livre circulação não assistida desde a “chegada ao destino desejado.” Ou seja, a autonomia da pessoa com deficiência é o objetivo a ser buscado nos projetos de acessibilidade.

A visão da Espanha em relação à acessibilidade é prevista na Constituição Espanhola de 1978, no artigo 45, o qual inclui as pessoas de deficiência nos direitos de “desfrutar a um meio ambiente adequado para o desenvolvimento da pessoa, assim como dever de preservá-lo” (FERREIRA, 2011, p. 123).

O pesquisador espanhol Jose Antônio Juncá Ubierna é autor de estudo sobre a interface do patrimônio cultural e acessibilidade na Espanha. Ele defende que analisar estes dois conceitos é um trabalho multidisciplinar. Para Ubierna, acessibilidade significa uma concepção que “não exclui, que normaliza, facilita, simplifica e torna o ambiente mais compreensível, que não estigmatiza, mas fornece soluções decentes, bem integradas ao ambiente e de acordo com às necessidades das pessoas” (UBIERNA, 2008, p. 5, traduzido por esta autora). Ubierna cita em seu trabalho o exemplo da igreja de San Millán, em Segóvia, na Espanha, como um bom exemplo de intervenção realizada em relação à acessibilidade em patrimônio histórico preservado. A Imagem 7, na próxima página, mostra as rampas de acessibilidade nessa igreja e como elas ficaram discretas nesse local. Neste caso, optou-se por uma cor clara para o corrimão. Um dos motivos pode ter sido a própria cor clara existente da edificação e do piso, de modo a incorporar melhor o elemento ao conjunto. A escolha do material da rampa de acesso também se mostrou semelhante ao restante do piso desta edificação.

Imagem 7 - Iglesia de San Millán, Segóvia



Fonte: fotografia de J.A. Juncà Ubierna, In Boletín del Real Patronato sobre Discapacidad. n° 64, Madrid, Spain, p. 5, 2008.

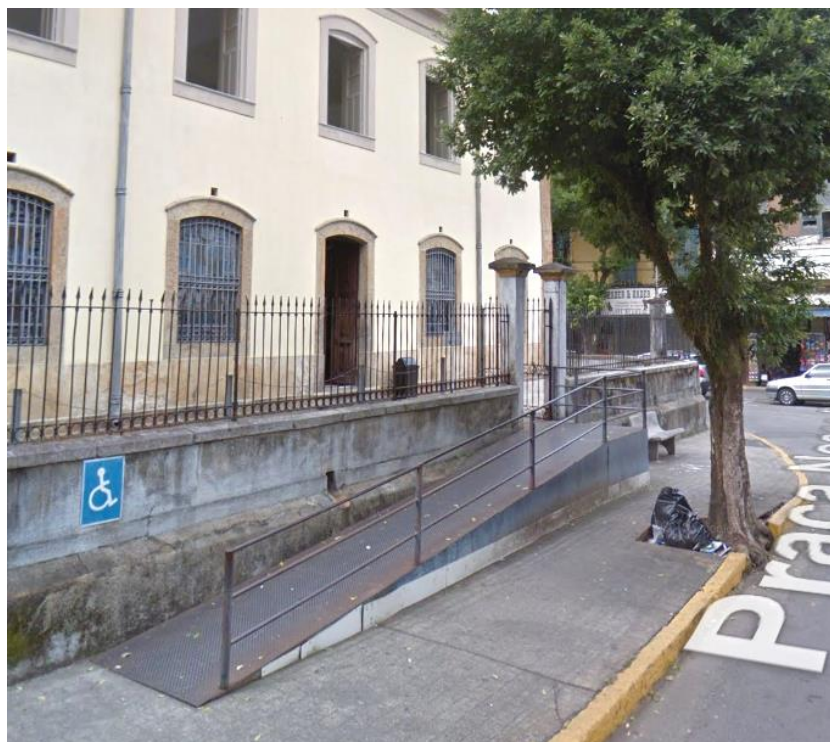
No Brasil foram encontrados dois exemplos de igrejas tombadas que tiveram intervenções em relação à sua acessibilidade: a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Aparecida (Basílica Velha), no estado de São Paulo, e a Igreja do Senhor do Bonfim, em Salvador, Bahia.

A igreja Matriz de N. Sra. de Aparecida, popularmente conhecida como Basílica Velha, é tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio, Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). O órgão não disponibilizou informações detalhadas sobre o processo de reforma desta igreja, que foi inaugurada em 1888.<sup>68</sup> A Imagem 8, a seguir, mostra a rampa instalada na Igreja.

---

<sup>68</sup> Número do processo do tombamento n. 22.002/82 e inscrição no Livro de Tombo histórico n. 164, p. 37, 6/5/1982. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/basilica-de-nossa-senhora-aparecida/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Imagem 8 – Basílica Velha de Aparecida, fachada lateral



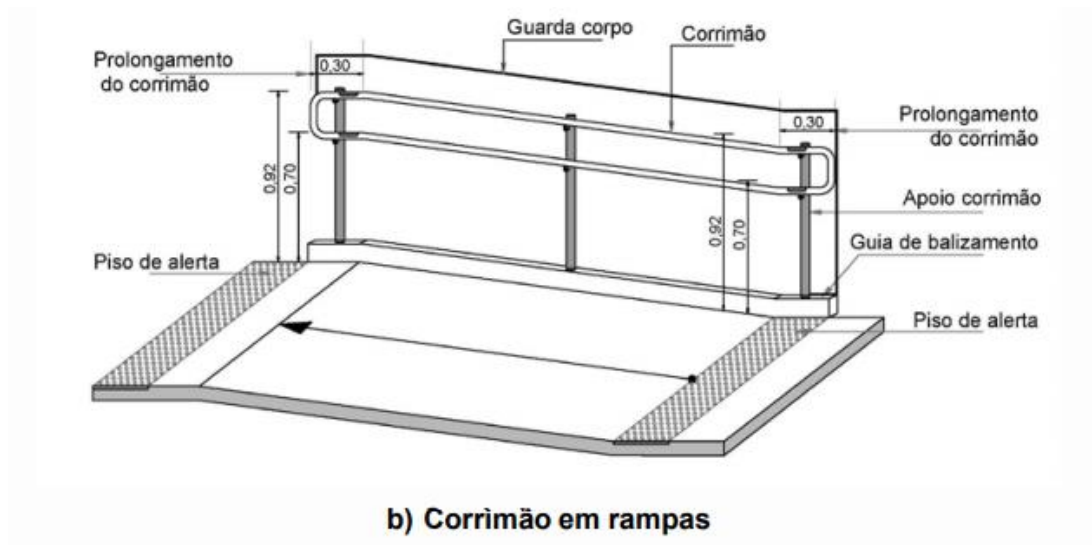
Fonte : Google Maps, captura em 19/01/2021

Nota-se que a rampa foi instalada na lateral da edificação e que é constituída por material metálico. Percebem-se problemas nesta instalação. O espaço da calçada ficou muito estreito em relação à uma árvore existente, fato que impossibilita a passagem da cadeira de rodas neste trecho e até mesmo de um carrinho de bebê. Outra questão foi a instalação de apenas um guarda-corpo, com a ausência de instalação de corrimão na rampa acessível. A norma prevê que o corrimão deve ter acabamento recurvado, desenho contínuo, ser duplo e ter prolongamento de no mínimo 30 cm nas extremidades (ABNT, 2020, p. 62-63).<sup>69</sup> A Figura 7 exemplifica como deveria ser um corrimão nas rampas acessíveis. Ela foi extraída da própria norma brasileira sobre acessibilidade.

---

<sup>69</sup> Refere-se aos seguintes itens da NBR 9050 : 2020 – item 6.9.3.2 e item 6.9.3.4.

Figura 7 - Corrimão normativo em rampa acessível



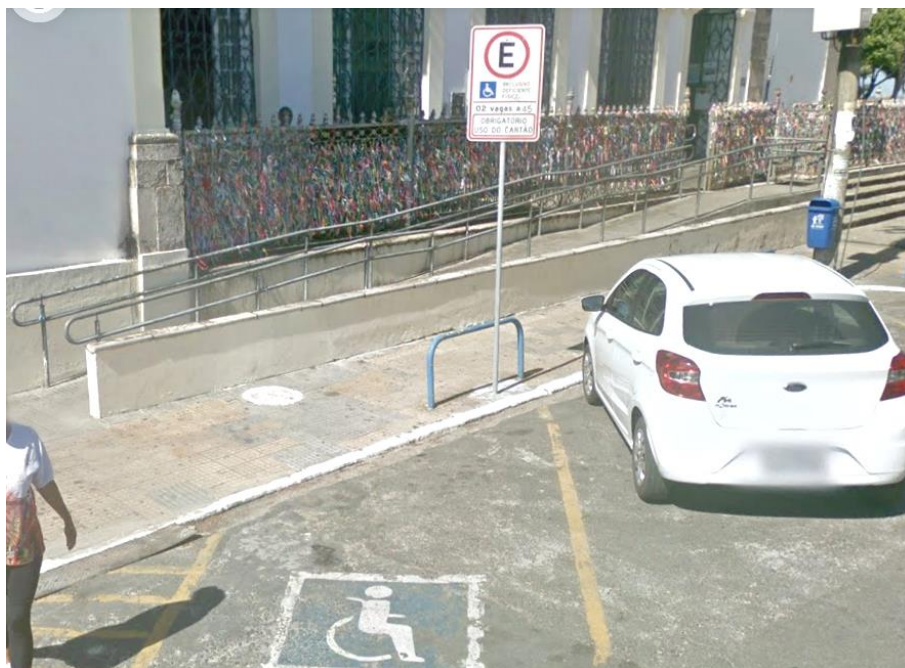
Fonte: ABNT, 2020, p. 92, figura 76.

Nota-se que também não foi instalado o piso tátil no início e no final da rampa, conforme solicita a norma (ver Imagem 8, p.66). Outro problema detectado que chama atenção é em relação ao acabamento lateral verificado nessa rampa. Ele está com execução mal realizada, dando impressão de um remendo. A pesquisa desconhece o motivo da instalação desse acabamento. Percebe-se que esta intervenção demonstra problemas estéticos em relação à edificação existente. Além disso, passa sensação de insegurança para seu uso.

A outra igreja encontrada em pesquisa foi a Basílica do Senhor do Bonfim, na Bahia, que possui tombamento pelo órgão federal, IPHAN.<sup>70</sup> A Imagem 9, a seguir, mostra a rampa de acessibilidade e os corrimãos que foram instalados nesta igreja.

<sup>70</sup> Número do processo no IPHAN - 122-T-1938, e inscrição no livro de tombo n. 131, de 17/06/1938.

Imagem 9 - Rampa da Basílica do Senhor do Bonfim, BA



Fonte: Google Maps, captura em 19/01/2021.

A Imagem 9, acima, mostra que a rampa se localiza na lateral da igreja, bem próxima à vaga da pessoa com deficiência, o que facilita o acesso direto sem obstáculos à edificação, conforme recomendado no normativo brasileiro (ABNT, 2020, p. 153). Observa-se que foi instalada a sinalização para o cadeirante, porém não há indicação de piso tátil para a pessoa com deficiência visual, conforme preconiza a norma NBR 16.537:2016.<sup>71</sup> A falta desse item dificulta o acesso das pessoas com deficiência visual à edificação, pois os obstáculos existentes ao longo da calçada – como placa, anteparo de ferro, poste com lixeira, entre outros – não são sinalizados no piso da calçada.

A intervenção previu uma mureta baixa na rampa da escada, pintada da mesma cor da base da edificação existente, evidenciando a intenção de combinação. A pintura na cor cinza escolhida para o corrimão foi realizada para não chamar atenção para este elemento.

A pesquisa demonstrou dois casos exemplares nos quais o patrimônio histórico não foi um fator impeditivo para execução de elementos de acessibilidade no Brasil. Não se pode

---

<sup>71</sup> NBR 16.537: 2016 – norma de diretrizes para elaboração de projetos e instalação de sinalização de piso tátil. O piso tátil é um piso caracterizado por relevo e luminância contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação perceptível por pessoas com deficiência visual, destinado a formar a sinalização tátil no piso.

afirmar que esses exemplos são únicos no país no tocante às igrejas tombadas, mas foram os que a pesquisa conseguiu certificar que eram tombadas.

Comparando esses dois exemplos de igrejas tombadas brasileiras com os exemplos estrangeiros, nota-se que nos casos internacionais as intervenções se mostraram mais harmônicas em relação à edificação preservada. Os detalhes e cuidados na escolha dos materiais, na localização dos elementos e na forma como eles compõem o conjunto preservado fazem com que esses exemplos internacionais sejam considerados melhores intervenções quando comparados aos exemplos brasileiros apresentados neste relatório.

Na Tabela 1 foi organizado um resumo dos exemplos levantados e seus respectivos elementos acessíveis, identificados pela investigação visual das imagens capturadas.

Quadro 1 – Quadro resumo dos exemplos das igrejas e elementos de acessibilidade

Resumo de exemplos das igrejas e elementos de acessibilidade no Brasil e no Mundo			
	Identificação	Local	Elementos acessíveis identificados por investigação visual
1	All Soul Langan Place Church	Londres, Inglaterra	rampa
2	Catedral St. Paul's	Londres, Inglaterra	rampa e corrimão
3	St Peter and Paul	Filadélfia, Estados Unidos	rampa, corrimão e estacionamento
4	Iglesia de San Millan	Segovia, Espanha	rampa e corrimão
5	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Aparecida	Aparecida (SP), Brasil	rampa
6	Basílica do Senhor do Bonfim	Salvador (BA), Brasil	rampa e corrimão

Fonte: Elaboração própria, 2021.

#### **4. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO**

A elaboração de um Policy Paper se mostrou pertinente pelo fato de este tipo de formato ser constituído por “documentos síntese elaborados sobre questões de natureza metodológica, ou de debate técnico e científico, em torno de questões avaliativas ou de monitorização de políticas públicas” (OLIVEIRA, 2018, p. 4). Além disso, eles divulgam resultados de pesquisas que podem delinear recomendações futuras.

Entendemos que o debate técnico e científico proporcionado por este formato será construído através do estudo de caso e poderá corroborar de maneira positiva para o desenvolvimento do tema acessibilidade e patrimônio histórico tombado. Além disso, a política existente no Brasil em relação ao tema abrange todo o território nacional, então as contribuições do Policy Paper poderão ser aplicadas em todo país. Com isso, as propostas de melhorias que resultarão deste trabalho poderão ser aplicadas de forma homogênea. Sabemos que poderá haver especificidades em cada estado, embora não seja permitido divergir da política nacional. Além disso, nada impede que adequações possam ser feitas para que possam ser aplicadas em cada realidade. Toda a sociedade se beneficiará com os avanços nos temas de acessibilidade e patrimônio, sobretudo as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Por fim, entendemos que o Policy Paper representa uma forma de contribuição para melhorias das políticas públicas baseadas em pesquisa, de modo a fornecer uma discussão menos subjetiva e mais baseada em estudo científico.



## 5. APLICAÇÃO DO PRODUTO

O Policy Paper é um formato que proporciona algumas possibilidades de aplicação, principalmente na área acadêmica, por tratar-se de um documento técnico-científico. Uma aplicação relevante é a sua publicação, a fim de servir como possível fonte para pesquisas sobre a temática, que tem poucos trabalhos divulgados. Uma possibilidade é a divulgação deste trabalho nas plataformas Academia.Edu ou ResearchGate<sup>72</sup> que direcionam, por área de interesse, os trabalhos para seus integrantes via e-mail. Cabe ressaltar que o próprio repositório online da FGV, no qual esta pesquisa será indexada, também se apresenta como fonte de pesquisa importante para os pesquisadores. Visando atingir um público especializado no tema, o Policy Paper poderá ser adaptado para ser publicado no formato de artigo em uma revista especializada na área de patrimônio. Dentro da plataforma Sucupira,<sup>73</sup> a revista **Patrimônio e Memória**, da Unesp (Universidade Estadual Paulista)<sup>74</sup> se destaca, por possuir relação direta com o tema. Outra revista possível é a **Coletânea**, da Faculdade São Bento, que tem como público-alvo sobretudo pesquisadores de história e de teologia.

Destaco que uma cópia do trabalho será enviada para o funcionário e historiador Luiz Felipe Sanches. Existe a possibilidade de compor o acervo do Museu da Irmandade Imperial de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, mas somente após seu conteúdo ser aprovado pela administração gestora da Irmandade Imperial da Nossa Senhora da Glória do Outeiro.<sup>75</sup>

Existe intenção de apresentação do Policy Paper para os órgãos de preservação<sup>76</sup> existentes, e está sendo realizados esforços para atingi-los. Uma primeira tentativa de contato foi com IPHAN, através da sua ouvidoria, via e-mail, a fim de verificar a possibilidade de envio deste trabalho. A resposta recebida no mês de agosto de 2021 foi que a pesquisa deveria aguardar algum evento ou seminário sobre a temática para uma possível submissão. Uma

---

<sup>72</sup> Existem outros espaços de compartilhamento, esses são apenas exemplos e foram considerados os mais difundidos e com maior alcance.

<sup>73</sup> Plataforma Sucupira é uma plataforma da Capes especializada na busca de periódicos acadêmicos. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

<sup>74</sup> A revista **Patrimônio e Memória** possui classificação A2 na plataforma Sucupira. Data de consulta 29 jul. 2021.

<sup>75</sup> Esta aprovação é apenas para colocação da dissertação na composição do acervo do Museu da Irmandade Imperial e não altera o resultado final da dissertação, nem tão pouco a divulgação desse trabalho em outras plataformas acadêmicas.

<sup>76</sup> Refere-se aos seguintes órgãos : federal (IPHAN) e no âmbito do Rio de Janeiro, a princípio, órgão estadual (INEPAC) e municipal (IRPH).



possibilidade para atingir esse órgão é aguardar a próxima consulta pública em relação a temas afins para tentar submeter esta pesquisa.

Este trabalho assume um caráter pioneiro, na medida em que levanta reflexões sobre um assunto muito pouco explorado, principalmente no que diz respeito à acessibilidade em instituições religiosas preservadas. Divulgá-lo no âmbito acadêmico parece ser um caminho inicial para enriquecer os debates sobre essa temática.

## **6. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO**

O Policy Paper foi estruturado de maneira a apresentar a pesquisa em profundidade em relação à Igreja N. Sra. da Glória dentro da temática escolhida. Seu conteúdo aborda os aspectos atuais da situação da edificação e de seu entorno. O Policy Paper foi estruturado da seguinte maneira:

- **Resumo executivo:** apresenta o objetivo do documento, as justificativas para sua elaboração, a metodologia aplicada e a delimitação do estudo.
- **Estudo de Caso:** apresenta uma breve introdução sobre o estudo da Igreja N. Sra. da Glória do Outeiro.
- **Identificação da área de estudo:** identifica o bairro da Glória e seus limites no mapa do Rio de Janeiro, região em que se localiza a Igreja.
- **Identificação das igrejas no bairro:** foram recortadas as igrejas preservadas existentes no bairro. A finalidade foi analisar a acessibilidade desses locais para posterior comparação com o caso da I. N. Sra. da Glória do Outeiro.
- **Identificação do objeto de estudo:** identifica a Igreja e delimita a área de estudo. São apresentados os principais acessos existentes e a pesquisa de campo realizada em todo o entorno; analisa os principais imóveis e elementos arquitetônicos e urbanos na área de estudo.
- **Rotina e público:** apresenta a pesquisa de observação em relação aos frequentadores da I. N. Sra. da Glória do Outeiro e as rotinas de missas, eventos e festejos.
- **Análise da acessibilidade:** apresenta o levantamento de possíveis elementos acessíveis e outros já existentes no entorno da I. N. Sra. da Glória do Outeiro.
- **Acessibilidade nas igrejas vizinhas:** apresenta o levantamento de possíveis elementos acessíveis nas igrejas tombadas identificadas no bairro.
- **Patrimônio e Acessibilidade na I. N. Sra. da Glória do Outeiro:** análise dos aspectos da conservação da edificação e entorno, aliadas aos aspectos de acessibilidade verificados no local.
- **Resultados da entrevista e questionário:** apresenta os resultados dessas pesquisas, destacando os principais aspectos.
- **Conclusão:** conclusões do estudo de caso.
- **Sugestões de melhoria:** algumas reflexões para melhoria da acessibilidade no local.

O Policy Paper será apresentado a seguir. Optou-se por sua apresentação em sequência ao relatório técnico, por entender que ambos fazem parte de uma só pesquisa, facilitando a compreensão do leitor.



## **POLICY PAPER**

---

**PATRIMÔNIO E ACESSIBILIDADE:**

**UM ESTUDO DE CASO NO ENTORNO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA  
DO OUTEIRO, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

## Resumo executivo

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), o Brasil possui 45,6 milhões de pessoas que declararam ter, pelo menos, um tipo de deficiência física, auditiva, visual ou mental<sup>77</sup> e 28 milhões de idosos, os quais fazem parte da população com mobilidade reduzida no país. Os dados percentuais indicam que esses números representam 23,9% da população brasileira com algum tipo de deficiência, dentre os quais 13% são idosos com mais de 60 anos. Isso significa que uma parcela considerável da população brasileira necessita viver em espaços urbanos e arquitetônicos adaptados às suas necessidades para que possam ter oportunidade de exercerem sua cidadania. A não adaptação desses espaços representa um dos principais fatores de exclusão desses grupos na nossa sociedade. Apesar de existir legislação e políticas voltadas para a implantação de acessibilidade no país, existe uma grande dificuldade na execução dessas medidas, principalmente no que diz respeito aos bens culturais existentes no Brasil. Além disso, o tema sobre patrimônio preservado e acessibilidade, estudados em conjunto, ainda é muito pouco explorado e as políticas existentes para cada um desses temas pouco dialogam entre si. Este Policy Paper tem como objetivo propor estratégias para a melhoria do uso em relação à acessibilidade em bens culturais tombados, respeitando os valores históricos e culturais que lhe foram atribuídos.

A metodologia utilizada é o Estudo de Caso, que tem como objeto de estudo a Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, um bem tombado pelo IPHAN. O recorte foi necessário devido à abrangência da temática e por entender que um estudo mais aprofundado e pontual trará resultados mais consistentes. A escolha deste local se deu devido à sua importância histórica, religiosa e turística e pelo fato de ele ser um dos primeiros bens a serem tombados no país, bem como por suas características em relação à localização na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, por ser um templo religioso, esta edificação constitui um ponto de encontro dentro do contexto social, com frequentes reuniões de pessoas e grupos, sendo um interessante espaço de convivência social.

É importante destacar que este estudo foi diretamente impactado pela Pandemia de Coronavírus, iniciada no Brasil em março de 2020 e que segue em curso no ano de 2021. O acontecimento limitou alguns aspectos relativos à pesquisa como: entrevistas diretas e contatos

---

<sup>77</sup> O referido dado do IBGE não especifica os diferentes níveis de deficiência que pode haver nos participantes, mas esse fato não compromete os resultados dessa pesquisa.

pessoais. Assim sendo, o estudo foi adaptado, respeitando as regras sanitárias, de modo a não impactar o resultado da pesquisa.

Os resultados apresentados constituem uma tentativa de melhorar a acessibilidade em imóveis tombados, com a finalidade de tornar mais acessíveis e inclusivos os espaços nos quais incidem políticas de preservação patrimonial. Este documento foi elaborado junto ao relatório técnico de pesquisa, no qual as questões teóricas em relação ao tema sobre patrimônio e acessibilidade foram aprofundadas a partir de um debate bibliográfico. Este Policy Paper pretende proporcionar material técnico-científico que possa contribuir para a melhoria de gestões públicas, no que tange a implantação de ações de acessibilidade em espaços preservados, auxiliando, assim, os órgãos responsáveis pelo tema no país.

## **Estudo de caso**

A I. de N. Sra. da Glória do Outeiro é uma edificação histórica e turística localizada na cidade do Rio de Janeiro. Ela está situada no alto da Ladeira de Nossa Senhora e compõe a paisagem do bairro da Glória e adjacências, junto a uma significativa obra urbana na cidade: o Aterro do Flamengo. Sua importância histórica remonta à fundação da cidade do Rio de Janeiro, já que sua origem se deu pela religiosidade surgida em função de batalhas entre portugueses e franceses no século XVI. Sua inauguração se deu no ano de 1739. A edificação faz parte dos primeiros imóveis tombados pelo órgão de preservação nacional do IPHAN.<sup>78</sup> O imóvel tombado ainda foi protagonista de uma importante discussão, no ano de 1943, sobre a preservação da paisagem de seu entorno. As questões levantadas sobre essa preservação tinham como grande defensor o renomado arquiteto Lúcio Costa. Esses questionamentos resultaram na preservação de imóveis e elementos urbanos no entorno imediato da Igreja, numa tentativa de preservação da ambiência tal como existia no século XVIII.

Este Policy Paper levanta novamente a discussão sobre o entorno da I. N. Sra. da Glória do Outeiro, mas voltando o olhar para um tema necessário e contemporâneo: a Acessibilidade. Visto que esta Igreja foi erguida numa época na qual o tema acessibilidade inexistia nas questões urbanas. A relevância atual deste assunto alcança, além das adaptações técnicas legais, a inclusão das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em espaços que se propõem agregadores e inclusivos na sociedade.

---

<sup>78</sup> Informações sobre a Igreja neste documento foram retiradas dos arquivos do IPHAN em visita ao Arquivo Central, no ano de 2019. As informações históricas foram detalhadas ao longo do relatório técnico.

## Identificação da área de estudo

A I. N. Sra. da Glória do Outeiro, objeto de estudo deste trabalho, se localiza no bairro da Glória, na cidade do Rio de Janeiro. Ela está inserida na região conhecida como Aterro do Flamengo, um importante complexo paisagístico constituído de áreas verdes e espaços de lazer. A área do aterro se localiza entre o Aeroporto Santos Dumont e o final do bairro do Flamengo. Sua extensão é de aproximadamente 1.200.000 metros quadrados e sua paisagem imediata é composta pela extensa avenida denominada Infante Dom Henrique, que faz ligação com a região central e zona sul da cidade. Ao longo do complexo do Aterro existem importantes bens culturais, artísticos, arquitetônicos e equipamentos de lazer da cidade, dentre os quais: o Museu de Arte Moderna (MAM), Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra (conhecido como monumento dos Pracinhas), Praça Paris, Praça Nossa Senhora da Glória, Marina da Glória, Praça Luís de Camões, Parque do Flamengo, quadras poliesportivas, ciclovia, e ainda, as praias do Flamengo e de Botafogo. A Imagem 10 mostra a localização da I. N. Sra. da Glória do Outeiro em relação a alguns desses elementos urbanos citados.

Imagem 10 - Localização da I. N. Sra. da Glória do Outeiro



Fonte: Google Earth, modificado, ano 2021.



Nas proximidades da Ladeira de Nossa Senhora (Ladeira da Glória),<sup>79</sup> rua da igreja, se localizam a Praça Luís de Camões e a Praça Nossa Senhora da Glória. A aproximadamente 300 metros da subida da Ladeira da Glória existe um acesso ao metrô e dois pontos de ônibus são encontrados na rua da Glória e na Av. Beira Mar. Na ladeira não existe chegada de transporte público. Na Praça Luís de Camões temos o hotel Golden Park, bares e um restaurante japonês, O Sushi Glória. Nas imediações verificam-se supermercados, lanchonetes, restaurantes e bancos. A Imagem 11 localiza a I. N. Sra. da Glória do Outeiro e seu entorno imediato.

Imagem 11 - I. N. Sra. da Glória do Outeiro e entorno imediato



Fonte: Google Earth, modificado, ano 2021

<sup>79</sup> O nome oficial da rua é Ladeira de Nossa Senhora. Optou-se em utilizar o nome mais conhecido neste trabalho (Ladeira da Glória) para melhor reconhecimento e identificação do leitor. Inclusive o nome Ladeira da Glória é o que aparece no mapa da região na ferramenta Google Maps.



## Identificação das igrejas tombadas no bairro

Foi realizado levantamento das igrejas existentes no bairro da Glória a fim de identificar quais são preservadas. A pesquisa teve o objetivo de investigar a acessibilidade nas edificações semelhantes ao objeto de estudo, visando uma posterior análise comparativa. A análise da acessibilidade será apresentada ao longo deste Policy Paper, em um tópico específico.

Todas as igrejas encontradas no bairro da Glória são preservadas. Ao todo são quatro edificações, duas delas preservadas pelo órgão municipal (IRPH); uma preservada tanto pelo órgão municipal (IRPH) quanto pelo órgão Estadual (INEPAC) e a última tombada pelo órgão federal (IPHAN).<sup>80</sup>

O Quadro 2 identifica as igrejas preservadas no bairro da Glória, seus endereços, os órgãos responsáveis por suas preservações e seus números de processo de tombamento.

Quadro 2 – Lista de igrejas preservadas identificadas no bairro da Glória, RJ.

	Igreja	Endereço	Órgão	Identificação do processo
1	I. N. Sra. da Glória do Outeiro	Ladeira de Nossa Senhora, RJ.	IPHAN	Tombamento 04/05/1938 - Livro Histórico, vol. 1, inscrição 18 e Livro Belas Artes, vol. 2, inscrição 18 Número do processo: 49-T-1938
2	Igreja N. Sra. Mãe da Divina Providência	Rua do Catete, 115.	IRPH	Decreto n. 25.693/05. Tipo: Tombamento provisório.
3	Templo da Humanidade da Igreja Positivista do Brasil	Rua Benjamin Constant, n. 74 - Glória	INEPAC	Tombamento definitivo data 31.03.1978 e número de processo: E-03/01.531/78
			IRPH	Decreto nº 39.062 de 11/08/2014 – D.O. Rio de 12/08/2014.
4	Igreja Sagrado Coração de Jesus	Rua Benjamin Constant, nº 42	IRPH	Dec. 14.717 de 15/04/96. Tipo: Tombamento definitivo.

Fonte: IPHAN, INEPAC e IRPH.

<sup>80</sup> Os sites dos órgãos de preservação disponibilizam lista de imóveis tombados. A consulta eletrônica foi realizada nos seguintes sites: IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 25 fev. 2021; INEPAC. Disponível em: [http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens\\_tombados/realizabusca?municipios=68&BemCultural=&PalavraChave=](http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/realizabusca?municipios=68&BemCultural=&PalavraChave=). Acesso em: 25 fev. 2021; IRPH. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/bens-tombados>. Acesso em: 25 fev. 2021.

## Identificação do objeto e entorno

A pesquisa em profundidade ocorreu no entorno da I. N. Sra. da Glória do Outeiro, na cidade do Rio de Janeiro, bairro da Glória. A área do estudo de caso foi delimitada na via principal de acesso, ou seja, do início da Ladeira da Glória até seu final, convergindo com a Rua do Russel. A praça Luís de Camões foi considerada pelo fato de estar localizada na entrada ao Plano Inclinado do Outeiro da Glória, que dá acesso à I. N. Sra. da Glória do Outeiro.

A Figura 8 mostra a delimitação do estudo de caso, os acessos citados, assim como os limites da edificação da I. N. Sra. da Glória do Outeiro e de seu edifício anexo, onde se localizam o Museu da Imperial Irmandade de Nossa Senhora do Outeiro e a secretaria da Igreja.

Figura 8 - Delimitação da área do Estudo de Caso



Fonte: Google Maps , modificado em 13/08/2021.

Conforme citado anteriormente no relatório técnico, a área de estudo incide proteção do órgão federal, o IPHAN, e do órgão municipal, o IRPH. Em relação ao órgão municipal IRPH,

a Ladeira da Glória<sup>81</sup> está inserida na Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC), através do Decreto n° 25.693 de agosto de 2005, conforme trecho do Anexo I:

[...] cruza o largo da Glória na direção da rua do Russel até encontrar a escadaria de acesso ao adro da igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro; contorna a praça Nossa Senhora da Glória, incluída; segue pela ladeira de Nossa Senhora, incluída, até seu encontro com a ladeira do Russel [...]

O artigo 8° desse mesmo decreto reforça o entendimento de que toda intervenção no local deverá ser previamente aprovada pelo IRPH:

Qualquer intervenção urbanística, paisagística, colocação de mobiliário urbano ou monumento, implantação ou retirada de vegetação nos espaços públicos situados nos limites desta APAC deverá ser previamente aprovada pelo órgão de tutela (IRPH, 2005).

Na esfera federal, o IPHAN também tutela todo o “conjunto arquitetônico e paisagístico do morro” onde está situada a Igreja (IPHAN, 2019).

A Figura 9, a seguir, foi elaborada com a finalidade de facilitar o entendimento dessas esferas de proteção no local. Ela demonstra as edificações<sup>82</sup> e as áreas comuns que são tuteladas por esses órgãos<sup>83</sup>, dentro da área delimitada para este estudo.

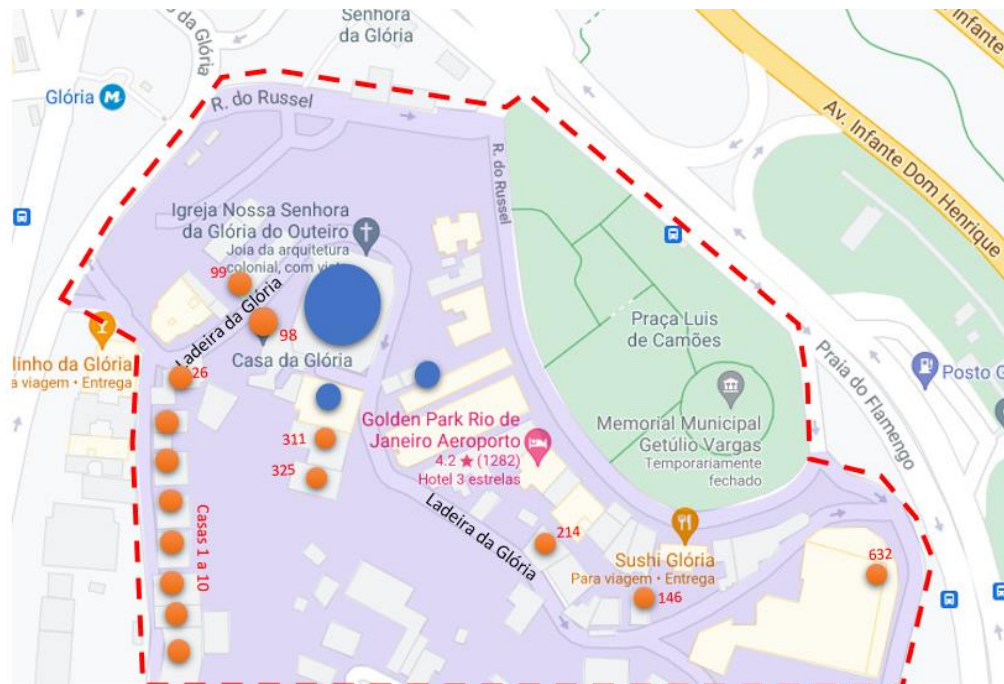
---

<sup>81</sup> Optou-se por utilizar o nome Ladeira da Glória neste trabalho por ser o nome mais conhecido e popular, e o que aparece no mapa da região Google Maps. O nome oficial que se inscreve no cep é Ladeira de Nossa Senhora.

<sup>82</sup> As edificações dizem respeito às seguintes: Ladeira de Nossa Senhora: n. 26 – (Casas 01,02,03,04,05,06,07,08,09 e 10 Vila Aymoré); n. 36, 98, 99,146, 146A, 214, 279, 311/325. Rua do Russel, n. 632 (Decreto n. 25550 DE 14 DE JULHO DE 2005). Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/bens-tombados>. Acesso em: 09 maio 2019.

<sup>83</sup> A Figura 9 apresentada, se restringiu à área de estudo. A APAC protege uma área maior que esta: todo o bairro do Catete e parte do bairro da Glória. O IPHAN também tutela todo o Morro onde se localiza a I. N. Sra. da Glória do Outeiro, mas sem definição exata de onde seria esse limite.

Figura 9 – Mapeamento de edificações e áreas tuteladas na Ladeira da Glória



Legenda:

- Delimitação do Estudo
- Edificações tuteladas pelo órgão Municipal (IRPH)
- Edificações tuteladas pelo órgão Federal (IPHAN)
- Área tutelada por ambos os órgãos IPHAN e IRPH

Fonte: Google Maps , modificado em 13/08/2021.

A Figura 9 evidencia que toda área deste estudo é protegida e que qualquer intervenção realizada na área do entorno da igreja em relação à acessibilidade deve ser pré-aprovada tanto pelo IPHAN como pelo IRPH.

A I. N. Sra. da Glória do Outeiro possui posição geográfica privilegiada em relação à paisagem local. Sua localização, acima da Ladeira da Glória, destaca sua construção arquitetônica e a insere na paisagem carioca como um ícone. A sua implantação foi realizada de modo a prever um pátio aberto, que serve como espaço de contemplação e mirante aos visitantes no local. A Imagem 12 mostra o conjunto arquitetônico inserido na paisagem carioca.

Imagem 12 - I. N. Sra. da Glória do Outeiro  
vista de localização



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 01/03/2021.

O acesso da I. N. Sra. da Glória do Outeiro se inicia na Ladeira da Glória, onde existem na esquina dois restaurantes tradicionais na cidade do Rio de Janeiro: a Taberna da Glória e o antigo restaurante Amarelinho, que atualmente recebe o nome de Os Ximenes. Foi realizado por esta pesquisadora o percurso<sup>84</sup> que se iniciou na saída do metrô da Glória e terminou no acesso de subida do Plano Inclinado do Outeiro. Na Figura 8 (p.81) esses acessos estão identificados pelas setas nas cores amarela e verde.

A paisagem neste início de percurso é marcada por muitas árvores, piso de pedras portuguesas e mobiliário urbano, como postes de luzes mais recentes que contrastam com os antigos postes de lamparinas preservados pelo órgão municipal. Ao subir a ladeira na parte da manhã, ainda se pode visualizar alguns saguis que andam nos fios elétricos aparentes e também ouvir o som de diversos passarinhos, dentre os quais: quero-quero, bem-te-vis e periquitos.

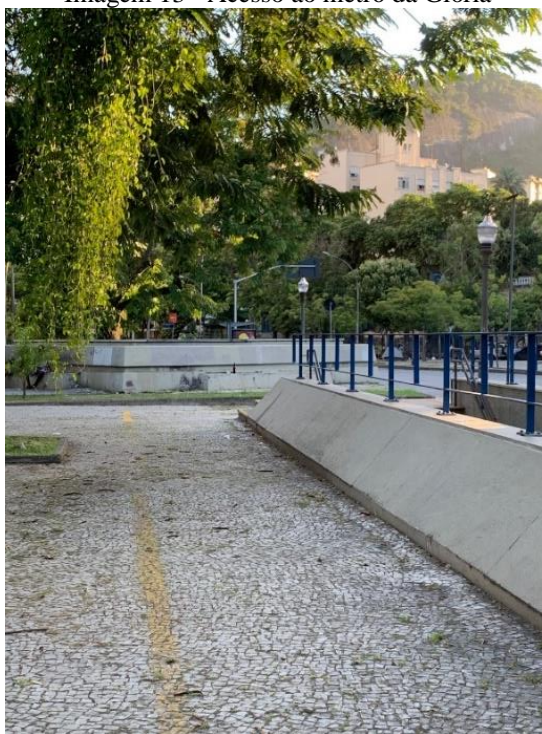
---

<sup>84</sup> O percurso é aqui descrito e ilustrado a fim de que o leitor tenha um melhor entendimento da área e do objeto de estudo. A pesquisa visa observar em campo as condições atuais do patrimônio, bem como conservação, aspectos da paisagem e de acessibilidade, elementos que são o foco deste trabalho.



Como meios de transporte próximos encontramos um ponto de ônibus e ainda um acesso ao metrô, mas para subir a ladeira somente é possível de carro ou a pé. As Imagens 13, 14 e 15 registram os elementos do percurso descrito acima.

Imagem 13 - Acesso ao metrô da Glória



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

Imagem 14 – Ponto de ônibus e mobiliário existente



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

Imagem 15 – Ladeira da Glória



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

Alguns imóveis se destacam no início da Ladeira da Glória, dentre eles a Villa Aymoré. Este exemplar constitui um conjunto de 10 casas, construídas entre 1908 e 1910 para abrigar a “alta burguesia carioca”, sendo um exemplar do estilo arquitetônico eclético (DEUTSCH; ROTTMANN, 2016, p. 8). O conjunto foi restaurado e reinaugurado no ano de 2015 e abriga espaços de *coworking* e escritórios diversos, além de possuir uma parte cultural que recebe eventos e uma galeria de arte. Segundo os autores Deutsch e Rottman (Ibidem, p. 25), o imóvel é tombado pelo órgão municipal e sua revitalização é um exemplo de “sucesso de recuperação do patrimônio cultural” pois, não “engessou” o uso do imóvel e permitiu a modificação das atividades que ocorrem no interior da edificação.<sup>85</sup> Destaco aqui que esses autores descreveram em seu trabalho que foi previsto elevador para pessoas com deficiência, ligando o estacionamento ao nível do térreo (Ibidem, p. 16). Essa previsão se constitui um caso concreto de reforma de um imóvel tombado vizinho ao objeto de estudo e no qual houve preocupação com a acessibilidade. As Imagens 16 e 17 mostram registros dessa edificação.

---

<sup>85</sup> Referente a mudança de uso que originalmente era residencial e pós reforma passou a ser comercial com espaços de escritórios, de eventos, galerias de arte e etc. No item 2.2 Discussões sobre Intervenções em Áreas Tombadas o assunto sobre modificações em áreas tombadas foi melhor aprofundado.

Imagem 16 – Entrada da Villa Aymoré



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021/

Imagem 17 – Villa Amoyré



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.



No início da subida da Ladeira da Glória observa-se que grande parte da pavimentação da via é constituída por um asfalto recente, conforme imagens 15 e 16 (p.86 e 87). A pavimentação muda para piso de pedras de paralelepípedo na subida da Ladeira da Glória. Porém, observa-se que em alguns locais a manutenção foi realizada com asfalto. O uso do asfalto desconfigurou o piso de paralelepípedo, dando aspecto de remendo às coberturas de buracos que apareceram ao longo do tempo. O fato evidencia a descaracterização da área tombada. Cabe pontuar que o responsável pela manutenção dos logradouros públicos é a Prefeitura do Rio de Janeiro, através do seu órgão da Coordenadoria Geral de Conservação (CGC). Na atribuição desse órgão está descrita a “recomposição de pavimentos em concreto, paralelepípedos, pedras portuguesas e intertravados”.<sup>86</sup>

As Imagens 18 e 19 mostram que a recomposição de algumas partes no local não foi realizada com a mesma pavimentação e comprovam a desconfiguração desse elemento no local.

Imagem 18 – Pavimentação da Ladeira da Glória



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

---

<sup>86</sup> “CGC – Coordenadoria Geral de Conservação”. In: Portal da Prefeitura do Rio de Janeiro, sem data.

Imagem 19 – Ladeira da Glória



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

Foi observado que os muros e bases de pedras naturais nas edificações ao longo do trajeto estavam pichados. As calçadas necessitam de manutenção, pois se encontram com partes de pavimentação quebrada e com buracos. A calçada do lado direito também se mostra muito estreita, conforme registros das Imagens 20 e 21.

Imagem 20 - Base de edifício, em pedra natural, na Ladeira da Glória



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

Imagem 21 – Muro de edificação na Ladeira da Glória



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

Subindo a Ladeira da Glória encontramos a Casa da Glória, edificação também preservada pelo IPHAN. O casarão passou por restauração<sup>87</sup> e reabriu em novembro de 2019. A construção de dois andares é composta por uma área externa arborizada e com piscina. Em um primeiro momento, o espaço era utilizado para realização de feiras e eventos, mas sua atuação cultural foi muito prejudicada devido à pandemia do Coronavírus, que impôs restrições ao funcionamento dos eventos. Atualmente, o espaço foi readaptado para ser um bistrô-bar. Em visita ao local no dia 16 de abril de 2021, observou-se cem por cento de ocupação das mesas do estabelecimento. A Imagem 22 mostra o acesso à edificação.

---

<sup>87</sup> As informações sobre a Casa da Glória foram obtidas em observação da obra no local, pois a pesquisadora morava próxima ao local à época das pesquisas.

Imagem 22 – Entrada da Casa da Glória



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

Vizinha à Casa da Glória está a I. N. Sra. da Glória do Outeiro, objeto deste estudo de caso. Com a pandemia de Coronavírus, a Igreja ficou alguns meses fechada. Nesse mesmo período foi observada a realização de alguns serviços de pintura na extensão do muro da fachada externa. A reforma foi a mais recente no local. Segundo notícia do jornal O Globo, de 02 de agosto de 2020, as obras se iniciaram em março e se findaram no final de julho. Os trabalhos foram gerenciados pela Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro<sup>88</sup> e acompanhados pelo IPHAN. A reportagem informou ainda que foram cancelados cerca de 50 casamentos no período em que a Igreja esteve fechada por causa da pandemia.<sup>89</sup>

Ao fim da subida da Ladeira da Glória é possível visualizar um muro alto, com duas escadas laterais que acessam um grande pátio onde se situa a Igreja (Imagens 23 a 25, a seguir). O pátio, por estar num ponto ainda mais alto que a rua, funciona como mirante e proporcionando vista de parte do Aterro do Flamengo, a Marina da Glória e alguns edifícios da região da zona central da cidade do Rio de Janeiro. No centro do pátio aberto repousa imponente a Igreja I. de

---

<sup>88</sup> A Irmandade foi canonicamente instituída em 1739, ano em que se construiu o templo. Em 1849, D. Pedro II outorgou o título “Imperial” à Irmandade. Após esta data, todos os seus descendentes nascidos no Brasil são membros dessa irmandade.

<sup>89</sup> LIMA, Ludmilla de. “Com quase três séculos, Igreja da Glória volta a brilhar”. In: **O Globo**, 02 ago. 2020.



N. Sra. da Glória do Outeiro, como se coroasse o bairro da Glória com a beleza de sua arquitetura secular.

Imagem 23 – Fachada Principal da I. de  
N. Sra. da Glória do Outeiro



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

Imagem 24 – Escada de acesso ao pátio (1)



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

Imagem 25 – Escada de acesso ao pátio (2)



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

Imagem 26 - Portão da I. N. Sra. da Glória do Outeiro



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

A Imagem 26 (p.93) mostra o portão e a grade forjados com ferro, trabalhados com ornamentos que compõe a fachada. Cabe reforçar que todo conjunto arquitetônico da Igreja I. de N. Sra. da Glória do Outeiro – sua fachada, muros, pátio interno – é tombado pelo órgão federal IPHAN<sup>90</sup>.

A análise em relação à acessibilidade e conservação do patrimônio será apresentada neste trabalho em tópico específico. As fotos apresentadas da edificação e entorno foram tiradas no mês de agosto de 2020, quando os serviços de pintura tinham sido realizados para o aniversário<sup>91</sup> da Igreja.

Em frente à fachada externa há um largo com um pequeno estacionamento de carros que atende à Igreja, conforme mostra a imagem 27, a seguir.

Imagem 27 - Estacionamento da I. de N. Sra. da Glória do Outeiro



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

---

<sup>90</sup> Embora não sejam o foco desta pesquisa, que se delimitou ao estudo do entorno da igreja, vale indicar que os elementos internos e o acervo da Igreja também são tombados.

<sup>91</sup> O aniversário da Igreja acontece em todo mês de agosto. Mais detalhes sobre essa festividade serão apresentados no próximo tópico.



Neste estacionamento se localiza o acesso a uma escadaria, conhecida como “rampa de acesso”,<sup>92</sup> planejada por Lúcio Costa nos anos 1960 e que serve de ligação da Igreja à Praça Luís de Camões. Foi observado entre os anos de 2018 e 2020 que o acesso ficou constantemente fechado pela Igreja, possivelmente devido às questões de segurança. Foi verificado que neste período o espaço foi aberto apenas em ocasiões especiais, como nos eventos que aconteceram na Igreja. A Imagem 28, abaixo, mostra o registro deste espaço.

Imagem 28 - Escadarias de acesso da Praça Luís de Camões à Igreja.



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

Seguindo a Ladeira da Glória avista-se a lateral da Igreja. Não existe edificação nesta área e o muro de fechamento da Igreja é longo e alto. As Imagens 29 e 30, a seguir, mostra a extensão desse muro.

---

<sup>92</sup> Nos registros históricos pesquisados nos arquivos do IPHAN, este local foi nomeado na década 1960 como “rampa de acesso de Lúcio Costa”. Porém, na realidade, existem degraus e escadas na construção. No âmbito das normas de acessibilidade é um equívoco denominar este espaço de rampa.



Imagem 29 - Lateral externa da I. de N. Sra. da Glória do Outeiro



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

Imagem 30 - Rua lateral da I. de N. Sra. da Glória do Outeiro



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

Logo após trecho da Imagem 30, conseguimos ver o acesso existente ao Plano Inclinado do Outeiro da Glória. Ele é um equipamento do tipo elevador que liga a Praça Luís de Camões, na Rua do Russel, até o alto da Ladeira da Glória (Imagens 31, 32 e 33).

Imagem 31 – Plano Inclinado do Outeiro da Glória –  
acesso à Igreja



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021

Imagem 32 - Elevadores do Plano Inclinado do  
Outeiro da Glória



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

Imagem 33 - Acesso do Plano Inclinado à Praça Luís de Camões



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

O Plano Inclinado do Outeiro da Glória foi inaugurado em fevereiro de 1944<sup>93</sup> com o objetivo de facilitar o acesso dos fiéis à Igreja. Este plano sofreu reforma significativa e foi reinaugurado em agosto de 2003 (INVENTARIO DE MONUMENTOS RJ, sem data). Sua operação foi um ponto que chamou a atenção na pesquisa. O horário de funcionamento é das 8 horas às 18 horas de terça a sábado, e aos domingos das 8 horas às 13 horas. Não há funcionamento às segundas-feiras. Foi observado que, na prática, esse horário não é respeitado e muitas vezes encontramos esse equipamento fechado, fato que sugere possível deficiência na administração do serviço.<sup>94</sup> A gestão sobre o funcionamento do plano inclinado é da Rio Luz, empresa pública de capital fechado da Secretaria Municipal de Infraestrutura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Para execução dos serviços no Plano Inclinado foram encontradas duas empresas terceirizadas contratadas pela Rio Luz, a Star 5 Service Comercio e Conservação e Limpeza Ltda e a empresa Elevadores Alpha Ltda (RIOLUZ, 2021).

No ano de 2018 a prefeitura<sup>95</sup> teve problemas em pagar essas empresas, como mostra o seguinte trecho de reportagem publicada no Portal G1 a 07 de agosto desse mesmo ano: “Planos

---

<sup>93</sup> O prefeito da cidade do Rio de Janeiro em gestão era Henrique Dodsworth, do Partido Social Democrático (mandado de 1937 a 1945).

<sup>94</sup> Informações do Plano Inclinado foram obtidas a partir da pesquisa de observação realizada entre fevereiro de 2018 e março de 2020. O horário de funcionamento pode ter sofrido alteração.

<sup>95</sup> O prefeito da cidade do Rio de Janeiro era Marcelo Crivella, do partido Republicanos (mandado de 2017 a 2021).

inclinados do Rio podem parar por falta de pagamento da Prefeitura. Segundo os funcionários, as empresas decidiram demitir todos e parar os equipamentos porque não estariam recebendo os repasses pelo serviço”.<sup>96</sup>

Com a repercussão negativa, o prefeito Marcelo Crivella, então prefeito do Rio de Janeiro, chegou a ir ao local e mobilizar meios de comunicação para confirmar que o plano não pararia: “Estou aqui para comprovar que o serviço não vai parar. Está funcionando tranquilamente. Não passou de boato. Por isso, estou aqui com o padre Lázaro<sup>97</sup>, tendo o prazer de subir no plano inclinado do Outeiro da Glória”.<sup>98</sup>

Durante a pandemia de Coronavírus o funcionamento piorou, o acesso ao plano inclinado esteve constantemente fechado. Nos dias e horários de missa é mais recorrente o seu funcionamento. A Imagem 34 mostra o registro desse equipamento.

Imagem 34 - Plataforma elevatória no interior do Plano Inclinado



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

A visita de campo detectou que o Plano Inclinado possui um facilitador para pessoas com deficiência que necessitam de cadeiras de rodas, pois ele possui plataformas elevatórias nos trechos onde há escadas. Elas foram colocadas na última reforma, ocorrida no ano de 2003.

---

<sup>96</sup> ÁVILA, Edmilson. “Planos inclinados do Rio podem parar por falta de pagamento da Prefeitura”. In: G1 Rio de Janeiro, 07 ago. 2018.

<sup>97</sup> Padre Lázaro celebrava missas no ano de 2018. O padre Sérgio Costa Couto é o que está celebrando as missas no ano de 2021.

<sup>98</sup> “Prefeito do Rio garante operação dos planos inclinados”. In: Rio Prefeitura, 14 ago. 2018.



Ao lado da I. N. Sra. da Glória do Outeiro existe um casarão onde funciona sua secretaria e o Museu da Imperial Irmandade da Glória do Outeiro. Esse museu possui uma exposição permanente, na qual são expostas as vestimentas utilizadas na santa Nossa Senhora da Glória e no menino Jesus, exposto ao alto do altar da Igreja.<sup>99</sup>

Notou-se que o site oficial da Igreja não menciona a existência deste museu.<sup>100</sup> Apesar de não ser foco deste trabalho, também não foi detectado no interior do site nenhuma ferramenta acessível para pessoas com deficiência como, por exemplo, recursos de áudio para pessoas com deficiência auditiva ou idosos que possuem redução auditiva.

No local também não foram identificadas placas ou sinalização que indique que ali funciona um museu. A Imagem 35 mostra o casarão onde se localiza o museu, atrás da Igreja.

Imagem 35 - Localização do Museu da Imperial Irmandade



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

A Imagem 36, a seguir, mostra a entrada do museu e da administração da Igreja. Não há sinalização e existem degraus entre o acesso, a calçada e a rua. Segundo o normativo de acessibilidade, deveria existir rampa ali, pois esse desnível se mostra superior ao máximo permitido de 5 mm (ABNT, 2020, p. 53).

---

<sup>99</sup> Os detalhes sobre os festejos de troca das vestes serão abordados em item específico a seguir.

<sup>100</sup> Site oficial da I. de N. Sra. Da Glória do Outeiro. Disponível em: <https://outeirodagloria.org.br/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

Imagem 36 - Entrada do Museu da Imperial Irmandade



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

Foi detectada uma rampa de carros para acesso ao pátio da Igreja. Essa rampa possui inclinação alta,<sup>101</sup> mas apesar disso foi colocado um corrimão de madeira em sua lateral. Percebe-se que ela funciona como auxílio ao público e que o corrimão foi colocado no sentido de funcionar como um facilitador neste local. Nos horários de funcionamento da Igreja o portão desse local encontra-se frequentemente semiaberto, indicando um possível uso para pedestres.

A Imagem 37, a seguir, ilustra o desnível entre a rua e o acesso à rampa de carros. Este desnível é superior à previsão legal.<sup>102</sup> Na sequência, a Imagem 38, mostra a rampa de carros com o piso de pedras irregulares e o corrimão de madeira. A norma de acessibilidade recomenda que os materiais de revestimentos e acabamentos tenham “superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante, sob qualquer condição (seco ou molhado)” (ABNT, 2020, p. 53). O corrimão não se mostra em conformidade com o normativo, que prevê acabamento recurvado, desenho contínuo, duas alturas e prolongamento 30 cm nas extremidades (ABNT, 2020, p. 62, itens 6.9.3.2, 6.9.3.3 e 6.9.3.4).

---

<sup>101</sup> Rampas de carros possuem inclinação em torno de 20%. A inclinação recomendada para acessibilidade de uma cadeira de rodas é 8,33%, sendo admitido até 12,5% em caráter de exceção, apenas quando o local reformado impossibilitar a medida máxima de 8,33% (ABNT, 2020, p. 57, itens 6.6.2.1 e 6.6.2.2).

<sup>102</sup> Desníveis superiores a 5 mm precisam de tratamento especial (ABNT, 2020, p. 53, item 6.3.4.1).

Imagem 37 - Rampa de acesso de carros ao pátio da Igreja.



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

Imagem 38 - Inclinação e tipo de piso da rampa de carros na Igreja.



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 16/04/2021.

## Rotina e público

A pesquisa de observação em relação à rotina da igreja aconteceu entre fevereiro de 2018 e março de 2020. Devido à pandemia de Coronavírus, a Igreja ficou fechada de março até de agosto de 2020, o que afetou sua rotina habitual nesse período.

Em abril de 2021, os horários das missas constavam nos horários de 9 e 11 horas, no dia de domingo.<sup>103</sup> Entre o período de 2018 e 2019 havia mais um horário de missa noturna, às 19 horas, sendo conhecida como Missa Jovem.<sup>104</sup> Nessa ocasião eram realizados cânticos com envolvimento do grupo jovem da Igreja, que se mostrava mais atuante do que nos outros horários.

O público visitante se alterou após a pandemia. Nos anos de 2018 e 2019 havia presença de turistas, jovens na faixa de 30 a 40 anos e pessoas com mais de 60 anos. Devido às medidas restritivas por causa da pandemia em relação às reuniões de grupos, observou-se considerável diminuição do público, em especial dos turistas e idosos.

Um ponto chamou atenção na pesquisa de observação: as pessoas tinham hábitos de frequentar os mesmos horários e se conheciam na maior parte do tempo. O espaço era tido como um ponto de encontro e um espaço de socialização. Geralmente no final das missas muitos ficavam conversando no pátio externo, principalmente após a missa noturna, quando as noites se mostravam agradáveis, com céu estrelado e lua à vista.

Dentro da programação anual acontece a festividade mais importante do local no mês de agosto, quando se comemora o aniversário de fundação da Igreja. O festejo auxilia a divulgação e serve como chamariz para mais frequentadores. A celebração religiosa se caracteriza pela troca de vestes da imagem da santa Nossa Senhora da Glória. Todo dia 5 de agosto realizam-se as trocas das vestes de Nossa Senhora da Glória e do menino Jesus. A imagem é retirada do trono do altar-mor e numa sala contígua às tribunas, a portas fechadas, realiza-se a troca das vestes num silêncio respeitoso (VASQUES, 2011, p. 21). A tradição se originou na época do Brasil Império e acontece até hoje.<sup>105</sup>

No interior do museu podemos encontrar as vestes utilizadas em anos anteriores e verificar que diversos estilistas conceituados já assinaram suas confecções como: Elizabeth

---

<sup>103</sup> Informação disponível em: <https://outeirodagloria.org.br/servicos/horario-das-missas/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

<sup>104</sup> Esta pesquisadora frequentou assiduamente a Missa Jovem no horário das 19 horas nos anos 2018 e 2019, e esporadicamente até fevereiro de 2020. Em março de 2020 a Igreja ficou totalmente fechada por aproximadamente 4 meses devido à pandemia de Coronavírus.

<sup>105</sup> “Festa de Nossa Senhora da Glória do Outeiro”. In: **ARQRIO Arquidiocese de São Sebastião**, 29 jun. 2018.



Serpa,<sup>106</sup>Guilherme Guimarães,<sup>107</sup> Henrique Filho<sup>108</sup> e Clóvis Bornay.<sup>109</sup> As vestimentas são muito luxuosas e algumas possuem pedrarias em cristais e rendas importadas.<sup>110</sup>

Neste período festivo aumentam-se os horários das missas e uma pequena procissão acontece nas redondezas. No pátio interno são montadas barracas para vendas de artesanatos e produtos religiosos e são realizadas algumas atrações como: teatro, dança, música e gastronomia. Em agosto de 2020 houve adaptações e observou-se que não houve venda de alimentos ou de artesanatos a fim de evitar aglomerações. As missas foram transmitidas ao vivo pela página da rede social da Igreja para que fosse atingido um maior número de pessoas.

Devido à pandemia de Coronavírus, a Igreja precisou realizar adaptações em relação à sua rotina para melhor atender seus visitantes e se adequar à nova realidade imposta pelas medidas restritivas que tanto afetaram os locais religiosos. Observou-se que a Igreja aumentou sua atuação na internet, com transmissão online das missas. No mês de abril de 2021 a página da sua rede social estava constando 2.295 seguidores, com uma média de 20 curtidas em cada postagem de missa.<sup>111</sup> Outra questão observada, já descrita neste trabalho, foi que a administração aproveitou positivamente o período de restrição do funcionamento da Igreja, entre março e agosto de 2021, para a execução de alguns serviços de melhoria como pintura do muro e limpeza da fachada.

## Análise da acessibilidade

A localização da Igreja no alto da Ladeira da Glória a torna peculiar em relação à acessibilidade no local, tanto no que diz respeito ao meio de transporte para chegar à Igreja como em relação à acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida (sobretudo idosos) e pessoas com deficiência. A acessibilidade, conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei

---

<sup>106</sup> Elizabeth Serpa, mais conhecida como Beth Serpa, é casada com Carlos Alberto Serpa, que foi vice provedor da Irmandade Imperial no ano de 2015. Disponível em: <https://cultural.cesgranrio.org.br/nossa-senhora-da-gloria-do-outeiro-e-homenageada/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

<sup>107</sup> Guilherme Guimarães, estilista conhecido como Gui-Gui, foi ícone da alta costura nos anos de 1960 e 1970. Faleceu no ano de 2016 (NUNES, FERNANDA. “Morre no Rio o estilista Guilherme Guimarães, ícone da alta costura nos anos 1960 e 70”. In: **Estado**, 24 dez. 2016).

<sup>108</sup> Henrique Filho é conhecido como “mago das fantasias” pela elaboração de fantasias de carnaval (BATISTA Jr., João Batista. “O mago das fantasias”. In: **Veja**, 15 fev. 2019).

<sup>109</sup> Clóvis Bornay, famoso estilista carnavalesco, criador de bailes de carnaval e museólogo. Faleceu em 2005 (“Exposição Clóvis Bornay – 100 anos”. In: **Portal do Museu da República**, 2016).

<sup>110</sup> “Nossa Senhora da Glória: figurino novo no altar do Outeiro”. In: **Lu Lacerda**, 06 ago. 2018.

<sup>111</sup> Página da Igreja no Facebook. Disponível em: [https://www.facebook.com/outeirodagloria1739/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/outeirodagloria1739/?ref=page_internal). Acesso em: 23 abr. 2021. Antes do período da pandemia esta pesquisadora não tinha conhecimento da página da Igreja nas redes sociais.

13.146 de 6 de julho de 2015) é definida como uma “condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações [...]”. Essa mesma lei ainda conceitua os termos pessoa com deficiência como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial [...]” e, pessoa com mobilidade reduzida como “aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade [...]”. Cabe colocar que as pessoas com mobilidade reduzida incluem os grupos de idosos, gestantes, lactantes, pessoas com criança de colo e obesas.<sup>112</sup>

Em relação ao acesso a Igreja, conforme já relatado neste estudo, acontece a pé ou de carro. O plano inclinado facilita muito o acesso dos pedestres, apesar dos problemas já relatados neste documento sobre seu funcionamento.

No que diz respeito à acessibilidade, cabe reforçar que a I. de N. Sra. da Glória do Outeiro foi construída no século XVIII, momento no qual não havia preocupação com as questões sobre acessibilidade, pois esse tema simplesmente não existia como valor cultural na sociedade da época. Visto que a acessibilidade é uma questão recente, incluída na pauta política brasileira desde a década de 1980, muitos espaços ainda não adaptaram seus acessos, seja por falta de interesse no tema, seja por falta de leis mais rígidas que exijam tal adaptação.

No caso da I. de N. Sra. da Glória do Outeiro observou-se em pesquisa de campo que as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida possuem dificuldades de circulação em seu entorno até a chegada à Igreja. Visando facilitar a análise da acessibilidade no local foi necessária a definição de algumas premissas do que seria observado, de acordo com a listagem apresentada abaixo. Foram colocadas figuras e imagens exemplificativas a fim de facilitar o reconhecimento do leitor dos principais elementos dessas premissas.

- Identificação de rampas acessíveis<sup>113</sup> (Figuras 10 e 11, p. 106).
- Identificação de corrimão acessível para acessibilidade física (Imagem 39, p. 107);
- Identificação de piso tátil para acessibilidade visual (Imagem 40, p.107);
- Identificação de elementos de acessibilidade sonora (Imagem 41, p.108);

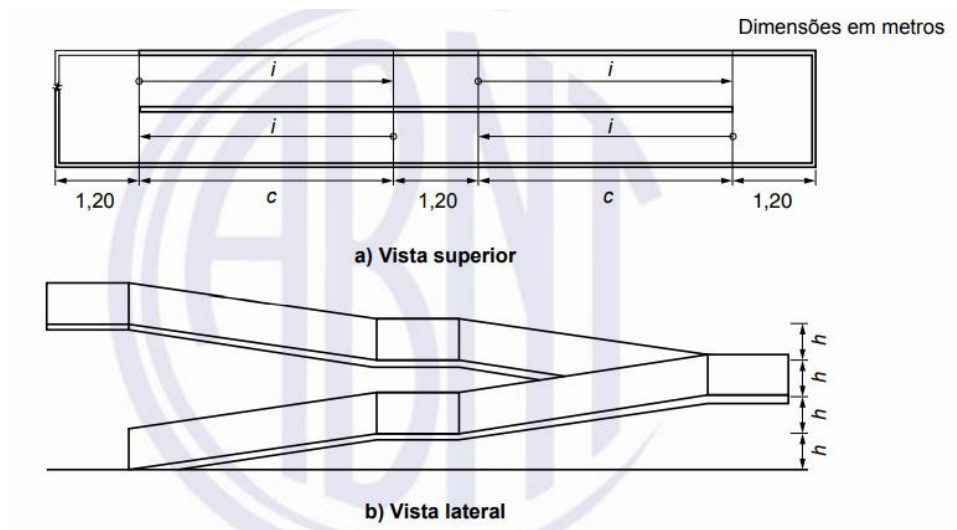
---

<sup>112</sup> Os conceitos sobre o tema acessibilidade são melhores detalhados nas páginas 43 e 44.

<sup>113</sup> A rampas acessíveis devem possuir inclinação calculada conforme Norma 9050. A inclinação máxima deve ter 8,33%, admite-se inclinação de até 12,5% em casos excepcionais em reformas e apenas quando esgotas as possibilidades de soluções (NBR 9050:2020, itens 6.6.2.1 e 6.6.2.2, páginas 57 e 58).

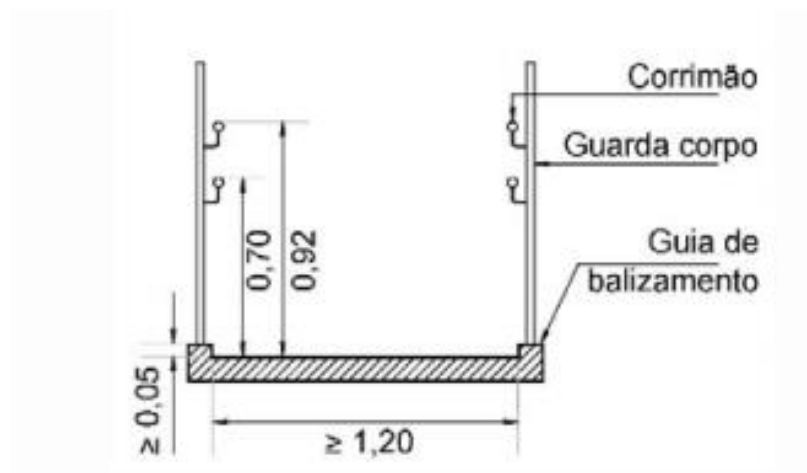
- Identificação de estacionamento e de elementos de acessibilidade específicos como vagas especiais (Imagem 42, p.108);
- Elementos-extra de acessibilidade. Qualquer elemento contido em norma pertinente que atenda à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Figura 10 - Rampa acessível, conforme norma 9050:2020



Fonte: NBR 9050:2021, p. 57

Figura 11 - Corte esquemático de rampa acessível.



Fonte: NBR 9050:2021, p. 59

Imagem 39 - Exemplo de corrimão e rampa acessíveis, na Igreja do Bonfim, Bahia, Brasil.



Fonte: Google Maps. Data de captura da imagem: junho de 2016

Imagem 40 – Exemplo de piso tátil



Fonte: RC Pisos <sup>114</sup>.

---

<sup>114</sup> Disponível em: <http://www.rcpisos.com.br/blog/a-importancia-do-piso-tatil/>. Acesso em: 01 maio 2021.

Imagem 41 – Exemplo de sinalização visual e sonora



Fonte: Loja do Surdo (LS) e New Sistemas e Equipamentos<sup>115</sup>

Imagem 42 - Exemplo de vagas exclusivas



Fonte: Mobilidade Sampa<sup>116</sup>

Os elementos de premissa foram escolhidos de acordo com a NBR 9050:2020 de acessibilidade. Os elementos selecionados são considerados importantes para a movimentação e identificação das pessoas com deficiência de modo que o garanta: identificar os espaços e obstáculos existentes externos e adentrar e sair da edificação de modo independente e autônomo, conforme conceito de acessibilidade. Cabe reforçar que esta análise está excluindo o interior da edificação, pois não faz parte do escopo da pesquisa.

Com isso, os seguintes resultados na I. de N. Sra. da Glória do Outeiro foram obtidos em levantamento de campo no local:

---

<sup>115</sup> Disponível em: <http://lojadosurdo.blogspot.com/>. Acesso em: 01 maio 2021.

Disponível em: <https://www.e-new.com.br/d251-plus-sinalizador-a-led-pisca-com-buzzer-liga-e-desliga-a-noite>. Acesso em: 01 maio 2021.

<sup>116</sup> Disponível em: <https://mobilidadesampa.com.br/2017/08/vagas-especiais-idosos-deficientes/>. Acesso em: 01 maio 2021.

Quadro 3 - Acessibilidade I. de N.Sra.da Glória do Outeiro

Resultado do Levantamento de Campo sobre a Acessibilidade Externa				
Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro				
Identificação da Igreja	Local da análise	Acessibilidade	Sim	Não
<b>I. de N. Sra. da Glória do Outeiro</b>	Fachada principal	Rampas acessíveis		x
		Corrimão acessível		x
		Piso tátil / elementos de sinalização visual		x
		Acessibilidade sonora		x
	Estacionamento	Há existência de estacionamento	x	
		Vaga especial para deficientes físicos.		x
	Elementos-extra	Plano inclinado acessível	x	
<b>Observações adicionais:</b> Existe equipamento para o cadeirante acessar o plano inclinado.				

Fonte: Elaboração própria, 2021.

O tipo de piso em paralelepípedo não é ideal para a movimentação de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. Principalmente idosos podem ter risco de quedas, pois as pedras são irregulares com pequenos desníveis (Imagem 27, p.94). A rampa existente no fundo da Igreja foi pensada para acesso de veículos ao pátio. Ela é muito íngreme e com piso de pedras irregulares, inviabilizando o uso sem assistência da PcD ou mobilidade reduzida (Imagem 38, p.102). Devido ao fato de rampa ser para carros, esta análise não a considera como uma rampa acessível. Apesar de não ser adequada para essa finalidade, a rampa serve como opção para acesso no local.

O corrimão de madeira existente no local (Imagem 38, p.102) não se mostra adequado à norma de acessibilidade, pois trata-se de um elemento improvisado. Conforme itens 6.9.3.2 e 6.9.3.4, o corrimão acessível precisa ter: acabamento recurvado, desenho contínuo, ser duplo, ter prolongamento de no mínimo 30 cm nas extremidades e suas alturas devem ter 0,70 m e 0,92 m (ABNT, 2020, p. 62-63). A Figura 7 (p.67) ilustra esses itens normativos. A existência desse corrimão no local sugere uma necessidade existente. A demanda se confirma quando observamos o público da igreja, constituído em sua grande maioria por pessoas idosas. Mais detalhes sobre o público foram apresentados no item “Rotina e Público”.

Não foram detectadas sinalizações no piso para pessoas com deficiência visual, nem elementos de sinalizações sonoras para pessoas com deficiência auditiva. No local também não foram identificadas vagas de carros exclusivas para esse grupo (Imagens 27 e 30, p. 94 e 96).

O plano inclinado foi considerado um elemento acessível, pois possui no seu interior equipamento para uso da pessoa que utiliza cadeira de rodas. Todavia, existe dificuldade ao atravessar a rua para acessar à Igreja pelos seguintes motivos: o desnível é alto entre o meio fio e a pavimentação de paralelepípedos (Imagem 31, p. 97). Após a travessia da rua, a pessoa com deficiência necessitará de auxílio para subir a rampa de carros existente (Imagem 37, p. 102). Conforme item 6.3.4.1 da norma de acessibilidade, desníveis superiores a 5 mm precisam ter inclinações ou rampas acessíveis (ABNT, 2020, p. 53).

Conclui-se que o Plano Inclinado facilita a chegada das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida ao local, porém ele não se mostra suficiente para suprir a necessidade de auxílio desse grupo em sua locomoção no entorno da Igreja. Tecnicamente, essa acessibilidade é parcial e necessita de melhorias a fim de promover uma circulação a esses visitantes, proporcionando-lhes autonomia e segurança.

### **Acessibilidade nas igrejas vizinhas**

Foi realizada uma investigação nas três igrejas tombadas existentes no bairro da Glória, com o objetivo de verificar a existência de elementos de acessibilidade e comparar esses casos com a acessibilidade da I. de N. Sra. da Glória do Outeiro. Os respectivos endereços das igrejas, assim como número de processos de tombamento podem ser verificados no Quadro 2 (p.80).

A pesquisa ocorreu entre os meses de fevereiro e abril de 2021. Os resultados contribuíram para uma conclusão mais realista sobre o que ocorre nas proximidades do objeto de estudo.

As mesmas premissas técnicas utilizadas para I. de N. Sra. Da Glória do Outeiro foram mantidas para esta observação. A primeira Igreja visitada foi a N. Sra. Mãe da Divina Providência. O Quadro 4 mostra o resultado do levantamento sobre acessibilidade externa realizada no local.



Quadro 4 - Acessibilidade na Igreja N. Sra. Mãe da Divina Providência, RJ

Resultado do levantamento de campo sobre a Acessibilidade Externa igreja N. Sra. Mãe da Divina Providência, Glória, RJ				
Identificação da Igreja	Local da análise	Acessibilidade	Sim	Não
<b>Igreja N. Sra. Mãe da Divina Providência</b>	Fachada principal	Rampas acessíveis	x parcial	
		Corrimão acessível	x parcial	
		Piso tátil / elementos de sinalização visual	x parcial	
		Acessibilidade sonora		x
		Estacionamento no local		x

Fonte: Elaboração própria, 2021.

As Imagens 43, 44 e 45 mostram registros da igreja de N. Sra. da Mãe da Divina Providência e a identificação dos elementos apresentados no Quadro 4. A área externa da igreja tem uma particularidade: seu acesso é compartilhado com o Colégio Zacarias. Com isso, a rampa acessível existente também é compartilhada no acesso ao colégio.

A Imagem 43 mostra que existe rebaixo na calçada para travessia no sinal de trânsito, com a instalação de sinalização tátil de alerta, conforme recomendam os normativos sobre acessibilidade.<sup>117</sup>

---

<sup>117</sup> Diz respeito à norma de acessibilidade ABNT NBR 9050, item 6.12.7.3, p. 78, e norma de sinalização tátil ABNT NBR 16537:2016, item 6.4.

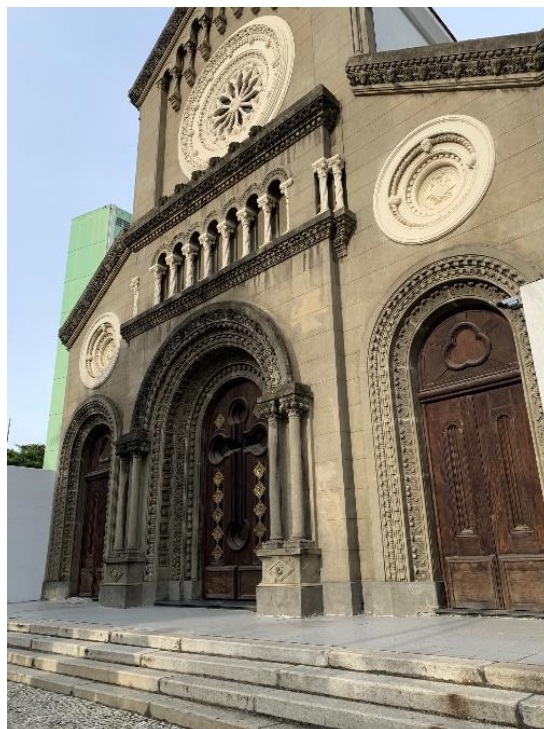


Imagem 43 – Fachada da igreja N. Sra. Mãe da Divina Providência, Glória, RJ .



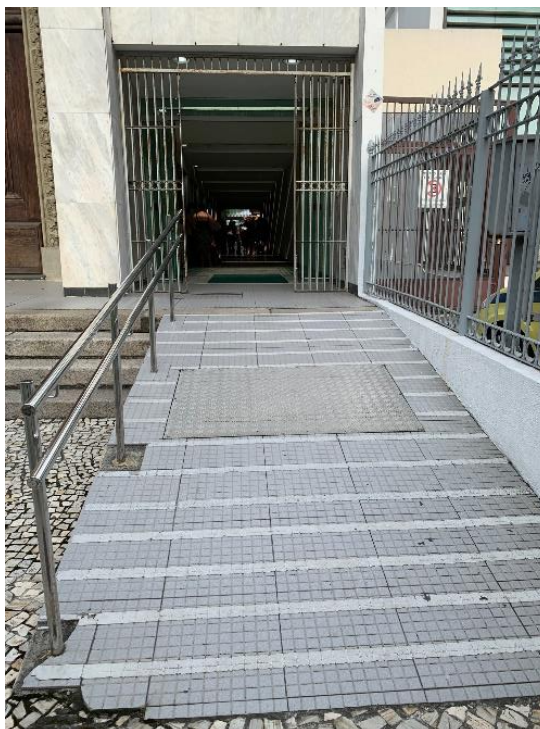
Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto 11/02/2021.

Imagem 44 – Escadas de acesso à igreja N. Sra. Mãe da Divina Providência, Glória, RJ.



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto 11/02/2021.

Imagem 45 – Rampa da igreja N. Sra. Mãe da Divina Providência, Glória, RJ.



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto 11/02/2021.

A conservação da rampa de acessibilidade, ilustrada na Imagem 45, mostra o piso danificado e a existência de um pequeno degrau no seu início, que torna arriscado o percurso para usuários de cadeiras de rodas e está em desacordo com o normativo de acessibilidade, que determina o desnível máximo de 5 mm (ABNT, 2020, p. 53, item 6.3.4.1). O corrimão existente também está em desacordo com o determinado pela norma de acessibilidade, que prevê desenho contínuo e acabamento recurvado (Ibidem, p. 63, item 6.9.3.4), apresentado na Figura 7 (p.67). Também não há piso tátil de alerta no início e no final da rampa como determina a ABNT (2016, p. 10, item 6.4).

Não há estacionamento no local, de maneira que não se aplica a análise dos elementos acessíveis para vagas exclusivas. Apesar da necessidade de adequações, a igreja N. Sra. da Mãe da Divina Providência possui alguns elementos de acessibilidade em seu entorno que auxiliam os visitantes com deficiência e mobilidade reduzida, por isso foi considerada como parcial na análise apresentada no Quadro 4 (p. 111).

O Templo da Humanidade da Igreja Positivista do Brasil, localizada na Rua Benjamin Constant, n. 72 foi outro caso analisado por esta pesquisa. O Quadro 5, a seguir, mostra o resultado do levantamento sobre acessibilidade externa realizada no local.

Quadro 5 - Acessibilidade no Templo da Humanidade da Igreja Positivista do Brasil, RJ.

Resultado do levantamento de campo sobre a Acessibilidade Externa Templo da Humanidade da Igreja Positivista do Brasil, Glória, RJ.				
Identificação da Igreja	Local da análise	Acessibilidade	Sim	Não
Templo da Humanidade da Igreja Positivista do Brasil	Fachada principal	Rampas acessíveis		x
		Corrimão acessível		x
		Piso tátil / elementos de sinalização visual		x
		Acessibilidade sonora		x
		Estacionamento no local.		-

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Imagem 46 - Fachada do Templo da Humanidade da I. Positivista do Brasil, RJ.



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto: 11/02/2021.

No Templo da Humanidade da Igreja Positivista do Brasil o acesso não favorece as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, conforme indica o levantamento apresentado no Quadro 5. A calçada da edificação é constituída por pedras irregulares, ou seja, não está de acordo com o recomendado na NBR (ABNT, 2020, p. 53, item 6.3.2) que prevê:

“Os materiais de revestimento e acabamento devem ter superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante, sob qualquer condição (seco ou molhado)”. O portão principal possui um degrau alto, também em desacordo com o normativo de acessibilidade.<sup>118</sup> A Imagem 47 evidencia esses elementos citados.

Imagem 47 - Acesso do Templo da Humanidade da I. Positivista do Brasil, RJ.



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto 11/02/2021.

Após o portão principal existe uma escadaria para acesso ao interior da edificação, mas não foi identificada rampa de acessibilidade. Apesar de existir um corrimão na escada, ele não segue o preconizado na norma de acessibilidade (ABNT, 2020, p. 62-63, itens 6.9.3.2 e 6.9.3.4), como vemos na Imagem 48.

---

<sup>118</sup>. O item prevê desnível máximo de 5mm sem tratamento especial. Após disso deverá ser previsto rampas com inclinações recomendadas por essa norma.



Imagem 48 - Escadas do Templo da Humanidade da I. Positivista do Brasil, RJ.



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto 11/02/2021.

Não foi constatado nenhum elemento de acessibilidade no caso do Templo da Humanidade da Igreja Positivista do Brasil. Chamou atenção na visita o estado de conservação do patrimônio, que necessita de restauração, pois muitas partes de sua fachada estão deterioradas.

A última igreja visitada foi a Paróquia Sagrado Coração de Jesus, na Rua Benjamin Constant, n. 42. O Quadro 6, a seguir, mostra o resultado do levantamento sobre acessibilidade externa realizada no local.

Quadro 6 - Acessibilidade na Paróquia Sagrado Coração de Jesus

Resultado do levantamento de campo sobre a Acessibilidade Externa				
Paróquia Sagrado Coração de Jesus				
Identificação da Igreja	Local da análise	Acessibilidade	Sim	Não
Paróquia Sagrado Coração de Jesus	Fachada principal	Rampas acessíveis		x
		Corrimão acessível		x
		Piso tátil / elementos de sinalização visual		x
		Acessibilidade sonora		x
	Estacionamento	Vaga especial para deficientes físicos.		x

Fonte: Elaboração própria, 2021

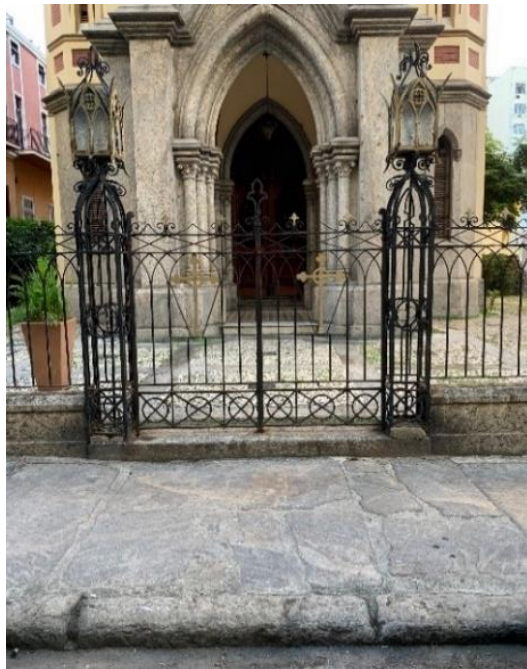
Não foram identificados elementos de acessibilidade na Paróquia Sagrado Coração de Jesus. Existem dois degraus altos para acessar o portão principal da paróquia. O piso da calçada também é constituído por pedras irregulares. Essas situações mostram-se em desacordo com o que é preconizado no normativo de acessibilidade, citado anteriormente neste trabalho. As Imagens 49 e 50 são os registros na Paróquia Sagrado Coração de Jesus.

Imagem 49 - Fachada Paróquia Sagrado Coração de Jesus



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto 11/02/2021.

Imagem 50 - Acesso da Paróquia Sagrado  
Coração de Jesus



Fonte: Arquivo pessoal. Data da foto 11/02/2021

Por fim, comparando a acessibilidade externa da I. de N. Sra. da Glória do Outeiro com as igrejas vizinhas apresentadas conclui-se que em nenhuma delas existem elementos de acessibilidade adequados. A I. de N. Sra. da Glória do Outeiro foi detectado apenas o plano inclinado como elemento acessível, e na Igreja N. Sra. Mãe da Divina Providência os elementos encontrados se mostraram em desacordo com os normativos vigentes<sup>119</sup>. Na Paróquia Coração de Jesus e Templo da Humanidade da Igreja Positivista do Brasil não foram encontrados elementos acessíveis.

### **Patrimônio e Acessibilidade na I. de N. Sra. da Glória do Outeiro**

As questões que giram em torno dos temas Patrimônio e Acessibilidade vão além das questões técnicas e precisam levar em conta os valores históricos, bem como os envolvimento políticos e sociais existentes, conforme foi visto nesta pesquisa. No caso de um bem tombado, toda obra de restauração, recuperação e modificação necessita de aprovação e acompanhamento

---

<sup>119</sup> Ver análise técnica da acessibilidade na página 113.

por parte do IPHAN e, segundo os registros desta pesquisa, a I. de N. Sra. da Glória do Outeiro é acompanhada pelo órgão em suas reformas.

As respostas do historiador Luiz Felipe da Silva Sanches,<sup>120</sup> à entrevista realizada no mês de abril de 2021, evidenciaram algumas obras ocorridas na Igreja. O funcionário pontuou as reformas que considerou mais significativas no local, o início do recorte temporal se refere aos anos de 2002-2003.

As obras realizadas visaram o restauro e a conservação da edificação. A linha do tempo (Figura 12), organiza os serviços ocorridos ao longo dos anos, a partir das respostas do historiador.

Figura 12 – Linha do Tempo - Conservações na I. N. Sra. da Glória do Outeiro



Fonte: Arquivo pessoal. Respostas de entrevista, adaptadas pela autora, 2021.

Atualmente, o entorno da igreja encontra-se em bom estado de conservação no que diz respeito à fachada e ao muro externo. O bom estado de conservação se deu devido aos serviços de limpeza e pintura na fachada, que ocorreram no período de março a agosto de 2020, como citado anteriormente. Analisando os serviços de restauro na Figura 12, percebe-se que a maioria deles aconteceram no âmbito interno da edificação e todos tinham o objetivo de recuperar e conservar aspectos do passado histórico. As obras referentes à edificação, fachada, muro externo são gerenciadas pela Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro.

Algumas reflexões se apresentam relevantes neste estudo em relação às questões de Acessibilidade e Patrimônio. Uma delas é sobre o Plano Inclinado, que passou por uma grande

---

<sup>120</sup> Foi realizada entrevista com o profissional, que é funcionário da I. N. Sra. da Glória do Outeiro e trabalha no Museu da Imperial Irmandade. Devido à pandemia de Coronavírus e restrições sanitárias, as perguntas foram respondidas via e-mail. No item 2.4, referente ao desenho metodológico e às fontes, esse processo foi detalhadamente explanado.



reforma no ano de 2003, como mencionado anteriormente. Cabe destacar que a gestão administrativa e a responsabilidade sobre o plano são da Rio Luz, órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro, também já citado neste trabalho.

A instalação do equipamento acessível no interior do Plano Inclinado confirma que houve preocupação da Prefeitura do Rio de Janeiro em relação ao aspecto de acessibilidade no momento da reforma, mas essa preocupação não se estendeu à área ao entorno. Levando em consideração que a política de acessibilidade no Brasil é muito recente,<sup>121</sup> e que três anos antes da instalação desse equipamento acessível foi promulgada a Lei n. 10.098, de 19 de novembro de 2000, que previu critérios “para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte”. Presume-se que a instalação dessa acessibilidade não foi uma coincidência, mas sim um aspecto legal. Infelizmente, esta intervenção foi pontual e não considerou a acessibilidade em todo o entorno da edificação.

Uma das razões que poderia justificar a não contemplação de uma intervenção maior nesta área em relação à acessibilidade seria o aumento do custo relacionado à uma intervenção tanto no entorno (infraestrutura da rua e calçada), como ao acesso ao edifício histórico. Outra razão aliada pode ser a falta de interesse político, que prioriza algumas intervenções em detrimento de outras, muitas vezes devido a interesses particulares, que se sobrepõem aos interesses coletivos.

Conforme foi visto neste trabalho, no caso de qualquer intervenção no local é necessário o envolvimento dos dois órgãos de preservação: o IPHAN e o IRPH, este último pertencente à própria Prefeitura do Rio de Janeiro (v. Figura 9, p. 83). São desconhecidos os motivos exatos para a não previsão de um plano de acessibilidade em todo local, que envolveria os órgãos de preservação responsáveis pela área e que seria muito benéfico para a região.

Não foram encontrados registros de qualquer plano atual de acessibilidade para este local nos arquivos do IPHAN ou na pesquisa bibliográfica. Na entrevista realizada com Luiz Felipe da Silva Sanches também foi confirmada a inexistência de alguma proposta de projeto sobre este tema voltada ao local.

Esses aspectos levantados podem justificar o porquê de o entorno desta Igreja ainda não ter passado por adaptações em relação à sua acessibilidade.

---

<sup>121</sup> A evolução da política de acessibilidade no Brasil foi abordada no capítulo 2.1. A Figura 6 (p.45) mostra a linha do tempo em relação à acessibilidade no país.

## Resultado da entrevista e do questionário

Foi confirmada na entrevista com Luiz Felipe da Silva Sanches, funcionário da Igreja, que a última reforma na I. N. Sra. da Glória do Outeiro aconteceu no ano de 2020. Foram executadas a pintura dos muros externos e a limpeza da fachada, elementos já apontados neste relatório. O resumo das reformas no local pode ser visualizado na Figura 13. Foi esclarecido que as verbas para execução das reformas são obtidas com parceria do poder público. Os dados sobre alguns financiamentos puderam ser confirmados em pesquisa, conforme demonstrado abaixo.

No ano de 2002, o BNDES patrocinou o Projeto de Conservação e Restauro do Patrimônio Azulejar do Outeiro, destinando R\$ 1,3 milhão através da Lei Rouanet.<sup>122</sup> No ano de 2006, o BNDES também assinou contrato de patrocínio para o Projeto Cultural “Restauro da Igreja da Imperial Irmandade de Nossa Senhora do Outeiro da Glória”. O valor destinado foi de R\$ 991,9 mil, também no âmbito da Lei Rouanet e representou mais da metade do valor do total da obra (61,2%).<sup>123</sup>

As obras de restauro no ano de 2006 também tiveram o patrocínio da empresa Petrobrás.<sup>124</sup> Segundo informações obtidas no site, as obras contemplaram: “Além das obras emergenciais, foram restaurados elementos em talha de madeira dos altares laterais e do coro do altar. Os três altares também passaram por processo de conservação[...]”.<sup>125</sup>

Para as obras de recuperação das talhas, ocorridas no ano de 2007, foi realizado convênio da Prefeitura do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Cultura, com a Associação Espírito Santo Cultura. Segundo reportagem, os recursos investidos pela Prefeitura foram de R\$ 450.000,00, enquanto a Associação ficou com R\$ 245.000,00. O convênio teve como objetivo a “cooperação técnica e científica internacional entre as instituições, visando a preservação do acervo histórico e artístico representado pela talha em madeira da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro”.<sup>126</sup>

Vemos que um notável volume financeiro foi viabilizado pela Lei Rouanet. Segundo Edmar Araújo Junior (2012, p. 37):

---

<sup>122</sup> “BNDES patrocina restauração da Igreja da Glória no Rio de Janeiro”. In: **Agência Brasil**, 25 ago. 2006.

<sup>123</sup> “BNDES assina contrato de R\$ 991,9 mil para restauração da Igreja da Glória do Outeiro”. In: **BNDES**, 26 ago. 2006.

<sup>124</sup> Não foram encontradas informações sobre valores destinados pela Petrobrás no patrocínio a esse restauro.

<sup>125</sup> “Igreja do Outeiro da Glória é restaurada com patrocínio da Petrobras”. In: **Agência Petrobras**, 24 jan. 2008.

<sup>126</sup> “Talha do Outeiro da Glória”. In: **Portal da Prefeitura do Rio de Janeiro**, sem data.

A Lei Rouanet instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor cultural implementado pelos mecanismos do Fundo Nacional da Cultura (FNC), Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART) e incentivo a projetos culturais.

O autor explica ainda que: o “incentivo aos projetos de patrimônio cultural equiparam-se às doações, às despesas efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas com o objetivo de conservar, preservar ou restaurar bens de sua propriedade ou sob sua posse legítima, tombados pelo IPHAN”. O doador ou patrocinador tem a contrapartida de deduzir do seu imposto de renda a porcentagem de 40% (no caso de doação) ou 30% (no caso de patrocínio), quando são pessoas jurídicas.<sup>127</sup> O patrocínio empresarial alavanca uma cadeira de valores à marca, que gera uma projeção de lucros futuros (Ibidem, p. 36-38).

Não cabe nesta pesquisa analisar o PRONAC e a Lei Rouanet, que são temas complexos que devem ser objetos de pesquisas específicas. Todavia, os exemplos demonstrados na I. N. Sra. da Glória do Outeiro mostram que o incentivo fiscal pode ser um instrumento que fomenta o interesse de empresas públicas e privadas no financiamento de projetos culturais através de patrocínios e doações.

No ano de 2020, mesmo com acometimento da pandemia de Coronavírus, foi instalado no pátio externo da igreja uma árvore de Natal de 23 metros de altura. A ideia foi planejada pela administração da Irmandade Imperial, através do provedor naquele ano, Renato Abreu, e patrocinada pela empresa de engenharia EBSE. O projeto foi executado de modo a não danificar o piso preservado da Igreja, que é tombado pelo IPHAN.<sup>128</sup> Esta foi a última intervenção ocorrida no local até o momento de fechamento desta pesquisa.

O historiador Luiz Felipe Sanches também falou sobre a acessibilidade no local: ele considerou o Plano Inclinado como um ponto positivo para as PcD e a rampa de carro na lateral da igreja como um facilitador para os idosos que chegam de carro. Ele acredita que uma melhor sinalização do Plano Inclinado ajudaria na questão da acessibilidade. Sanches também informou que as bancadas destinadas à pesquisa, localizadas no interior do museu, não permitem acomodar uma cadeira de rodas embaixo, o que dificulta a leitura dos documentos históricos por cadeirantes. A entrevista também confirmou que o público de visitantes e fiéis diminuiu muito devido à pandemia, conforme observado em campo.

---

<sup>127</sup> Referente ao artigo 26, inciso II, da Lei n. 8313 de 23 de dezembro de 1991.

<sup>128</sup> “Árvore de Natal iluminada é nova atração do Outeiro da Glória”. In: **Extra**, 07 nov. 2020.

Por fim, serão apresentados os resultados do questionário online, que foi enviado no período de 24/04/2021 a 24/05/2021 para o total de 100 pessoas. Para responder o questionário era necessário que a pessoa tivesse ido à Igreja ao menos uma vez presencialmente.<sup>129</sup> 32 pessoas responderam, dentre elas 11 homens e 21 mulheres.<sup>130</sup>

Cabe ressaltar que a amostra apresentada é intencional e não probabilística. Apesar de possuir limitações ela foi útil para pesquisa, pois conseguiu captar a percepção dos frequentadores sobre o local e confirmar algumas impressões dessa pesquisadora. Não existe intenção de fazer nenhum tipo de inferência estatística com os resultados, apenas interesse nas questões indiretas e subjetivas de opiniões sobre o local. Para controlar as amostras e evitar possíveis vies foi estabelecido o envio do questionário para mesma quantidade de pessoas do sexo feminino e masculino, pois foi observado que o público que assistia as missas presenciais era equilibrado em relação ao sexo. Além disso, foi estabelecida que a faixa etária seria entre 30 a 80 anos, similar ao público observado presencialmente, para melhor representar a realidade do local.

Em relação às respostas por idades, o resultado foi que 13 respostas eram de pessoas entre 30 a 40 anos; 15 pessoas entre 41 e 59 anos e 04 pessoas entre 60 e 73 anos. Em relação à localidade, a maioria das respostas foram de moradores do bairro ou mediações, mas também foram computadas respostas de dois moradores de fora da cidade do Rio de Janeiro, turistas que foram apenas uma vez à igreja. O Gráfico 1, a seguir, mostra a frequência dessas pessoas na Igreja.

Gráfico 1 - Resultado de pesquisa - Frequência de visitação



Fonte: Elaboração própria, 2021.

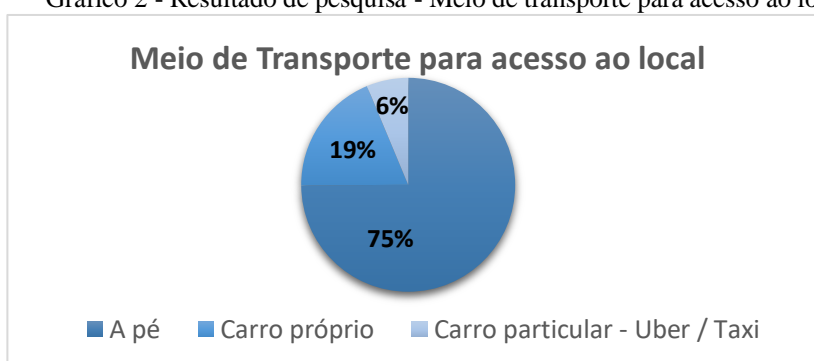
<sup>129</sup> No capítulo 2.4, Desenho metodológico e fontes utilizadas, foi descrita a sistematização desta pesquisa.

<sup>130</sup> A observação presencial, nos anos de 2018 e 2019, constatou que o público das missas ficavam em torno de 20 a 30 pessoas, aproximadamente. No ano de 2020, as missas online atingiram 20 curtidas aproximadamente na página da rede social onde eram transmitidas. Com isso, foi estipulado 100 pessoas para envio do questionário de modo a obter um resultado numérico dentro da realidade de público próximo ao que assistia as missas. O resultado de 32 respostas se aproximou da realidade de frequência das missas presencial e online.

A maior parte das pessoas já esteve na Igreja mais de uma vez (47%), 16% delas com hábitos constantes de assistirem às missas presencialmente. Os que foram apenas uma vez para conhecer a Igreja representaram 37%. Os dados mostraram que a porcentagem de visitantes esporádicos foi maior que a de frequentadores rotineiros. A pesquisa confirma um fato já observado no local: a presença de turistas no local é um fator significativo na I. N. Sra. da Glória do Outeiro.

Como meio de transporte para chegada no local, a maior parte respondeu que chega na Igreja a pé (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Resultado de pesquisa - Meio de transporte para acesso ao local

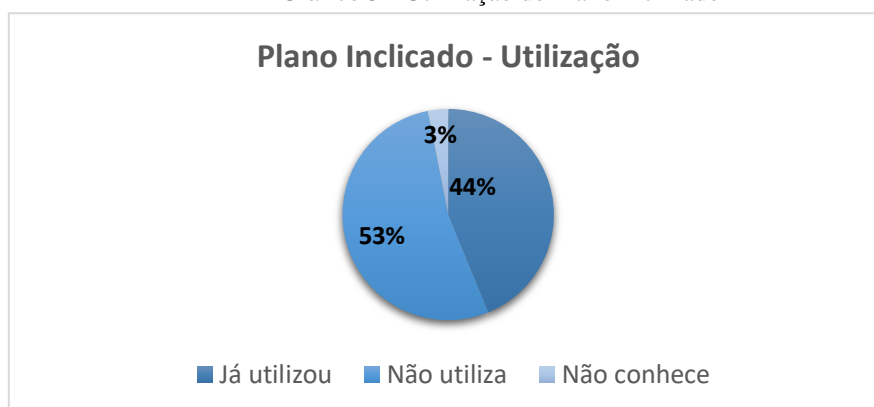


Fonte: Elaboração própria, 2021.

As pessoas que responderam acessar o local por metrô foram incluídas no grupo a pé, pois é necessário subir a pé todo trajeto da Ladeira da Glória para se chegar na Igreja. Nota-se significativa porcentagem de 75% dos frequentadores que chegam através desse meio.

Foi perguntado se os frequentadores utilizam o Plano Inclinado existente para subida da ladeira. As respostas ficaram divididas e 3% dos pesquisados responderam não conhecer este equipamento de transporte, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 - Utilização do Plano Inclinado



Fonte: Elaboração própria, 2021.

31,2% conhecem alguma pessoa idosa ou pessoa com deficiência que teve dificuldade em acessar a Igreja. Ninguém se declarou pessoa com deficiência. Essa experiência foi abordada em pergunta aberta. Algumas respostas foram interessantes. Na pergunta aberta sobre como foi a experiência de alguma dificuldade em acessar a Igreja, destaco as seguintes respostas:

*“Quando o elevador ficou fechado, eu tive de subir com a minha mãe, de 80 anos, aquela escada terrível que fica do lado. Subir pela ladeira que fica do outro lado pode ser ainda pior, já que também não ajuda no esforço necessário e, ainda, para caminhar sobre os paralelepípedos da rua, subir e descer da calçada, pode-se torcer o pé ou pisar em falso e cair. A escada, pelo menos, tem um corrimão central, porém, costuma ficar muito, muito suja...”* (Moradora do bairro da Glória, 50 anos).

*“O outeiro estava parado e minha avó queria subir. Não temos carro, fica difícil pois a ladeira é íngreme”* (Moradora do bairro da Glória, 29 anos).

*“Desistiu de ir por conta da Ladeira e de que o Plano inclinado não estar funcionando”* (Moradora do bairro da Glória, 50 anos).

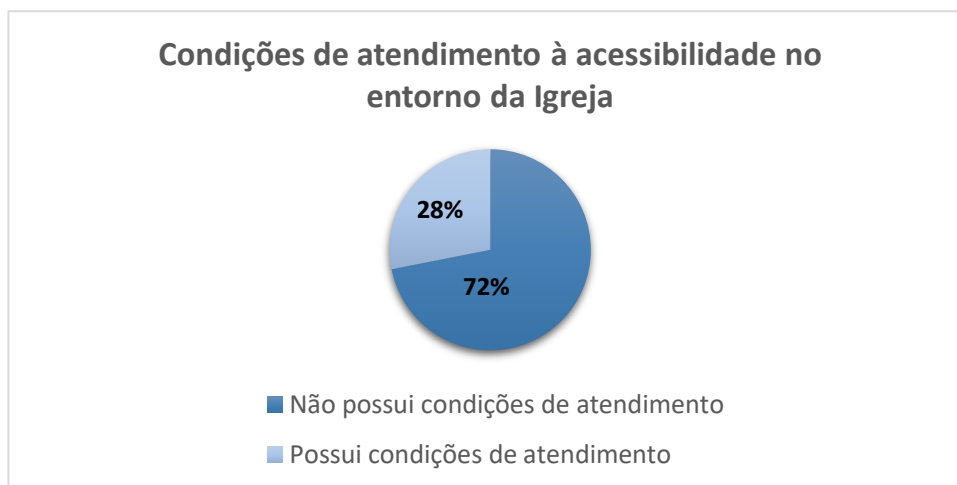
*“Plano Inclinado quebrado. A pessoa teve que subir de taxi”* (Morador do bairro da Glória, 47 anos).

*“Uma senhora, amiga minha, estava se recuperando de um acidente, esta já tendo entre 75 à 80 anos me pediu ajuda para subir as escadas da igreja, e para descer também, e fez com bastante dificuldade. Primeiro pela idade, segundo pela condição que estava”* (Moradora do bairro de Inhaúma, 47 anos).

*“Plano inclinado parado. Descaso total”* (Morador do bairro da Glória, 33 anos).

Perguntamos sobre as condições de acessibilidade no entorno da Igreja para as pessoas com deficiência (cadeirantes, pessoas com deficiência visual, auditiva etc.) e mobilidade reduzida (idosos). As respostas alcançaram o seguinte resultado, apresentados no Gráfico 4:

Gráfico 4 - Resultado de pesquisa - Condições de atendimento à acessibilidade.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Maior parte dos participantes respondeu que o entorno da I. N. Sra. Glória do Outeiro não possui condições de atendimento para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Para investigar mais a fundo os motivos, foi perguntado em pergunta aberta o que poderia ser melhorado. A maioria das respostas citaram melhorias no entorno para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, e um número expressivo de respostas citaram melhorias no funcionamento do Plano Inclinado (13 pessoas citaram esse equipamento). As respostas mostraram um forte descontentamento com a operação desse equipamento, como mostra as transcrições abaixo:

*“Mais rampas, um elevador QUE FUNCIONE SEMPRE no plano inclinado”* (Moradora do bairro da Glória, 32 anos).

*“Melhorar o horário de funcionamento do elevador, pois é bem reduzido”* (Moradora do bairro da Glória, 50 anos).

*“Pleno funcionamento do plano inclinado e maior divulgação do mesmo”* (Morador do bairro da Glória, 34 anos).

*“Plano inclinado funcionar e ter segurança próxima ao local”* (Moradora do bairro de Santa Teresa, 50 anos).

*“Eu vi que possui uma espécie de elevador, mas ele me pareceu permanentemente fechado e não vejo divulgação do horário de funcionamento. Eu morava na Tijuca até a pandemia e não conhecia o local”* (Moradora do bairro da Glória, 34 anos).

Os problemas de funcionamento do plano fazem com que alguns visitantes achem que ele está desativado, como mostra as seguintes respostas:

*“Reativar o plano inclinado”* (Moradora do bairro da Glória, 34 anos).

*“A volta do plano inclinado”* (Moradora do bairro da Glória, 50 anos).

As respostas sobre melhorias na acessibilidade foram diversificadas, com sugestões desde banheiros acessíveis, melhorias das rampas, e principalmente sobre o tipo de piso existente no local. Abaixo destaco as principais respostas sobre esses assuntos:

*“As calçadas e o acesso a igreja. Tenho uma filha pequena e com o carrinho dela fica difícil andar, imagina para as pessoas com dificuldade”* (Moradora do bairro da Glória, 35 anos).

*“Melhorar o piso e acesso para cadeirante”* (Morador do bairro da Glória, 36 anos).

*“Poderiam colocar rampas, ou mesmo fazer o plano inclinado (o bondinho) funcionar adequadamente”* (Moradora do bairro da Glória, 29 anos).

*“Calçadas adequadas a esse público desde o início das duas ruas que dão acesso à igreja”* (Moradora do bairro do Catete, 44 anos).

*“Banheiros com acessibilidade”* (Moradora do bairro do Catete, 57 anos).

*“Melhorias no pavimento das ruas e calçadas, ampliação dos horários do funicular”* (Morador do bairro da Glória, 34 anos).

*“Mais rampas de acesso, os paralelepípedos são bonitos e parte da história, mas dificultam o andar”* (Moradora do bairro da Glória, 70 anos).

Houve surpresa desta pesquisadora em relação a algumas respostas recebidas. Alguns participantes desconhecem os equipamentos para pessoas com deficiência ou confundem a rampa de acesso aos carros, existente na lateral da Igreja, com uma possível rampa de acesso para pessoas com deficiência:

*“Acredito que esteja adequado. Com o plano inclinado e as rampas de acesso”* (Morador do bairro de Maneró, 34 anos).

*“Tem um bom acesso, mesmo que a pessoa tem deficiência.”* (Não respondeu o bairro onde mora, 50 anos).

As respostas sobre acessibilidade no local transmitem insatisfação com a operação do plano inclinado, falta de divulgação desse serviço, reclamações em relação à pavimentação do local, necessidade de rampas de acesso e desconhecimento de algumas pessoas sobre os equipamentos de acessibilidade.



## Conclusão

O Estudo de Caso mostrou resultados pontuais e gerais. As respostas das entrevistas e questionários reafirmaram algumas proposições da pesquisa de observação e revelaram outras. Nota-se que o estudo de caso da I. de N. Sra. da Glória do Outeiro demonstrou necessidade de intervenções em relação à acessibilidade, a fim de conectar o elemento acessível existente no interior do Plano Inclinado com todo o seu entorno. Atualmente, este elemento acessível se constitui apenas como um elemento de conformidade legal, pois possui acessibilidade pontual que esbarra em degraus, pisos escorregadios e irregulares e escadas. Percebe-se ainda que em relação à funcionalidade do Plano Inclinado existem problemas relacionados à gestão dos contratos terceirizados, que se encontram sob responsabilidade da Rio Luz, órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro. A pesquisa de observação detectou fechamentos constantes deste meio de transporte, mesmo nos horários nos quais deveria estar funcionando. Esse fato foi confirmado com as respostas dos frequentadores do local e evidencia o forte descontentamento em relação à sua operação. Parte das respostas evidenciou até mesmo desconhecimento deste meio de transporte, primordial para a acessibilidade no local. Foi evidenciada no local a necessidade de instalação de elementos de acessibilidade para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, pois foi observada a colocação de um corrimão provisório na rampa de carros existente. Porém, essa adaptação não é considerada adequada, pois a inclinação da rampa é visivelmente acima da previsão legal.

Adaptações fora das previsões legais abrem margem para outra questão detectada: a falsa sensação de que o ambiente é acessível. Esse fato é comprovado através de algumas respostas dos frequentadores, que confundiram a rampa de carros com uma possível rampa acessível ou pensaram que existem rampas adequadas.

Intervenções realizadas fora dos parâmetros legais são “bem intencionadas”, mas apresenta uma sutil reflexão, não menos importante, sobre a sensibilização nos bens culturais sobre o tema acessibilidade. O conhecimento sobre as questões normativas e importância da adequação dos bens culturais devem atingir não apenas os profissionais especializados, mas os administradores de bens culturais e religiosos. Uma ação educacional e instrutiva dos órgãos de preservação direcionada aos bens culturais do país auxiliaria os gestores desses locais um maior esclarecimento e intervenções mais adequadas sobre acessibilidade.

Alguns elementos citados nas respostas dos frequentadores e observadas no local se mostraram desafiadoras neste processo. Um exemplo é a necessidade da troca da pavimentação

de paralelepípedo na Ladeira da Glória. Essa é uma questão delicada no tocante à preservação do conjunto arquitetônico e paisagístico tombado na região. Isso se deve ao fato de que uma proposta de troca total do piso na região precisaria ser aprovada pelo IPHAN. A obra poderia ser impedida, apesar desse órgão já ter aprovado trocas de pavimentação em outros sítios preservados, conforme demonstrado nesta pesquisa. O levantamento no local mostrou ainda que a pavimentação se encontra com partes não preservadas e com partes de asfalto liso.<sup>131</sup> Isso comprova que já acontece um processo de descaracterização do conjunto paisagístico local.

A comparação do estudo de acessibilidade entre as igrejas existentes no bairro também mostrou que todas elas necessitam de melhorias na questão da acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. A comparação reforçou que a falta de acessibilidade nesses locais é um fator de exclusão social. Este fato foi confirmado pelas respostas de alguns frequentadores ao questionário, ao relatarem as experiências negativas que obtiveram acompanhando pessoas com mobilidade reduzida na I. N. Sra. da Glória do Outeiro. Mesmo sendo encontrados alguns elementos acessíveis em algumas igrejas no bairro da Glória, foi visível a necessidade de adequações legais.

A existência de tentativas de adaptações em relação aos elementos de acessibilidade revelados nesta pesquisa mostrou necessidade de adequação desses espaços à acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e pessoas com deficiência. Conclui-se que a execução desses elementos fora dos padrões normativos gera uma educação equivocada sobre este tema. Além disso, os poucos elementos de acessibilidade encontrados se mostraram instalados sem uma preocupação com o trajeto no qual ele está inserido, isso faz com que esses elementos atuem de forma pontual e a pessoa com deficiência e mobilidade reduzida não consiga se deslocar de maneira autônoma, ou seja, se configuram como elementos apenas para atenderem a uma conformidade legal, mas não atendem por completo ao público a quem se destinam. A má conservação dos elementos de acessibilidade e adaptações “bem-intencionadas” causam risco de quedas para o público em geral, inclusive para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

O estudo de caso evidenciou a dificuldade existente da política de Patrimônio no Brasil em conseguir implantar ações realmente práticas e conjuntas em relação às adequações de acessibilidade nas edificações históricas preservadas. Chega-se à conclusão de que o Brasil caminha em direção à melhoria de suas políticas em relação ao tema da Acessibilidade em

---

<sup>131</sup> A Imagens 18 e 19 mostram as diferenças entre as pavimentações existentes na Ladeira de Nossa Senhora.

edifícios tombados, mas ainda não existe uma citação clara em relação a este tema dentro da política de patrimônio material vigente no país (PPCM/2018).

Em paralelo à política de Patrimônio, concluímos também que a Acessibilidade é um tema muito recente em nosso país, sendo inserida no contexto jurídico e político brasileiro apenas em 1988 com a Constituição Federal. A partir deste ano, algumas leis pontuais para os deficientes foram incorporadas para melhoria de sua qualidade de vida, mas apenas no ano de 2015 foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência),<sup>132</sup> que reconhece juridicamente a necessidade deste grupo num contexto de participação social.

Apesar de o Estatuto da Pessoa com Deficiência ser uma lei anterior à Política de Patrimônio Cultural e Material do IPHAN, não foram encontradas as palavras acessibilidade e pessoa com deficiência em seu conteúdo. Apesar de o IPHAN possuir o Caderno Técnico n° 9 de 2014, voltado para mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos urbanos, e um Programa Nacional de Mobilidade em Áreas Tombadas de 2009, não houve entendimento de que este programa foi incluído na PPCM. Isso deixou dúvidas sobre quem seria o sujeito preconizado como protagonista no conteúdo desta política, evidenciando necessidade de uma melhor conexão do tema Acessibilidade no interior das políticas voltadas para a preservação do patrimônio material no Brasil.

### **Sugestões de melhorias**

Como estratégias de melhoria para a acessibilidade na Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, este trabalho caminhou para a necessidade de elaboração de um projeto de adequação em relação à acessibilidade, com a elaboração de uma rota acessível. Essa rota deverá considerar interligação dos seguintes elementos no local: o Plano Inclinado do Outeiro da Glória com os meios de transporte existentes próximos, como o acesso de metrô e pontos de ônibus. Além disso, há necessidade de ligação entre a Igreja e o Museu da Imperial Irmandade. Essa conexão beneficiará todas as pessoas a acessarem a Igreja, não apenas as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Para elaboração do projeto da rota acessível é essencial seguir os preceitos do desenho universal, assim como as diretrizes contidas nas orientações do IPHAN, já citadas ao longo desse trabalho, dentre as quais: a IN n° 1, de 25 de novembro de

---

<sup>132</sup> Referente à Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015. Para ver a cronologia das leis para pessoas com deficiência ver Figura 6 (p.45).

2003 e o Caderno Técnico n° 9 sobre Mobilidade e Acessibilidade em Centros Urbanos de 2014. Além da norma técnica de acessibilidade da ABNT: a NBR 9050:2020.

Sobre a IN n° 1, de 25 de novembro de 2003, destaca-se a orientação da alínea b do item 3.4 como um balizador para uma proposta de rota acessível no local: “Percorrer os espaços e acessar as atividades abertas ao público, total ou parcialmente, de forma autônoma.” É importante que as pessoas consigam acessar o local com independência e com segurança.

A pesquisa de observação de campo apontou que a opção menos impactante para o patrimônio tombado seria planejá-la onde já existe uma rampa de carros, atrás da edificação. A chegada do Plano Inclinado do Outeiro também está próxima a essa área, sendo o trajeto mais próximo para acessar a Igreja e o Museu. O projeto para este caminho deverá ser cuidadoso nos aspectos da integração e prever inclusive uma melhor sinalização para o Plano Inclinado e para o Museu da Imperial Irmandade. A pesquisa mostrou que a pavimentação no local precisa ser revista tanto na calçada como na via da Ladeira da Glória. Foi demonstrado que para alguns locais foi aprovada a troca da pavimentação pelo órgão federal, não sendo um fator impeditivo para intervenções em bens preservados. A pesquisa de campo também mostrou que já existe descaracterização deste elemento ao longo da Ladeira da Glória. Alguns tipos de pisos são adequados à acessibilidade, sustentáveis e permeáveis<sup>133</sup> como: pavimentos intertravados, concreto estampado moldado *in loco* (que pode receber cores e texturas) e ainda, os pisos de pedra do tipo basalto regular.<sup>134</sup> Será necessário uma consulta prévia no IPHAN sobre essa e outras questões que se mostrarem pertinentes no momento da elaboração de um projeto para região. A participação das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida para este tipo de proposta também se mostrou essencial, conforme preconizado na política de mobilidade e acessibilidade do IPHAN, apresentada neste trabalho. A pesquisa também apontou a necessidade de aprovação do projeto no local por dois órgãos de preservação: o IPHAN, do governo federal, e a IRPH, da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Uma sugestão de melhoria para o site da Igreja é colocar a indicação da existência do Museu da Imperial Irmandade, incluindo seus horários de funcionamento e informações sobre a exposição fixa das vestes de Nossa Senhora da Glória. Além disso é aconselhável tornar o

---

<sup>133</sup> Pisos permeáveis facilitam a absorção da água no solo. A permeabilidade é uma questão técnica relevante a ser considerada para melhor escoamento da água de chuva.

<sup>134</sup> Informações técnica, disponível em:

< [https://www.solucoesparacidades.com.br/wpcontent/uploads/2014/11/AF\\_CALCADAS\\_web.pdf](https://www.solucoesparacidades.com.br/wpcontent/uploads/2014/11/AF_CALCADAS_web.pdf) >.

<

[https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/02\\_10\\_2019\\_15.09.05.2943a273527a07ace38562f47c9276e1.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/02_10_2019_15.09.05.2943a273527a07ace38562f47c9276e1.pdf) > . Data de acesso: 14/08/2021.

site mais acessível, incluindo recursos de áudio para pessoas com deficiência visual, por exemplo.

Em relação às políticas de patrimônio e acessibilidade no país, a pesquisa demonstrou que o IPHAN vem melhorado suas políticas ao longo dos anos, mas evidenciou a necessidade de aprimorar a integração do tema acessibilidade no conteúdo da sua Política do Patrimônio Cultural Material (PPCM /2018). Uma revisão dessa política pelo órgão se faz necessária, de modo que incorpore as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida de maneira mais clara. O PPCM é um documento que deveria contemplar todas as diretrizes sobre patrimônio cultural, pois formaliza a política do órgão nesta área. Com isso, é pertinente que dentro dele seja referenciada sua política de Mobilidade e Acessibilidade e sua Instrução Normativa n° 1 de 2003.

A norma técnica existente sobre acessibilidade ABNT – NBR 9050 é citada na IN n° 1 de 2003 do IPHAN<sup>135</sup> como uma tentativa de integração dessas normas. Porém, pelas especificidades contidas em projetos de bens preservados, é importante que haja um trabalho em conjunto da ABNT e do IPHAN para um normativo específico voltado para soluções técnicas de projetos em relação à acessibilidade em edifícios preservados. Esta necessidade advém do próprio conteúdo da IN n° 1 de 2003, que se mostra mais no âmbito das diretrizes sobre procedimentos administrativos do que no âmbito técnico. Por exemplo, o conteúdo de seu item 2 e subitens (até 2.10) é todo voltado para os próprios agentes que trabalham no IPHAN:

Tendo em vista a implementação do disposto nesta Instrução Normativa, a atuação do corpo funcional do Iphan e demais gestores de bens culturais imóveis acautelados em nível federal, deverá pautar-se nas diretrizes seguintes, que servirão de fundamentação ao Plano Plurianual de Ação em Acessibilidade do Instituto.

Um documento técnico específico voltado para interessados em aprovarem seus projetos no órgão, assim como para profissionais de projetos, facilitaria a execução de propostas relacionadas ao tema.

Foi demonstrado nesta pesquisa que o problema de acessibilidade no país envolve melhorias na infraestrutura a fim de otimizar a mobilidade urbana. Em contrapartida, existem dificuldades de concretização na realização das intervenções em todo o sítio urbano, muitas vezes pelos altos custos envolvidos ou pela dependência em relação a interesses políticos. Estimular intervenções menores ao incentivar parcerias de patrocínio pode ser uma opção

---

<sup>135</sup> A IN n° 1 de 2003 foi abordada no relatório técnico na página 22. É o normativo do IPHAN que trata sobre acessibilidade aos bens culturais imóveis.

alternativa. O incentivo sobre redução de impostos se mostra uma opção que estimula as empresas a patrocinarem projetos relativos ao patrimônio, como foi o caso do BNDES na reforma da I. N. Sra. da Glória do Outeiro, mostrado nesta pesquisa.

Ações educacionais dos órgãos de preservação (IPHAN, INEPAC e IRPH), direcionadas aos bens culturais e religiosos sobre a importância da acessibilidade ajudaria a sensibilizar os gestores a realizar mais obras de acessibilidade nos seus espaços.

Esse conjunto de estratégias precisa ser aprofundado, mas se apresentam como opções que direcionam para um melhor diálogo entre a preservação de edificações históricas e a acessibilidade.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa fomenta o cruzamento entre os temas patrimônio e acessibilidade, pouco explorado no país. Consideramos um desafio a sua realização devido à abrangência e complexidade do tema, que foi se revelando cada vez mais complexo e com desdobramentos surpreendentes durante a pesquisa. Temos a consciência de que pode haver fragilidades e pontos que podem ser aprimorados futuramente, porém o resultado deste trabalho foi um conjunto inédito em relação à proposta de se estudar um edifício tombado religioso no seu aspecto de acessibilidade.

Sabemos que as perspectivas políticas neste momento não se mostram favoráveis em relação às questões voltadas para os bens culturais e, apesar das dificuldades de saúde pública e sociais que o Brasil está passando, acreditamos que um possível alinhamento entre preservação de bens materiais e acessibilidade possa reverberar no potencial cultural, turístico e artístico que o país possui.

Temos a expectativa de que esta pesquisa possa contribuir para pesquisadores que estudam o tema, além de servir de referência para entidades políticas, instituições religiosas e empresas que possam ter interesse no tema.

Por fim, a pesquisa foi além das questões técnicas ao sugerir uma reflexão acerca dos aspectos históricos e políticos, na tentativa de contribuir para uma maior inclusão das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nos patrimônios culturais preservados no país.



## Referências bibliográficas

ALVES DE BRITO; Murillo Marschner. “Introdução à amostragem – O uso da entrevista na pesquisa empírica”. In: **Métodos de Pesquisa em Ciência Sociais – Bloco Quantitativo**. São Paulo: CEBRAP/Sesc, 2016, p. 32-51. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2017\\_E-BOOK%20Sesc-Cebrap\\_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Quantitativo.pdf](http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2017_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Quantitativo.pdf). Acesso em: 25 ago. 2021.

ARAUJO JUNIOR, Edmar Augusto Santos de. **Economia do Patrimônio Cultural** – efeitos das políticas de restauração sobre a região central da cidade do Rio de Janeiro. 2012. 105f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: 2020. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília: Iphan/Monumenta, 2010. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq3\\_Intervencoes\\_Urbanas\\_na\\_Recuperacao\\_de\\_Centros\\_Historicos\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq3_Intervencoes_Urbanas_na_Recuperacao_de_Centros_Historicos_m.pdf). Acesso em: 25 ago. 2021.

CALABRE, Lia. “O serviço do Patrimônio Artístico e Cultural dentro do contexto da construção das políticas públicas de Cultura no Brasil”. In: **Revista do Patrimônio Artístico e Nacional**, Rio de Janeiro, n. 35, 2017, p. 33-43. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat\\_35.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf). Acesso em: 25 ago. 2021.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CARDEMAN, David; GOLDFELD CARDEMAN, Rogério. **O Rio de Janeiro nas alturas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

CHUVA, Márcia. “Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado”. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, dez. 2003, p. 313-333. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/dr37BbmDb4gnVqwYbtHpLF/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2021.

CORÁ, Maria Amélia Jundurian. “Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais”. In: **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 5, out. 2014, p. 1093-1112. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SMKQcXrNPM3CLfGYXt63fKn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2021.

DEUTSCH, Simone Feigelson; ROTTMANN, Eduardo. “Avaliação da Villa Aymoré, conjunto arquitetônico preservado e revitalizado em área de proteção histórica no Rio de Janeiro”. In: **XXXI Congresso Pan-americano de Avaliações**, Rio de Janeiro, 2016, p. 1-26. Disponível em: [http://www.mrci.com.br/upav\\_rj/R0069\\_1.pdf](http://www.mrci.com.br/upav_rj/R0069_1.pdf). Acesso em: 25 ago. 2021.

DORNELES, Vanessa Goulart; AFONSO, Sonia; ELY, Vera Helena Moro Bins. “O desenho universal em espaços abertos: uma reflexão sobre o processo de projeto”. In: **Gestão & Tecnologia de Projetos**, v. 1, n. 8, 2013, p. 55-67. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gestaodeprojetos/article/view/62203>. Acesso em: 25 ago. 2021.

FERRAZ, Marcelo. “Uma viagem por tempos, espaços, culturas e pensamentos”. In: **Portal do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas**, 23 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cauam.gov.br/uia2021rio-uma-viagem-por-tempos-espacos-culturas-e-pensamentos/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FERREIRA, Oscar Luís. **Patrimônio Cultural e Acessibilidade: as intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005**. 2011. 321f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9381>. Acesso em: 25 ago. 2021.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In: Repositório do Conhecimento do IPEA. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4775>. Acesso em: 25 ago. 2021.

GABRIELY, Alexandre Oliveira. **Edifícios públicos tombados e a acessibilidade para pessoas com deficiências: um olhar multidisciplinar**. 2007. 115f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1658>. Acesso em: 25 ago. 2021.

GABRILLI, Mara (org.); CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal, um conceito para todos**. São Paulo: Mara Gabrilli, 2007. Disponível em: [https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal\\_web-1.pdf](https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf). Acesso em: 24 jul. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRÃO, Maria das Graça Silva. “O sagrado e o urbano: fé e tradição no espaço do Outeiro”. In: **Espaço e Cultura**, UERJ, n. 11 e 12, jan./dez. 2001, p. 71-76. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/espacoecultura/article/viewFile/7348/5342>. Acesso em: 25 ago. 2021.

GOMES, Ruthie Bonan; GARCIA, Ana Luíza Casasanta. “A falta de acessibilidade urbana para pessoas com deficiência e suas implicações em saúde mental e garantia de direitos humanos”. In: **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 9, n. 24, 2017, p. 230-253. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69615>. Acesso em: 25 ago. 2021.

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE (IRPH). **Guia das APACs – Catete/Glória; Entorno do Edifício Milton**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 2012.

INVENTÁRIO DOS MONUMENTOS RJ. “Catálogos de Inventários dos Monumentos do RJ”, sem data. Disponível em: <http://www.inventariadosmonumentosrj.com.br/?iMENU=catalogo&ii%20COD=257&iMONU=%20Plano%20inclinado%20do%20Outeiro%20da%20Glória>. Acesso em: 27 ago. 2020.

IPHAN. **Política do Patrimônio Cultural Material**. Brasília: IPHAN, 2018. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao\\_politica\\_do\\_patrimonio.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao_politica_do_patrimonio.pdf). Acesso em: 01 fev. 2020.

JESTER, Thomas C.; PARK, Sharon C. "Making Historic Properties Accessible". In: **U.S. Department of the Interior National Park Service Cultural Resources**, September 1993, p. 1-14. Disponível em: <https://www.nps.gov/tps/how-to-preserve/preservedocs/preservation-briefs/32Preserve-Brief-Accessible.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

KELLER E COSTA, Raíssa. **Acessibilidade e preservação no patrimônio cultural da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais**. 2016. 109f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-AMPQ5Q>. Acesso em: 25 ago. 2021.

KENT, Robin. "Access to Historic Church Buildings". In: **BCD Special Report Historic Churches**, 2004, p. 29-31. Disponível em: <https://www.buildingconservation.com/articles/churchaccess/churchaccess.htm>. Acesso em: 06 set. 2019.

LIMA, Márcia. "Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais". In: **Métodos de Pesquisa em Ciência Sociais – Bloco Quantitativo**. São Paulo: CEBRAP/Sesc, 2016, p. 10-31. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2017\\_E-BOOK%20Sesc-Cebrap\\_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Quantitativo.pdf](http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2017_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Quantitativo.pdf). Acesso em: 25 ago. 2021.

LYRA, Cyro Corrêa. "A importância do uso na preservação da obra de arquitetura". In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais**, UFRJ, 2006, p. 53-58. Disponível em: [https://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae13\\_cyro\\_lyra.pdf](https://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae13_cyro_lyra.pdf). Acesso em: 25 ago. 2021.

MAIOR, Izabel. "Breve trajetória histórica do movimento das pessoas com deficiência". In: **Violência e Deficiência**, v. 19, 2010, p. 1-10. Disponível em: <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto2.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2019.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. "O entorno dos bens tombados na legislação brasileira". In: **MPMG Jurídico**, v. n. esp., 2013, p. 43-55.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: Iphan/DAF/Copedoc, 2010. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc4\\_EntornoBensTombados\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc4_EntornoBensTombados_m.pdf). Acesso em: 25 ago. 2021.

MORAN, David Ernest. **Preservation and the ADA: Adapting the historic building for accessibility**. 1994. 105f. Thesis (Master of Architecture). Department of Architecture, Iowa State University, 1994. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/212847802.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MUZI, Tatiana Gonçalves. **Inclusão e acessibilidade na educação superior sob o enfoque de políticas públicas federais: o programa Incluir**. 2019. 170f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/28595>. Acesso em: 25 ago. 2021.

NUNES, Filipe César. **Turismo e acessibilidade na cidade histórica de Ouro Preto: uma reflexão no espaço público patrimonial e acessibilidade**. 2019. 47f. Monografia (Bacharelado em Turismo). Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019. Disponível em: [https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2790/9/MONOGRRAFIA\\_TurismoAcessibilidadeCidade.pdf](https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2790/9/MONOGRRAFIA_TurismoAcessibilidadeCidade.pdf). Acesso em: 25 ago. 2021.

O'DONNELL, Julia Galli. **Um Rio atlântico: culturas urbanas e estilos de vida na invenção de Copacabana**. 2011. 298f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=203733](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=203733). Acesso em: 25 ago. 2021.

OLIVEIRA, Welma Alves de. **Policy Papers UMPP n. 3, 2018**. Évora: Unidade de Monitorização de Políticas Públicas da Universidade de Évora, 2018. Disponível em: <https://www.umpp.uevora.pt/publicacoes/Policy-Papers>. Acesso em: 03 mar. 2020.

PEIXOTO, Afrânio. **A Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro**. Rio de Janeiro: SPHAN/Ministério da Educação e Saúde, 1943. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7515>. Acesso em: 25 ago. 2021.

PIMENTEL, Márcia. “Avenida Beira-Mar: uma estreita relação com a identidade do Rio”. In: **MultiRio – a mídia educativa da cidade**, Da série Ruas do Rio, 21 dez. 2017. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/13390-avenida-beira-mar-uma-estreita-relação-com-a-identidade-do-rio>. Acesso em: 13 jul. 2021.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Urbanismo. **Guia da Arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Prefeitura da Cidade do Rio Janeiro, 2000.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerRee\\_OTombamento\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerRee_OTombamento_m.pdf). Acesso em: 25 ago. 2021.

RABELLO, Sonia. “O tombamento”. In: In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Tombamento). Disponível em: <http://www.soniarabello.com.br/wp-content/uploads/2012/06/O-Tombamento.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2021.

RIBEIRO, Sandra Bernardes (org.). **Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos**. Brasília: IPHAN, 2014 (Caderno Técnicos 9). Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec9\\_CadernoAcessibilidade\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec9_CadernoAcessibilidade_m.pdf). Acesso em: 25 ago. 2021.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo; CASTELLOTTI, Flavio. “Um caminho para a Glória – Lucio Costa: a construção do passado e mais um milagre”. In: **Anais do 7º Seminário Docomomo Brasil**, Porto Alegre, out. 2007, p. 1-19. Disponível em: <https://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/025.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

SOUSA; Antônio Miguel Lopes de. “A acessibilidade em edifícios tombados”. In: RIBEIRO, Sandra Bernardes (org.). **Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos**. Brasília: IPHAN, 2014 (Caderno Técnicos 9), p. 126-127. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec9\\_CadernoAcessibilidade\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec9_CadernoAcessibilidade_m.pdf). Acesso em: 25 ago. 2021.

SUZUKI, Marcelo. “As rampas de acesso ao Outeiro da Glória”. In: **Anais do 7º Seminário Docomomo Brasil**, Porto Alegre, out. 2007, p. 1-29. Disponível em: <https://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/036.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

THIAGO, Isabelle Ohara Lima; MELO, Sonia Venâncio Ribeiro de. “O entorno do bem imóvel tombado no direito brasileiro”. **IDEA Revista**, v. 7, n. 2, 2016, p. 1-38. Disponível em: <https://www.revistaidea.oldsitesamc.york.digital/index.php/idea/article/view/99>. Acesso em: 04 maio 2019.

UBIERNA, Jose Antonio Juncá. “Accesibilidad y Patrimonio Cultural: a la búsqueda de un equilibrio compatible”. In: **Boletín del Real Patronato sobre Discapacidad**, Madrid, n. 64, 2008, p. 4-11. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2703092>. Acesso em: 26 ago. 2021.

VASQUES, Ramão Ruberval Calonga. **Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro e sua Irmandade**. 2011. 90f. Monografia (Especialização em Arte e Cultura Barroca). Instituto de Filosofia, Arte e Cultura, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/779?locale=en>. Acesso em: 26 ago. 2021.

VIEIRA FILHO, Dalmo; FINGER, Anna; MEDEIROS, Yole. **Normatização de cidades históricas – Orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas**. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN/SICG, 2010. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/normatizacao\\_areas\\_tombadas\\_cidades\\_historicas\\_2011.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/normatizacao_areas_tombadas_cidades_historicas_2011.pdf). Acesso em: 25 ago. 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.



## Fontes

ALEM, Adriano. **Breve relato sobre a formação das divisões administrativas na cidade do Rio de Janeiro**. Nº 20100501. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, abr. 2020.

“Árvore de Natal iluminada é nova atração do Outeiro da Glória”. In: **Extra**, 07 nov. 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/arvore-de-natal-iluminada-nova-atracao-do-outeiro-da-gloria-24735242.html>. Acesso em: 27 ago. 2020.

ÁVILA, Edimilson. “Planos inclinados do Rio podem parar por falta de pagamento da Prefeitura”. In: **G1 Rio de Janeiro**, 07 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/blog/edimilson-avila/noticia/2018/08/07/planos-inclinados-do-rio-podem-parar-por-falta-de-pagamento-da-prefeitura.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BATISTA Jr., João Batista. “O mago das fantasias”. In: **Veja**, 15 fev. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/o-mago-das-fantasias/>. Acesso em: 03 set. 2021.

“BNDES assina contrato de R\$ 991,9 mil para restauração da Igreja da Glória do Outeiro”. In: **BNDES**, 26 ago. 2006. Disponível em: [https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20060825\\_not15\\_5\\_06](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20060825_not15_5_06). Acesso em: 25 ago. 2021.

“BNDES patrocina restauração da Igreja da Glória no Rio de Janeiro”. In: **Agência Brasil**, 25 ago. 2006. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agencia-brasil/agenciabrasil/node?page=16501>. Acesso em: 25 ago. 2021.

“CGC – Coordenadoria Geral de Conservação”. In: Portal da Prefeitura do Rio de Janeiro, sem data. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/seconserva/coordenadoria-geral-de-coservacao>. Acesso em: 02 set. 2021.

“Exposição Clóvis Bornay – 100 anos”. In: **Portal do Museu da República**, 2016. Disponível em: <https://museudarepublica.museus.gov.br/exposicao-clovis-bornay-100-anos/>. Acesso em: 03 set. 2021.

“Festa de Nossa Senhora da Glória do Outeiro”. In: **ARQRIO Arquidiocese de São Sebastião**, 29 jun. 2018. Disponível em: <http://arqrio.org/noticias/detalhes/6789/festa-de-nossa-senhora-da-gloria-do-outeiro>. Acesso em: 25 ago. 2021.

“Igreja do Outeiro da Glória”. Página oficial no Facebook. Disponível em: [https://www.facebook.com/outeirodagloria1739/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/outeirodagloria1739/?ref=page_internal). Acesso em: 23 abr. 2021.

“Igreja do Outeiro da Glória é restaurada com patrocínio da Petrobras”. In: **Agência Petrobras**, 24 jan. 2008. Disponível em: [https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p\\_materia=4434](https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=4434). Acesso em: 25 ago. 2021.

IPHAN. “Portaria n. 11 de setembro de 1986. Da Instauração do Processo de Tombamento”. Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria n 11 de 11 de setembro de 1986.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria%20n%2011%20de%2011%20de%20setembro%20de%201986.pdf). Acesso em: 29 abr. 2019.

IPHAN. “Portaria n. 623, de 9 de outubro de 2009. Programa Nacional de Mobilidade e Acessibilidade em Áreas Tombadas”. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/901924/pg-10-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-09-10-2009>. Acesso em: 05 abr. 2021.

IPHAN. “Portaria n. 312, de 20 de outubro de 2010”. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria n 312 de 20 de outubro de 2010.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria%20n%20312%20de%2020%20de%20outubro%20de%202010.pdf). Acesso em: 03 set. 2021.

IPHAN. “Nota técnica 001/2011/DEPAM”, 02 ago. 2011.

IPHAN. Acervo da Igreja Nossa Senhora da Glória do Outeiro. Patrimônio Material, Tombamentos. Pastas n.: RJ 063-3; RJ 064-2; RJ 064-3 [54 p.]. Data da consulta: 02 jul. 2019.

LIMA, Ludmilla de. “Com quase três séculos, Igreja da Glória volta a brilhar”. In: **O Globo**, 02 ago. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/com-quase-tres-seculos-igreja-da-gloria-volta-brilhar-24562881>. Acesso em: 24 abr. 2021.

LOSCHI, Marília. “Pessoas com deficiência: adaptando espaços e atitudes”. In: **Agência IBGE Notícias**, 17 maio 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/16794-pessoas-com-deficiencia-adaptando-espacos-e-atitudes>. Acesso em: 21 jan. 2021.

“Mais de 45 milhões de deficientes sofrem com pouca atenção social”. In: **Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa**, 22 set. 2017. Disponível em: <https://blog.abep.org/%20pesquisasabep/%20mais-de-45-milhoes-de-deficientes-sofrem-com-pouca-atencao-social/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

“Nossa Senhora da Glória: figurino novo no altar do Outeiro”. In: **Lu Lacerda**, 06 ago. 2018. Disponível em: <https://lulacerda.ig.com.br/nossa-senhora-da-gloria-figurino-novo-no-altar-do-outeiro/>. Acesso em: 08 ago. 2021.

NUNES, FERNANDA. “Morre no Rio o estilista Guilherme Guimarães, ícone da alta costura nos anos 1960 e 70”. In: **Estadão**, 24 dez. 2016. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/moda-e-beleza,morre-no-rio-o-estilista-guilherme-guimaraes-icone-da-alta-costura-nos-anos-1960-e-70,10000096444>. Acesso em: 03 set. 2021.

PARADELLA, Rodrigo. “Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017”. In: **Agência IBGE Notícias**, 01 out. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-genciadenoticias/noticias/20980-numero-deidososcrece-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 01 jul. 2020.

“Prefeito do Rio garante operação dos planos inclinados”. In: **Rio Prefeitura**, 14 ago. 2018. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=8263519>. Acesso em: 30 jul. 2021.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. “Decreto n. 25693, de 23 de agosto de 2005. Cria a Área de Proteção do Ambiente Cultural no Bairro do Catete e Parte do Bairro da Glória – APAC Catete- IV R. A. Determina o tombamento dos bens que menciona e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2005/2570/25693/decreto-n-25693-2005-cria-a-area-de-protecao-do-ambiente-cultural-no-bairro-do-catete-e-parte-do-bairro-da-gloria-apac-catete-iv-r-a-determina-o-tombamento-dos-bens-que-menciona-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 03 set. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Decreto-Lei n° 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico cultural”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 17 jul. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei n. 4.169, de 4 de dezembro de 1962. Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/14169.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14169.htm). Acesso em: 03 set. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 07 set. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm). Acesso em: 03 set. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm). Acesso em: 03 set. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm). Acesso em: 03 set. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm). Acesso em: 03 set. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Decreto n° 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n° 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 07 set. 2020.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei n. 11.126, de 27 de junho de 2005. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/lei/111126.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111126.htm). Acesso em: 03 set. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Decreto n° 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 07 set. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 03 set. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei n. 13.825, de 13 de maio de 2019. Altera a Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Acessibilidade), para estabelecer a obrigatoriedade de disponibilização, em eventos públicos e privados, de banheiros químicos acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2019/lei/L13825.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13825.htm). Acesso em: 03 set. 2021.

REMÍGIO, Marcelo. “Sem recursos, PAC das Cidades Históricas chega a sexto ano com apenas 15% dos projetos concluídos”. In: **O Globo**, 20 abr. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/sem-recursos-pac-das-cidades-historicas-chega-sexto-ano-com-apenas-15-dos-projetos-concluidos-23611785>. Acesso em: 11 dez. 2019.

RIOLUZ. Contas Rio. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/contasrio/contratos-por-objeto#titulo>. Acesso em: 30 jul. 2021.

SEBRAE/RJ. **Painel regional: Rio de Janeiro e bairros**. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2015 (Observatório Sebrae/RJ). Disponível em: [https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Sebrae\\_INFREG\\_2014\\_CapitalRJ.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Sebrae_INFREG_2014_CapitalRJ.pdf). Acesso em: 27 ago. 2021.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Brasil). “Recurso especial: REsp 0010345-25.1993.4.05.8300 PE 2015/0059144-0”. Disponível em: [https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/897659817/recurso-especial-resp-1521087-pe-2015-0059144-0?utm\\_medium=social&utm\\_campaign=link\\_share&utm\\_source=WhatsApp](https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/897659817/recurso-especial-resp-1521087-pe-2015-0059144-0?utm_medium=social&utm_campaign=link_share&utm_source=WhatsApp). Acesso em: 03 set. 2021.

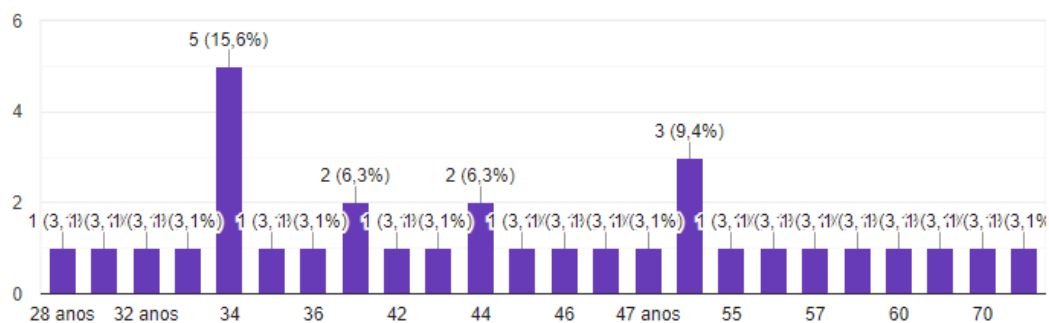
“Talhas do Outeiro da Glória”. In: **Portal da Prefeitura do Rio de Janeiro**, sem data. Disponível em: [http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/proj\\_outeiro\\_gloria.shtm](http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/proj_outeiro_gloria.shtm). Acesso em: 03 set. 2021.

## Apêndice

### Questionário aplicado entre 24 de abril e 24 de maio de 2021

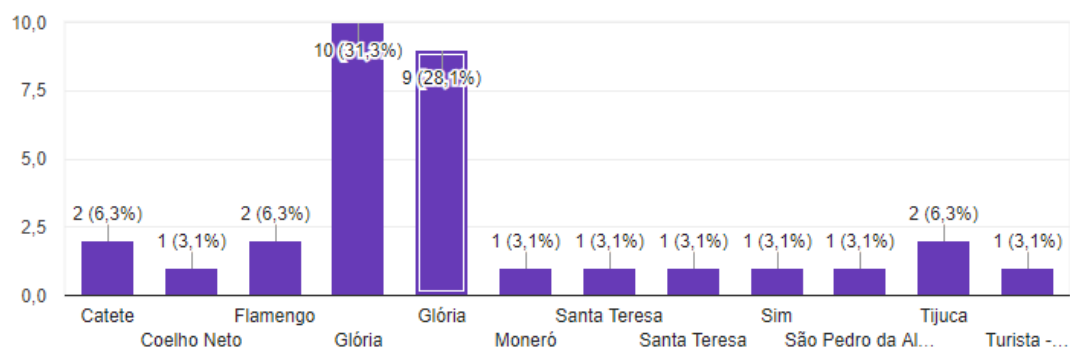
#### Idade

32 respostas



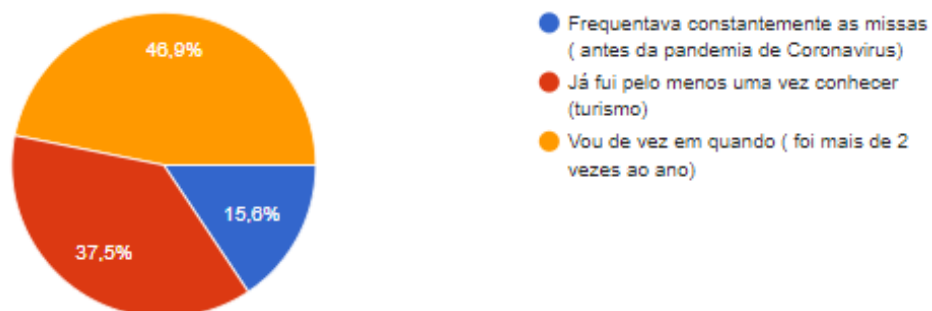
#### Bairro que mora

32 respostas



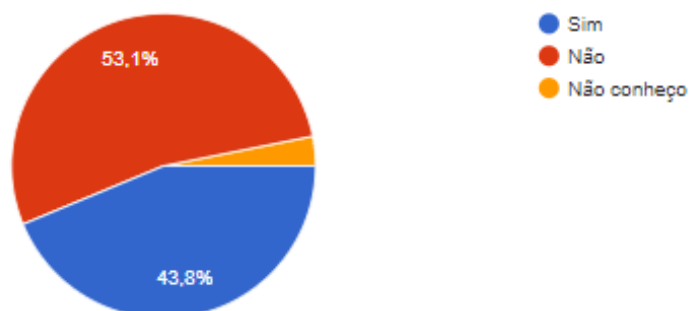
Qual frequência você vai à da Igreja do Outeiro?

32 respostas



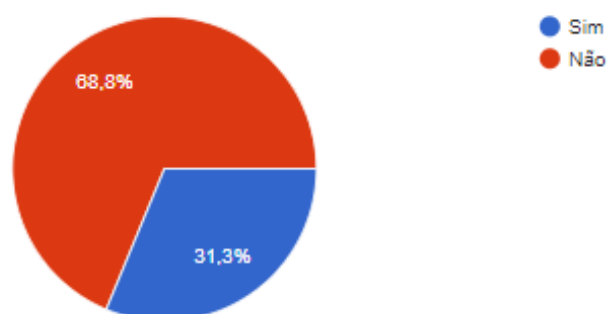
Você utiliza ou já utilizou o Plano Inclinado (elevador que fica na frente da Igreja) existente?

32 respostas



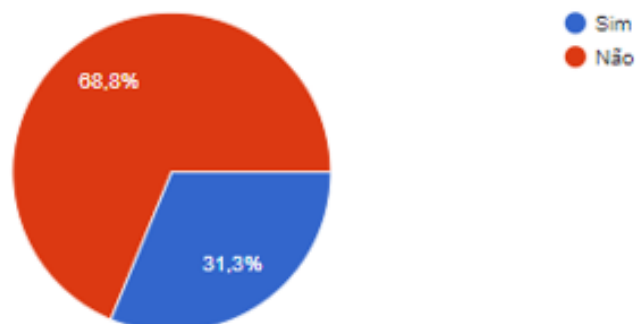
Você tem ou conhece alguém ( pessoa idosa ou com pessoa deficiência) que já teve dificuldade em acessar a Igreja ?

32 respostas



Você tem ou conhece alguém ( pessoa idosa ou com pessoa deficiência) que já teve dificuldade em acessar a Igreja ?

32 respostas



Caso tenha respondido sim na pergunta anterior, poderia contar como foi essa experiência?

9 respostas

Bem complicada.

Morei exatamente atrás da igreja número 135 apt 204... e fui coroinha Durante 10 anos... Passei toda a minha infância e adolescência no Outeiro.

Quando o elevador ficou fechado, eu tive de subir com a minha mãe, de 80 anos, aquela escada terrível que fica do lado. Subir pela ladeira que fica do outro lado pode ser ainda pior, já que também não ajuda no esforço necessário e, ainda, para caminhar sobre os paralelepípedos da rua, subir e descer da calçada, pode-se torcer o pé ou pisar em falso e cair. A escada, pelo menos, tem um corrimão central, porém, costuma ficar muito, muito suja...

a pessoa só podia ir a pé ou pagar taxi e prefere economizar pq taxi todo domingo pra missa é caro

A pessoa idosa tem dificuldade para acesso

O outeiro estava parado e minha avó queria subir. Não temos carro, fica difícil pois a ladeira é íngreme.

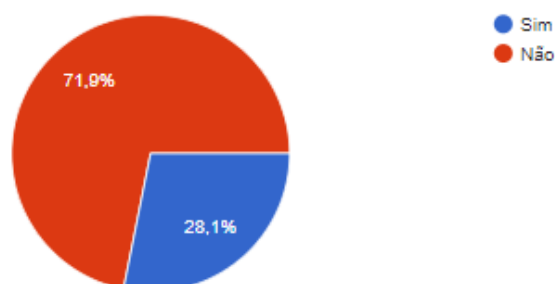
Desistiu de ir por conta da Ladeira e de que o Plano inclinado não estar funcionando.

Plano Inclinado quebrado. A pessoa teve que subir de taxi.

Plano inclinado parado. Descaso total

Acha que o entorno da Igreja do Outeiro possui condições que atenda as pessoas com deficiência (cadeirantes, pessoas com deficiência visual, auditiva, etc.) e mobilidade reduzida (idosos)?

32 respostas



Sobre acessibilidade a pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida, o que você acha que poderia ser melhorado?

32 respostas

Por se tratar de uma Igreja histórica, não acho que melhorar seria descaracterizar por exemplo pavimentando as pedras.

As calçadas e o acesso a igreja. Tenho uma filha pequena e com o carrinho dela fica difícil andar, imagina para as pessoas com dificuldade.

Eu vi que possui uma espécie de elevador, mas ele me pareceu permanentemente fechado e não vejo divulgação do horário de funcionamento. Eu morava na Tijuca até a pandemia e não conhecia o local.

Acredito que esteja adequado. Com o plano inclinado e as rampas de acesso.

Tudo

A volta do plano inclinado

O bondinho que fica na rua do Russel é uma grande ajuda para os deficientes e pessoas com dificuldade de subir até o outeiro.

Infraestrutura como um todo.

Melhorar o horário de funcionamento do elevador, pois é bem reduzido.

mais rampas, um elevador QUE FUNCIONE SEMPRE no plano inclinado

Deverá ter mais acessos como rampas pois o plano inclinado já é um acesso bem prático e rápido para se chegar a igreja do Outeiro da Glória

Pleno funcionamento do plano inclinado e maior divulgação do mesmo

Melhorar o piso e acesso para cadeirante

Poderiam colocar rampas, ou mesmo fazer o plano inclinado (o bondinho) funcionar adequadamente.

Plano inclinado funcionar e ter segurança próxima ao local.

Calçadas adequadas a esse público desde o início das duas ruas que dão acesso à igreja

Sobre acessibilidade a pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida, o que você acha que poderia ser melhorado?

32 respostas

Banheiros com acessibilidade

Fazer com que o Plano Inclinado funcione com segurança.

Calçadas sem buracos e mais largas

Melhorias no pavimento das ruas e calçadas, ampliação dos horários do funicular

Como eu vou de metrô, eu só conheço esse caminho. O plano inclinado facilita à chegada.

Divulgar e manter funcionando o plano inclinado.

acho q o plano inclinado deveria ser aberto com mais frequência para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida...

Em todos os sentidos!!!!

Guardas de trânsito pois ninguém respeita os sinais e não é seguro para um idoso ou qualquer pessoa

Reativar o plano inclinado

Tem um bom acesso, mesmo que a pessoa tem deficiência.

Faz algum tempo que não subo, mas penso que atender as recomendações para acesso de pessoas com deficiência já seria um bom começo. Pensando que deve haver algumas restrições por ser área tombada.

O maior problema que considero é o entorno, ou seja: chegar até o espaço cultural.

Sim.

Mais rampas de acesso, os paralelepípedos são bonitos e parte da história mais dificultam o andar. O plano inclinado é muito bom as vezes o uso e levo turistas

Manutenção periódica. Constante e eficaz do plano inclinado



Você está sendo convidado a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Patrimônio histórico e acessibilidade: Um Estudo de Caso sobre Acessibilidade no entorno da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, na cidade do Rio de Janeiro.”, conduzida por Thais Yamamoto, aluna de mestrado da Fundação Getúlio Vargas. A pesquisa está sendo desenvolvida como trabalho de conclusão do curso de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. A sua participação não implicará em gastos. A pesquisa é para fins didáticos. Sua participação nesta pesquisa consistirá no preenchimento deste formulário. Caso você concorde na participação desta pesquisa clicar em SIM abaixo.

32 respostas

